



O NEONAZISMO NO RIO GRANDE DO SUL



**Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul**

Chanceler

Dom Dadeus Grings

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial

Ana Maria Lisboa de Mello

Elaine Turk Faria

Érico João Hammes

Gilberto Keller de Andrade

Helenita Rosa Franco

Jane Rita Caetano da Silveira

Jerônimo Carlos Santos Braga

Jorge Campos da Costa

Jorge Luis Nicolas Audy – **Presidente**

José Antônio Poli de Figueiredo

Jurandir Malerba

Lauro Kopper Filho

Luciano Klöckner

Maria Lúcia Tiellet Nunes

Marília Costa Morosini

Marlise Araújo dos Santos

Renato Tetelbom Stein

René Ernaini Gertz

Ruth Maria Chittó Gauer

EDIPUCRS

Jerônimo Carlos Santos Braga – **Diretor**

Jorge Campos da Costa – **Editor-Chefe**

René E. Gertz

O NEONAZISMO NO RIO GRANDE DO SUL



PORTO ALEGRE 2012

© René Ernaini Gertz, 2012

Capa:

MARCO CENA

Diagramação:

NATHALIA REAL

Supervisão editorial:

PAULO FLÁVIO LEDUR

Editoração eletrônica:

LEDUR SERVIÇOS EDITORIAIS LTDA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G384n Gertz, René E.
O neonazismo no Rio Grande do Sul / René E. Gertz. –
Porto Alegre : EDIPUCRS : AGE 2012.
il.

14x21cm. ; 174 p.
ISBN: 978-85-397-0215-2

1. Rio Grande do Sul – História Política. 2. Nazismo –
Rio Grande do Sul. 3. Colonização Alemã – Rio Grande do
Sul. 4. Integralismo – Rio Grande do Sul. 5. Fascismo – Rio
Grande do Sul. 6. Neonazismo – Rio Grande do Sul.
I. Título.

CDD 320.533

Ficha Catalográfica elaborada pelo
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

Reservados todos os direitos de publicação à

EDITORA AGE LTDA.

editoraage@editoraage.com.br

Rua São Manoel, 1787 – Bairro Rio Branco

90620-110 – Porto Alegre, RS, Brasil

Fone/Fax: (51) 3223-9385

vendas@editoraage.com.br

www.editoraage.com.br

 **edipUCRS**
www.pucrs.br/edipucrs

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33

Caixa Postal 1429

90619-900 – Porto Alegre, RS, Brasil

Fone/fax: (51) 3320.3711

e-mail: edipucrs@pucrs.br

www.edipucrs.br.edipucrs

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

Para começar	7
O nazismo no Rio Grande do Sul.....	9
Revisionismo e separatismo	23
A banda Zurzir	30
Ataque a jovens judeus (2005)	33
Meus estudos sobre “neonazismo” no Rio Grande do Sul.....	35
Atos “neonazistas” em estádios de futebol e em outros locais	71
O caso de Teutônia (2009)	76
As supostas barbáries praticadas pela “colônia alemã”	98
O “retorno do neonazismo” a Teutônia (2010)	106
A metamorfose do delegado Paulo Cesar Jardim, no combate ao “neonazismo”	126
Tentativas de alertar sobre equívocos no combate ao “neonazismo”	144
Minha conversa com um jornalista do portal <i>Terra</i>	153
Para concluir	162
Anexo 1	165
Anexo 2.....	171

PARA COMEÇAR

Pelo título, o leitor já deve imaginar que este livro é polêmico. O tema é polêmico por si só. Mas o texto, na sua tentativa de polemizar, chega a parecer panfletário, em algumas passagens, porque, além de divulgar resultados de pesquisa, pretende ser, também, um manifesto, com o objetivo de intervir na realidade. Nós, pesquisadores, somos pagos pela sociedade, em primeiro lugar, para produzir ciência, para descrever, explicar, interpretar a realidade. Não há dúvida de que essa tarefa exige isenção, objetividade, formas ponderadas de apresentação dos resultados. E este livrinho apresenta, em primeiro lugar, um significativo número de dados objetivos, consistentes, sobre o assunto de que trata. Com isso, pretende mostrar seu caráter acadêmico.

Mas, em segundo lugar, a pesquisa justamente mostrou que outras pessoas que trataram do mesmo tema não se mostraram tão objetivas quanto alegam, e quanto teria sido sua obrigação. Isso levou à divulgação de informações erradas ou distorcidas, a falsas avaliações, que se espalharam no senso comum, na opinião pública, e até desencadearam medidas potencialmente perigosas para a paz e a estabilidade da sociedade do Rio Grande do Sul.

É daí que deriva não só o direito, mas até o dever ético de apresentar a essa mesma sociedade, que – de forma direta ou indireta – financiou tanto alguns daqueles que divulgam

informações erradas quanto as pesquisas que resultaram neste trabalho, conclusões alternativas a que a presente pesquisa chegou. Os dados contrariam, em grande parte, aquilo que outros escreveram e divulgaram sobre o assunto. Como muitos daqueles que escreveram, ou se manifestaram de outra forma, com frequência o fizeram *cum ira et studio*, o autor também se reserva o direito a algum grau de fervor e paixão, em determinadas passagens. Já que boa parte daquilo que se divulgou sobre o tema coloca em risco a estabilidade e a paz de nossa sociedade, justifica-se o recurso a certo grau de passionalidade por parte de alguém que está preocupado em evitar que, neste estado, se desencadeie uma escalada de ódios étnicos – os quais estiveram na raiz dos mais terríveis conflitos que o século XX registrou.

O livro, portanto, por um lado, se pretende acadêmico, ao divulgar resultados de pesquisa, mas, a partir deles, por outro lado, tem a pretensão de alertar para os potenciais perigos subjacentes aos erros de avaliação que algumas pessoas estão cometendo, fato do qual deriva o imperativo ético de se lutar por uma mudança *radical* de rumo no tratamento do tema. O leitor dirá se o autor está com razão ou não.

Quanto à forma, trata-se de uma grande reportagem. Não são apresentados apenas conteúdos, dados, mas também se relata por que aqueles conteúdos foram pesquisados, quais foram os percalços no caminho da pesquisa. A expectativa é que, a partir dos fatos evidenciados e dos argumentos apresentados, esse tema possa vir a ser discutido em bases mais sólidas e mais racionais do que foi feito até agora, e com menos pré-conhecimentos ou pré-concepções, isto é, com menos preconceitos.

O NAZISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Nos anos 1930, com certeza, no mínimo, um quarto da população gaúcha era constituído de descendentes de alemães e de italianos, sendo parte deles cidadãos dos respectivos países de origem. Considerando o formato da colonização com alemães e italianos, essas populações constituíam a maioria dos habitantes em algumas regiões, de forma que elas apresentavam características típicas, e mantiveram vivo certo grau de sentimento de pertença e de identidade em relação à respectiva procedência nacional.

Essa situação, aliada às propaladas boas relações que o governo federal brasileiro e, sobretudo, o governo estadual de Flores da Cunha mantinham com os governos e os representantes diplomáticos de Alemanha e Itália, e, por tabela, com as próprias populações originárias desses dois países, fez com que tanto o nazismo alemão quanto o fascismo italiano contassem com filiados junto às respectivas “colônias”, no Rio Grande do Sul. Dessa situação, resultou o fato de que muitos alemães e italianos, mais seus respectivos descendentes, inegavelmente, simpatizaram com os dois regimes europeus.¹

¹ Sobre a presença de fascistas na “colônia italiana”, no estado, cf. Giron, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994. Em relação ao Brasil em geral, cf. Bertonha, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Essa constatação, porém, precisa ser nuançada com algumas informações adicionais, tanto em relação a “italianos” quanto em relação a “alemães”. Mas como o interesse deste pequeno livro se centra nos últimos, as considerações que seguem referem-se exclusivamente a eles.

A primeira consideração é que simpatia pelo regime nazista na *Alemanha* não significou, necessariamente, simpatia ou colaboração com os militantes (filiados) do partido nazista, aqui no estado. Houve controvérsias muito grandes a esse respeito no interior da “colônia”.² Além disso, somente cidadãos alemães podiam filiar-se ao partido.

Não existem estatísticas sobre quantas pessoas com cidadania alemã viviam no Rio Grande do Sul, mas temos estatísticas sobre o Brasil todo, indicando para aproximadamente 100 mil. Com absoluta certeza, não será exagero pressupor que, no mínimo, 15 mil deles viviam no estado. Ainda que os estudiosos diverjam sobre o número exato de filiados ao partido, a última tese de doutorado a respeito fala de 645, para todo o Rio Grande do Sul.³ Por essa razão, a autora da tese em que se encontram esses dados escreve, nas “considerações finais” de seu estudo: “Entretanto, o índice de inserção do partido [nazista] entre os alemães residentes nesses países [Argentina, Brasil, Chile] era consideravelmente baixo”; “[o partido] congregou um número muito baixo de partidários em relação ao número de alemães estabelecidos no país [Brasil]”; “não havia, no entanto, interesse em atuar nos assuntos políticos do país de residência [Brasil]” (p. 202). “Ao considerar que a congregação de todos os cidadãos alemães natos era o obje-

² Gertz, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 61-109.

³ Lucas, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento* (Rio Grande do Sul, Brasil). Porto Alegre: UFRGS, 2011 (tese de doutorado em História), p. 143.

tivo principal dos núcleos nazistas no exterior, o fracasso no Rio Grande do Sul foi latente.⁴ Apesar da visibilidade ganha através de manifestações públicas e da propaganda, a adesão ao nazismo no estado foi baixíssima” (p. 203). “Apesar da defesa da superioridade racial e do ódio aos judeus, não foram encontrados registros de enfrentamentos ou manifestações públicas de antissemitismo” (p. 204).

Isso significa que considerações feitas pelo autor deste pequeno livro, em algum momento do passado, sobre o nazismo no Brasil, em geral, são, sem dúvida, válidas também para o Rio Grande do Sul. Significa que houve uma adesão inferior àquela que se *poderia ter esperado*. No caso dos cerca de 100.000 alemães que teriam vindo *ao Brasil*, entre o final da Primeira Guerra Mundial e a ascensão de Hitler ao poder, tratava-se, quase invariavelmente, de pessoas que haviam “fugido” da crise econômica e social da Alemanha pós-Primeira Guerra.

Não há por que imaginar que grande parte dessas pessoas, ao *ouvirem*, depois de 1933, que a Alemanha dera uma guinada radical, com um desenvolvimento econômico estupendo, não quisesse aderir ao partido que, supostamente, promovera esse milagre, para, talvez, conseguir voltar à sua pátria. Mesmo assim, está definitivamente estabelecido pela pesquisa histórica que o partido não atingiu o número de 3.000 filiados, em todo o Brasil.⁵ Isso são, aproximadamente, 3% daqueles que

⁴ Aqui parece óbvio que a autora quis dizer “evidente”.

⁵ Moraes, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. Berlin: Metropol, 2005, p. 165 e segs. Para dar destaque ao “perigo nazista” no Brasil, costuma-se acentuar que o país teria abrigado o maior número de filiados fora da Alemanha. Em realidade, os Estados Unidos tinham uma população de alemães e descendentes muito maior que o Brasil, fato que, obviamente, justifica a pergunta pelo motivo que teria levado a um número menor de filiados. Uma razão fundamental (entre outras) foi que

podem ser considerados candidatos *potenciais* a uma filiação partidária.

A única contestação séria a esse raciocínio, até agora, foi feita na tese de doutorado de Ana Maria Dietrich, defendida em 2007, na USP.⁶ A autora afirma que o argumento com os 3% é inconsistente, porque deveriam ser contabilizados, além dos filiados ao partido, aqueles que pertenciam a outras organizações atuantes no Brasil, que mantinham ligações estreitas com o partido – concretamente, à *Deutsche Arbeitsfront* [Frente Alemã de Trabalho] e à *Nationalsozialistische Frauenschaft* [Associação de Mulheres Nacional-Socialistas], a primeira com, aproximadamente, 6.000 filiados e a segunda com cerca de 2.000 inscritas.

Os contra-argumentos são os seguintes: a Frente Alemã de Trabalho era fundamental para qualquer trabalhador poder trabalhar e gozar de benefícios sociais e previdenciários, numa eventual futura volta à Alemanha, de forma que a filiação não refletia, *necessariamente*, adesão ou identificação entusiástica com o partido nazista⁷; com certeza, muitos filiados ao partido eram, também, sócios da Frente, assim que os números que as fontes apresentam não podem ser, simplesmente, somados. Mas, mesmo que se faça uma soma pura e simples dos números de membros das três entidades (partido, frente de

a direção nazista, por motivos táticos, não incentivou a filiação partidária direta naquele país, apostando num outro tipo de política de agregação de alemães e descendentes. Para exemplificar, somente o *Amerika Deutscher Bund* (*German American Bund*/Liga Germano-Americana) tinha 25.000 filiados (McKale, Donald M. *The swastika outside Germany*. Kent: The Kent State University Press, 1977, p. 91).

⁶ Dietrich, Ana Maria. *Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: USP, 2007 (tese de doutorado em História), p. 248, 250 (publicado, em 2012, sob o mesmo título pela Editora Todas as Musas, de São Paulo).

⁷ Convém destacar que um número muito alto de filiados ao partido nazista no Brasil era constituído de funcionários de firmas alemãs aqui estabelecidas.

trabalho e associação de mulheres), chega-se a pouco mais de 11.000 pessoas – logo 11% do total dos 100.000 alemães que podiam ser considerados candidatos potenciais para aderir. Mesmo nesse caso, o número não seria avassalador, pois o fato de que mais de 88% *não* demonstrassem interesse em filiar-se não pode deixar de ser visto como significativo.

Outro argumento válido, em tese, para destacar a periculosidade da existência do partido nazista em solo brasileiro e gaúcho é a necessidade de se considerar não só as filiações expressas, pois não seria possível ignorar milhares de simpatizantes, que incluíam não apenas alemães natos, mas também descendentes nascidos no Brasil, portanto, cidadãos brasileiros (que estavam, *formalmente*, proibidos de se filiar). É verdade! Assim como é verdade que as manifestações de oposição ao regime nazista e a Hitler, de fato, foram relativamente restritas, no conjunto da população de descendência alemã no Brasil e no Rio Grande do Sul – *ainda que a oposição aos líderes partidários, nos seus diferentes níveis, atuantes aqui dentro do país, fosse muito significativa.*

A esse questionamento válido e sensato, deve-se responder que não há como saber que se passava na cabeça do conjunto de cerca de um milhão de pessoas constituídas por alemães e por descendentes que viviam no Brasil, mas um relato do embaixador alemão ao seu governo, datado de 3 de março de 1938, quando aconteceram os primeiros conflitos diplomáticos entre a Alemanha nazista e o Brasil, dizia o seguinte: “Seria um erro enxergar, aí em casa [na Alemanha], a população de origem alemã no Brasil da mesma forma como é vista a população de origem alemã que hoje vive nas fronteiras do *Reich*, dentro da Europa. (...). No caso da população de origem alemã no Brasil, trata-se de ex-alemães que estão separados da Alemanha pelo oceano, e que há 100 ou 50 anos emigraram,

voluntariamente, para cá, adotando a cidadania brasileira. (...). Por isso, é necessário que se saiba aí em casa que a maior parte dessa população de origem alemã no Brasil, *na eventualidade de uma agudização da crise, que a coloque diante da alternativa cultura brasileira ou cultura alemã, sem qualquer dúvida, optará pelo Brasil*".⁸ Trata-se da posição do representante oficial da Alemanha, em relatório não público, e, portanto, reproduzindo, muito provavelmente, aquilo que ele, de fato, pensava.

Também não se pode ignorar o já citado fato de que até a decretação do Estado Novo (no final de 1937), Vargas e (para o caso do Rio Grande do Sul) Flores da Cunha viviam numa lua de mel com Hitler, com sua ideologia e prática políticas, e com seus representantes no Brasil. Nesse sentido, vale chamar novamente a atenção para o fato de que a famigerada festa nazista de 1.º de maio de 1937, no campo do Grêmio Esportivo Renner, em Porto Alegre (cujas fotos estão amplamente difundidas), foi prestigiada por representantes do governador Flores da Cunha, do presidente da Assembleia Legislativa, do comandante da 3.ª Região Militar, do comandante da Brigada Militar. A saudação inicial do cônsul alemão, Friedrich Ried, terminou com as seguintes palavras: "convido a todos erguerem comigo um viva ao belo Brasil e ao estado do Rio Grande do Sul". Na sequência, foi cantado o Hino Nacional brasileiro.⁹

⁸ Relatório do embaixador alemão Karl Ritter, ao ministério alemão de relações exteriores, Rio de Janeiro, 3 de março de 1938 (documento E 043869, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, Berlim). Agradeço a Andrea Helena Petry Rahmeier por ter-me cedido cópia desse documento. O destaque foi acrescentado ao original.

⁹ *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 3 de maio de 1937, p. 6. Deve-se lembrar o fato de que o folclore registra que o cônsul alemão em Porto Alegre teria sido frequente companheiro de farras do governador. Referências à amizade de Flores da Cunha com as "colônias" alemã e italiana, durante seu governo, estão em suas declarações públicas a partir do exílio, no Uruguai (Gertz, René E. *O Estado Novo*

Diante desse fato, qualquer pessoa de bom-senso mediano se perguntará por que um cidadão brasileiro de origem alemã ao ir a uma festa nazista, naquele contexto, poderia estar atendo contra o Brasil? Pelo contrário, uma eventual crítica ou oposição ao partido e ao governo – ou, então, a ausência a uma festa – de um país apresentado como tão amigo quanto a Alemanha, por parte de alemães ou descendentes com cidadania brasileira, até poderia ter sido interpretada como falta de lealdade ao Brasil e a suas autoridades.¹⁰

Também naquilo que tange ao período *após 1937*, quem lê com atenção e sem preconceitos as fontes policiais da época não encontrará atos antibrasileiros que possam ser classificados de *coletivos* – isso sem falar no fato de que um percentual muito alto dos atos *individuais* citados nos escritos das autoridades policiais, *posteriores a 1937*, tenha acontecido, justamente, *antes* dessa data, quando não estavam proibidos e, portanto, não eram ilegais – e, muito menos, constituíam ação, ou até traição, contra o Brasil. Da mesma forma que o Brasil manteve espões em outros países¹¹, *evidentemente*, também a Alemanha os teve aqui, mas, *até hoje*, não foram apresentadas provas incontestes contra cidadãos alemães ou descendentes tradicionalmente residentes nas “colônias” do sul do Brasil –

no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005, p. 157). Nos anos 1930, inclusive, se difundiram notícias sobre suas “origens alemãs”, pois um antepassado seu (Sarrazin) viera para São Leopoldo com os primeiros imigrantes (Porto, Aurelio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Sta. Terezinha, 1934, p. 132). Devo confessor que cometi um erro em relação a esse episódio, quando, em texto publicado no meu *site*, afirmei que o próprio Flores da Cunha esteve presente à festa.

¹⁰ O citado jornal de língua alemã calculou em 5.000 o número de pessoas presentes à festa, mas deve-se destacar que não foi uma festa exclusivamente política, mas sim uma festa popular, que teria se estendido até a madrugada do dia seguinte.

¹¹ Costa, Sérgio Corrêa da. *Crônicas de uma guerra secreta – nazismo na América: a conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

os espões alemães que atuaram no Brasil eram agentes, mais ou menos profissionais, vindos de fora.¹²

O conhecido jornalista Carlos Reverbel foi auxiliar do famigerado “nacionalizador” J. P. Coelho de Souza, secretário de educação do interventor Cordeiro de Farias. Não se sabe qual foi, exatamente, sua posição *durante* os acontecimentos, mas na perspectiva memorialística ele escreveu o seguinte, a respeito das depredações de agosto de 1942, contra objetivos que suposta ou efetivamente lembravam a Alemanha e a Itália, após o afundamento de navios brasileiros: “Houve casos de informantes acabocladados fornecerem indicações proveitosas ao torpedeamento, mas, com multidões movidas por paixões e fúrias desatadas, seria de se esperar que os justos também viessem a pagar pelos pecadores, como é de velha praxe em tais situações. (...). Poucos teriam culpa no cartório. *Os verdadeiros comprometidos com o nazismo, dentro e fora do governo, andavam tomando ares noutras freguesias*”.¹³

As reiteradas suposições – e até afirmações – de que a Alemanha tivesse planos de invadir e anexar as assim chamadas “colônias alemãs” do sul do Brasil não se baseiam em fatos ou fontes concretos, comprovados pela pesquisa histórica. Em recente entrevista, Luís Edmundo de Moraes¹⁴ disse o seguinte em resposta à pergunta “*Quais eram os planos de Hitler para o Brasil, caso a Alemanha tivesse saído vitoriosa da guerra?*” – “A esta pergunta eu poderia responder simplesmente: se existia

¹² Cf. Hilton, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

¹³ Bones, Elmar; e Laitano, Cláudia (orgs.). *Carlos Reverbel: textos escolhidos*. Porto Alegre: JÁ Editores, 2006, p. 726. Ênfase acrescentada ao original.

¹⁴ Professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, autor da citada tese de doutorado *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro* [Conflito e reconhecimento: os grupos locais da NSDAP em Blumenau e no Rio de Janeiro].

algun, ninguém sabe. De fato um dos mitos aos quais me referia anteriormente é o de que existiam planos de conquista territorial, ou planos bem acabados relativos à presença do NSDAP [sigla do partido nazista] no Brasil. Na realidade, a única fonte que mencionava planos bem elaborados expostos por Hitler era o livro de Hermann Rauschning *Conversas com Hitler (Gespräche mit Hitler)*¹⁵, ex-dirigente do NSDAP de Danzig, que foi identificado como uma fraude, nos anos 80, por Wolfgang Hänel, um professor suíço. Além disso, são procuradas evidências destes planos supostamente existentes desde pelo menos os anos cinquenta, e até agora nada que seja relevante foi encontrado. Ao lado de ‘informações’ fabricadas por serviços secretos ou pela diplomacia dos aliados, pela polícia política brasileira e reproduzidos pela imprensa, existem opiniões de militantes de base ou de membros de direções intermediárias que não têm valor como expressão de posições da direção partidária. E não existem indícios políticos de que um plano assim, ou mesmo objetivos claros em relação ao Brasil, tivessem existido. Em resumo, não existem fontes documentais relevantes que indiquem qualquer existência de planos de Hitler para a ação do partido nazista no Brasil durante ou depois da guerra”.¹⁶

Em outra entrevista mais recente que a anterior, o historiador inglês Ian Kershaw, reconhecido, na atualidade, como o maior especialista no tema Hitler e nazismo, disse o seguinte, a respeito de planos do *Führer* para a América Latina: “Ele não levou de jeito nenhum a América do Sul em consideração. No outono de 1941, Roosevelt produziu um mapa da América

¹⁵ Em português, existem versões com os títulos *Hitler disse-me*, *O que Hitler me disse*, *Hitler fala...*

¹⁶ <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/arquivo-conversa-cappuccino> (acessado em 8 de maio de 2012).

Latina mostrando planos de invasão alemã no continente, mas eram falsos, feitos a partir de informações do serviço secreto britânico”.¹⁷

Finalmente, não há como não levar em conta o fato de que, na década de 1930, existiu um partido fascista local, a Ação Integralista Brasileira, cuja semelhança com e inspiração em nazismo e fascismo italiano não pode ser negada. Mas, por mais que o senso comum tente aproximá-lo e colocá-lo numa dependência em relação aos congêneres europeus, e até como uma “cabeça de ponte” dos interesses europeus, ele não pode ser explicado, de forma convincente, como produto da presença do nazismo (nem do fascismo italiano), e a realidade “étnico”-cultural (a existência de uma população de origem alemã e italiana) também não consegue explicá-lo. As fontes são claras em mostrar que nem o partido nazista nem as autoridades alemãs fomentaram ou apoiaram, *de forma decisiva*, o integralismo – a citada tese de doutorado de Ana Maria Dietrich é, a esse respeito, ainda muito mais enfática do que meus trabalhos.¹⁸

Uma tentativa de explicação para a difusão do integralismo nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul (e de Santa Catarina), para não emaranhar-se em contradições insólúveis, *pode, e deve*, abstrair da variável “étnico”-cultural, e, em contrapartida, valorizar variáveis universais, como fatores po-

¹⁷ <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3757079-EI6782,00-O+mito+Hitler+parte+III.html> (acessado em 8 de maio de 2012).

¹⁸ O que não quer dizer que integralistas não tivessem buscado apoio moral e também financeiro do nazismo. Mas essa é outra história – não explica a adesão dos descendentes de alemães à AIB. A tese de doutorado de Natália dos Reis Cruz destaca a colaboração de alguns nazistas que atuavam no Brasil com o integralismo, mas, em última instância, sua argumentação não colide com a minha nem com a de Ana Maria Dietrich (Cruz, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Niterói: UFF, 2004 [tese de doutorado em História]).

líticos, sociais, econômicos. Isso significa que a explicação para um relativo sucesso nessas regiões está em fatores econômicos, sociais e políticos decorrentes de conflitos internos às próprias “colônias”, e não em ações teleguiadas de fora.

Nessa perspectiva, as pesquisas sobre o tema também derrubaram por terra os pressupostos usuais – nunca comprovados – sobre as populações “coloniais” como gente que vivia numa absoluta marginalidade política. Tudo isso é lenda! Como em qualquer lugar, parte da população era politicamente indiferente, mas não foram os “marginalizados” que aderiram ao “germanismo”, ao integralismo ou ao nazismo – sem falar nas correntes políticas tradicionais. Por essa razão, a política de “nacionalização” do governo brasileiro, durante o Estado Novo, errou por completo seu alvo, pois um eventual perigo não emanava daqueles que viviam nas “picadas” mais distantes, e que, eventualmente, não sabiam falar português – mas foram eles que mais apanharam.¹⁹

A conclusão que se impõe a partir de tudo isso é que as “colônias alemãs” não estavam tão contaminadas pelo nazismo e pelo integralismo quanto políticos, policiais e grande parte da imprensa divulgaram, não só na época, mas até hoje. Mesmo assim, os mitos a respeito das populações de origem alemã levaram a fortes medidas de repressão, a partir de 1938, através da assim chamada “campanha de nacionalização”.²⁰ O clima

¹⁹ Como se verá mais adiante, essa mesma concepção completamente errônea continua a vigorar em relação ao “neonazismo”.

²⁰ Gertz, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPE, 2005, p. 144-177. Em relação a Santa Catarina, cf. Fáveri, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí/Florianópolis: Editora da UNIVALI/Editora da UFSC, 2004. Naquilo que tange ao Brasil como um todo, pode ser consultado Perazzo, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FAPESP, 2009.

daí decorrente estendeu-se por muitos anos, após a guerra. Por isso, parte da população de origem alemã manteve-se arredia, retraída, e, de outro lado, continuou sendo encarada com desdém por alguns setores da sociedade brasileira – foi o tempo em que se falava do “alemão-batata”.

Naquilo que tange ao Rio Grande do Sul, essa situação sofreu certa mudança em 1974, quando o Brasil era governado por um descendente de alemães (e luterano) – Ernesto Geisel – e o estado por um descendente de italianos – Euclides Triches. Nesse momento, foi instituído, com apoio do governo estadual, o “biênio de imigração e colonização”, para comemorar os 150 anos do início da imigração alemã e os 100 anos da imigração italiana. Ainda que não esteja muito claro qual foi a intenção das instâncias governamentais ao promover esses festejos, é certo que eles representaram uma mudança na autoavaliação das populações de origem alemã (e italiana), e também uma possível mudança na forma como a população em geral encarava esses dois grupos.²¹

Apesar de certa distensão do clima, a partir desse momento, continuaram circulando, de tempos em tempos, referências a possíveis hordas de nazistas estabelecidos no estado, após a guerra, fato comentado com mais intensidade em momentos em que se descobriam antigos nazistas, em alguma outra parte do Brasil. “Ondas” de referências, nesse sentido, aconteceram,

²¹ Sobre as comemorações na “colônia alemã” cf. Roehé, Nara Simone Viegas Rocha. *O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1974 como corolário das relações econômicas Brasil-Alemanha*. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (dissertação de mestrado em História). Em relação aos efeitos dos festejos do centenário da imigração italiana, especificamente em relação à Festa da Uva, em Caxias do Sul, cf. Ribeiro, Cleodes Maria Piazza Julio. *Festa & identidade: como se fez a Festa da Uva*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, p. 193-211. Cf. também Santos, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto: Festa da Uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul – RS*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 101-102 (tese de doutorado em Antropologia Social).

por exemplo, quando Franz Paul Stangl foi preso em São Paulo, no ano de 1967; quando Gustav Franz Wagner foi preso, também em São Paulo, em 1978; e, finalmente, quando foram descobertos e exumados os restos mortais de Joseph Mengele, morrido em 1979, igualmente em São Paulo.²²

Notícias desse tipo encontram-se em *sites* populares sobre imigração alemã: “Segundo pesquisa do jornalista argentino Jorge Camarasa, o governo argentino acobertou a entrada de nazistas no país, que entraram em massa no país pelo porto de Buenos Aires, entre 1947 e 1952. Camarasa discorda da tese de que o Brasil teria sido ‘o quartel-general dos nazistas’ na América do Sul. Além de Joseph Mengele, que teria se afogado em 1979 em São Paulo, outros quatro criminosos nazistas viveram no Brasil: Gustav Wagner, Franz Stangl, Herbert Cukurs e o capitão da SS Eduard Roschmann. Do grupo, apenas Stangl, comandante dos tenebrosos campos de Treblinka e Sobibor, na Polônia, foi extraditado para a Alemanha, depois de localizado no Brasil, tendo sido condenado à prisão perpétua em 1967. Um outro vestígio da passagem de nazistas pelo Brasil foi levantado pela Comissão Especial de Apuração de Patrimônios Nazistas no Brasil, que em 1997 havia identificado 14 contas bancárias pertencentes a nazistas que chegaram no Brasil depois de 1945”.²³

As referências a algum velho nazista ou à descoberta de algum objeto que poderia ter pertencido a um deles sempre ataçaram o imaginário popular. Um caso que perdura até os dias atuais é o dos gêmeos de Cândido Godói, município da fronteira

²² Isso sem esquecer o fato de que algumas pessoas que haviam sido membros do partido, nos anos 1930, ficaram aqui durante a guerra, e continuaram aqui até o final de sua vida.

²³ http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/sala_de_aula/geografia/geografia_do_brasil/demografia_imigracoes/brasil_imigracoes_alemanha (acessado em 9 de maio de 2012).

nordeste do Rio Grande do Sul. Ali se registra um índice significativamente mais elevado de gêmeos que a média considerada normal. Tendo em vista a plausibilidade de que o carrasco nazista Joseph Mengele tenha transitado por ali, desde a década de 1950, e tendo em vista que ele fazia experimentos com gêmeos, nos campos de extermínio nazistas, não foi difícil difundir, na opinião pública nacional e internacional, a suspeita de que esse “excesso” de gêmeos derivaria de ações dele.²⁴ Não se sabe se a pesquisa feita, desde 1995, por cientistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujos resultados finais foram oficialmente apresentados à comunidade de Cândido Godói, em março de 2011, terão algum efeito para aplacar o ericamento da opinião pública em torno do assunto.²⁵

Não significa que algum nazista, mais ou menos importante, não possa ter-se estabelecido no Rio Grande do Sul, após a guerra. Mas, de fato, existem muito mais lendas, mitos, do que fatos a respeito. As lendas superam, em muito, os fatos, pela simples razão de que não existem pesquisas sérias e consistentes a respeito.

²⁴ Camarasa, Jorge. *Mengele: el angel de la muerte em Sudamérica*. Buenos Aires: Norma, 2010. Zabolotzky, Jacinto Anatolio; e Silva, Anecir Flores da. *Meus dois corpos*. Santa Rosa: Coli, 2007. Ainda em 22 de janeiro de 2009, o mais que sesquicentenário e sisudo *The Daily Telegraph*, de Londres, mancheteou: “The angel of death and the Brazilian twins” [O anjo da morte e os gêmeos brasileiros] (p. 15).

²⁵ Em 25 de março de 2011, o *Correio do Povo* anunciou: “Variação genética explica alto índice de gêmeos em Cândido Godói”, destacando que “gene trazido por imigrantes para a região faz aumentar casos de gravidez de duas crianças”. “Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apontaram que um gene raro é responsável pela grande quantidade de nascimento de gêmeos em Cândido Godói, no Noroeste do Estado. Depois de 17 anos de pesquisa, os estudiosos descobriram que o aumento de gestações de filhos idênticos na cidade é motivado por um gene capaz de manter dois óvulos fecundados dentro do útero. Em mulheres que não têm esse gene, o segundo embrião acaba sendo eliminado pelo corpo, sem que a mãe tome conhecimento”. <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=272716> (acessado em 14 de maio de 2012).

REVISIONISMO E SEPARATISMO

A redemocratização e o estabelecimento de garantias democráticas pela Constituição de 1988 parecem ter incentivado manifestações e ações de alguns grupos que retomaram aspectos da doutrina e da prática inspirados no nazismo. Deve-se registrar, no mínimo, dois movimentos ou grupos, nesse sentido, de alguma importância numérica, no estado. Um foi a “Editora Revisão”, criada por uma pessoa que se identificava pelo nome Siegfried Ellwanger Castan, já na segunda metade da década de 1980, em Porto Alegre, que publicou livros e outros materiais revisionistas e negacionistas sobre o Holocausto, sobre a Segunda Guerra Mundial, e também sobre temas contemporâneos.²⁶

O outro foi o surgimento, no início da década de 1990, do movimento da “República do Pampa”, separatista, cujo líder foi Irton Marx, residente em Santa Cruz do Sul, considerado um dos mais típicos municípios de colonização alemã, no estado. Nos anos seguintes, ambos os movimentos e seus respectivos líderes sofreram repressão policial e judiciária, de forma que sua visibilidade foi diminuindo, gradativamente, ao longo

²⁶ O próprio dono da editora se identificava pelo citado nome, muitas vezes na forma abreviada “S. E. Castan”. Não se discute, aqui, se esse era seu nome verdadeiro. Uma autorrepresentação pode ser encontrada em *A história do livro mais perseguido do Brasil*. Porto Alegre: Revisão, 1991.

dos anos 1990.²⁷ Nas informações sobre *skinheads* ou “neonazistas” da primeira década de século XXI, não costumam ser feitas referências ao separatismo, mas livros editados pela Editora Revisão são citados.²⁸

Se no caso da editora o caráter nazista – ou “neonazista” – é indiscutível, a situação é menos evidente no movimento separatista. Mesmo assim, o qualificativo foi amplamente utilizado para caracterizá-lo dessa forma. O próprio líder Irton Marx admitiu que o movimento costumava ser classificado de “nazista”. À pergunta “*uma das acusações que tem sido feitas ao senhor é a de racismo. O que o senhor diz a esse respeito?*”, respondeu: “É uma coisa muito lógica – o fato de ser acusado de racista –, que na verdade vem a demonstrar o racismo que existe contra as pessoas de origem alemã. Houve o momento propício para colocar isso à tona, para que se manifestasse o antigermanismo. Porque se o Irton Marx fosse uma pessoa de origem portuguesa, espanhola, não haveria essa pressão. Agora, como ele é de origem germânica, de uma cidade germânica rica e organizada, as pessoas de imediato nos tacharam de nazistas...”²⁹

Por terem sido liderados por pessoas de sobrenome alemão – e, no caso do movimento da “República do Pampa”, por ter tido sua sede em Santa Cruz do Sul –, e ainda pelo fato de conterem elementos doutrinários nazistas ou “neonazistas”, am-

²⁷ A respeito da editora, cf. Cruz, Natalia dos Reis. *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Rio de Janeiro: UFF, 1997 (dissertação de mestrado em História); Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Sobre o movimento separatista, veja Molon, Newton Duarte. *O colapso da União: o separatismo no Brasil*. São Paulo: Pensieri, 1994, p. 107 e segs.; Luvizotto, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

²⁸ O livro mais citado pelos *skinheads* ou “neonazistas” – *Mein Kampf* Minha luta, de Hitler – não foi publicado pela editora.

²⁹ *Apud* MOLON, op. cit., p. 126-127.

bos esses fenômenos foram vistos como produto da “colônia alemã”. Assim, mesmo que não haja estudos acadêmicos sobre números de participantes ou de simpatizantes desses dois episódios nem se tenha qualquer levantamento sobre sua origem étnica ou regional, ambos, mais uma vez, forneceram elementos para os críticos da presença de alemães e descendentes no Brasil, com acusações de que a ideologia nazista continuava intacta entre essas populações, e que essas populações seriam racistas num nível incomensuravelmente superior ao conjunto da população gaúcha e brasileira.

E essa visão caracteriza não só o senso comum, mas grande parte da própria produção acadêmica. Assim, o primeiro estudo produzido como trabalho acadêmico sobre a Editora Revisão foi a citada dissertação de Natalia dos Reis Cruz. Nela, se estabelece uma relação muito clara entre a origem étnica do seu idealizador e a “colônia alemã” (“gaúcho, residente em Porto Alegre e descendente de alemães” – p. 45). Segundo a autora, a atuação do editor só pode ser entendida no contexto da colonização alemã: “Os objetivos deste estudo são dois: primeiro, situar a Editora Revisão em seu *contexto histórico-cultural*. É importante salientar que o proprietário da editora, Siegfried Ellwanger Castan, *é um descendente de alemães, sendo, portanto, necessário incluir a análise da presença de colônias alemãs no sul do Brasil*. Este dado traz uma questão crucial: o cultivo do germanismo, ou seja, da cultura alemã, no sul do país. Parto da hipótese de que o *germanismo é um componente essencial para explicar tanto a emergência de um fenômeno como a Editora Revisão* – sua presença pode ser percebida pela pretensa defesa que Castan faz do ‘povo alemão’ – quanto as alterações a ele aportadas por Castan” (*sic*). Mais adiante, há todo um item dedicado ao “germanismo no sul do Brasil”.³⁰

³⁰ Cruz, op. cit., p. 3 e 66-71. As ênfases foram acrescentadas ao original.

Uma ligação direta entre a “colônia alemã” e o separatismo gaúcho, por sua vez, também é feita no estudo de Caroline Kraus Luvizotto. Apesar de que a argumentação não esteja muito bem articulada, e sejam enfatizadas as tradições separatistas da Revolução Farroupilha e da Revolução Federalista (*sic*)³¹ – que, obviamente, têm pouco a ver com os “alemães” –, não há qualquer dúvida de que a presença de descendentes de alemães é vista como fator fundamental para entender o separatismo do final do século XX. O simples fato de que a autora registra que o ponto de partida para seu trabalho foi sua monografia de conclusão de curso de graduação intitulada *Migração e separatismo: alemães no processo de criação do movimento separatista no sul do Brasil*, e ainda o fato de que o título original do trabalho foi *Etnicidade e separatismo no Rio Grande do Sul* mostra como esse fator é importante para a autora.³²

Mais ou menos na mesma linha de Natalia Cruz, na dissertação sobre a Editora Revisão, Luvizotto afirma que “considerando que grande parte do estado do Rio Grande do Sul foi colonizada por alemães e que há notícias de que militantes do Movimento Separatista Sulino contemporâneo demonstram sua simpatia por princípios nazistas, é possível configurar a influência do *nazismo-germanismo* no movimento”.³³

As próprias limitações formais dos trabalhos arrolados – isto é, trabalhos menos aprofundados, por serem (apenas) dissertações de mestrado – são responsáveis por deficiências de informação a respeito dos objetos em pauta. A dissertação de

³¹ Na historiografia, não existem referências ao caráter separatista da Revolução Federalista (1893-1895).

³² Luvizotto, op. cit., p. 10.

³³ Ibid., p. 49. A ênfase está no original.

Natalia Cruz sobre a Editora Revisão trabalha com uma lógica abstrata, a de que se na “colônia alemã” existe “germanismo”, e se em alguns lugares se preservam elementos de cultura alemã, e ainda se o fundador da editora aparece como “germanista”, então os “germânicos” devem ter algo a ver com isso.

Interessante é que na relativamente longa conclusão (p. 224-232) o suposto ou efetivo contexto cultural constituído pela “colônia alemã” não é contemplado com *nenhuma única* (!) linha de texto. Em contrapartida, lê-se que “a penetração do relativismo nos anos 80, no Brasil, uma década concebida por muitos como sendo marcada pela crise política, econômica, social e até moral, abriu caminho para o negacionismo de Castan, reduzindo a capacidade crítica frente a alguns discursos, visto que todos se equivaleriam” (p. 227-228). Essa frase sugere que, para a autora, ao final do trabalho, fatores políticos, econômicos, sociais, morais – e não *étnicos* (que aparecem como fundamentais, no início!) – estariam na raiz do surgimento da editora. É possível que, no decorrer da pesquisa, a hipótese inicial não tenha ficado tão evidenciada quanto o “pré-conhecimento” da autora sugeria.

Além disso, a pesquisa não se preocupou em saber quem eram os *consumidores* dos produtos da editora. Desconhecem-se estudos que tenham rastreado a trajetória dos produtos distribuídos, não se sabe para que lugares eram enviados, quem os consumia. Iam exclusivamente para a “colônia alemã”, ou eram distribuídos equitativamente para todos os estados do sul ou até para o Brasil todo? Nesse sentido, há, no mínimo, um dado a ser levado em consideração: um dos principais colaboradores de S. E. Castan foi um indivíduo de sobrenome “autenticamente” brasileiro, Sérgio Oliveira, que, além de participante do empreendimento, teve livros publicados pela editora.

Quanto ao movimento separatista de Irton Marx, nem o livro de Newton Duarte Molon e, muito menos, o de Caroline Kraus Luvizotto apresentam quaisquer provas de que se tratasse de algo exclusivamente “alemão”, ainda que seu idealizador tenha sido um descendente, tenha dito que existem preconceitos contra os “alemães”, defendesse ideias e opiniões que o aproximassem do nazismo, e residisse em Santa Cruz do Sul.

No livro de Molon, simplesmente não há uma única referência à “etnia”, ainda que transcrevesse a citada fala de Irton Marx sobre os preconceitos contra os “alemães”. Além de não apresentar quaisquer provas, o texto de Luvizotto, por sua vez, é extremamente frágil na própria estruturação, na sua argumentação, e não apresenta dados concretos que pudessem levar a uma discussão intersubjetiva. *Sintomaticamente*, da mesma forma que na dissertação de Natalia Cruz, também no livro de Caroline Luvizotto, nas “*considerações finais*”, as referências ao papel de “vanguarda” e de militância em massa dos “alemães” no movimento separatista, no mínimo sugeridas no início do texto, praticamente desaparecem, quando a autora conclui que “no caso do Rio Grande do Sul, o que se constata através de anos de pesquisa é que, por trás do movimento separatista, estão, sobretudo, entrevistados *problemas econômicos, políticos, sociais e étnicos*, que destroem o sentimento de brasilidade daquela população, fazendo florescer o orgulho por uma terra que construiu sua história, muitas vezes, segundo seus porta-vozes, marginalizada pelo governo central. Para os separatistas, o único caminho para o Rio Grande do Sul superar essa crise é a autonomia política e administrativa” (p. 86). Como se vê, aqui, na conclusão, a referência à “etnia” fica na rabeira de supostas ou efetivas causas motivadoras “duras” (isto é, problemas econômicos, políticos e sociais – e não étnicos!).

Molon, em contraposição à imputação de culpa aos “alemães” – dos quais ele, como foi destacado, não fala –, apresenta dois dados interessantes, divulgados no auge da publicidade em torno do separatismo: uma reportagem da *Folha de São Paulo*, com dados do *DataFolha*, e outra da revista *IstoÉ*, apresentando índices levantados pelo Instituto Bonilha. Segundo a primeira, 32% da população de *Porto Alegre* era favorável a uma separação dos três estados sulinos do Brasil. Como é certo que, na época, menos de 16% da população porto-alegrense era de origem alemã, pode-se afirmar que a *maioria* dos separatistas da Capital *não* era de origem alemã. De acordo com a reportagem da revista, mais de 47% dos gaúchos se pronunciaram pela criação de um novo país. Como se considera que apenas algo em torno de 20% do conjunto da população do estado é de origem alemã, esta reportagem permite apontar com maior ênfase ainda para o fato de que, estatisticamente, *mais da metade* dos separatistas, com certeza, *não* era de origem alemã (em ambos os casos, mesmo na hipótese absurda de que *absolutamente todos* os habitantes de origem alemã o fossem).³⁴

³⁴ MOLON, op. cit., p. 150-152.

A BANDA ZURZIR

Como se mostrará mais adiante, está muito difundida a opinião de que há uma linha de continuidade entre a presença de nazistas no Rio Grande do Sul, na década de 1930, e os atuais “neonazistas”. Essa perspectiva, porém, carece de comprovação empírica – ela se baseia numa “lógica”, mas nenhum de seus defensores apresentou, até agora, provas dessa continuidade.³⁵ Em contrapartida, existem indícios de que aquilo que costuma ser chamado de “neonazismo” nos últimos anos possui uma linha de continuidade que se estende por toda a primeira década do século XXI. Isso significa que os “neonazistas” identificados, presos e fichados pela polícia, nos últimos dez anos, constituem um grupo relativamente limitado, cujos membros estiveram envolvidos em vários dos episódios apontados como tais, no decorrer desses anos.

Encontra-se na internet uma entrevista concedida por integrantes de uma banda chamada Zurzir, antes de junho de 2003, os quais se declararam “membros da WSS-White Sul Skin”. A banda teria se formado no segundo semestre de 1999, para tocar “*white power music*”, influenciados por bandas como a *Honor* (Polônia) e *Bound for Glory* (EUA).³⁶ Entre

³⁵ Penso em continuidades como: o avô de um “neonazista” foi nazista; a maioria dos “neonazistas” estudou num colégio em que atuou um professor nazista, situações desse gênero.

³⁶ <http://www.winamp.tripod.com/> (acessado em 30 de abril de 2012).

as músicas apresentadas pelo grupo, há textos como o seguinte, sob o título “Guerreiro imortal”: “Fiz um juramento de sangue, / jurei eternamente lealdade. / Glórias e glórias. / Skin até a morte. / Este é meu destino. / Em busca da vitória, / em nobres ideais, / honrarei para sempre o nome de meus pais. / Glórias e glórias. / Skin até a morte. / Este é meu destino. / Skinhead, Skinhead! / Sangue, glória e honra, / nobre guerreiro imortal”.³⁷

Em 2003, o Ministério Público do Rio Grande do Sul denunciou os integrantes de um grupo que incluía os membros da banda, num total de oito pessoas. Segundo acórdão da Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado, “em meados do ano de 2003, mais precisamente nos meses de junho e julho, em diversas oportunidades, em horários não declinados nos autos, na via pública, nas avenidas Independência e Osvaldo Aranha, bem assim em outros logradouros, nesta Capital, os acusados Tiago Colisse Gonçalves, Israel Andriotti da Silva, Laureano Vieira Toscani, Alexandro Fraga Carneiro, Daniel Ferreira Peçanha, Valmir Dias da Silva Machado Junior, Adilson Lunardelli Pereira, e Leandro Maurício Patiño Braun³⁸, previamente ajustados, em comunhão de esforços, de forma continuada e organizada, praticaram e incitaram a discriminação, o preconceito de raça, cor, etnia e de religião”.³⁹

³⁷ <http://letras.terra.com.br/zurzir/1587453/> (acessado em 30 de abril de 2012).

³⁸ Ainda que no texto do acórdão o sobrenome deste último apareça como PATINO BRAUM, o correto é Patiño Braun.

³⁹ Os termos integrais do acórdão podem ser vistos em <http://www.georgemlima.xpg.com.br/zurzir.pdf> (acessado em 30 de abril de 2012). Deve-se registrar, com toda ênfase, que o autor não está classificando nenhuma das pessoas citadas na listagem acima e no restante deste livro como *skinheads* ou “neonazistas”. Se elas são citadas, é porque aparecem, nas fontes indicadas, como envolvidas nos respectivos incidentes. A citação dos nomes é importante para o objetivo central deste livro,

“De outra banda, além de material gráfico, os denunciados se uniram em torno da divulgação de suas ideias criminosas a partir da música e da Internet. Para tanto, formaram e participaram da banda ZURZIR, através da qual divulgaram e fizeram apologia, entre outras coisas, do nazismo, expressando as ideias do ditador alemão Adolf Hitler, a quem dedicam extrema devoção”. Uma das músicas utilizadas para ressaltar a ideia racista, de nome “88 – Heil Hitler”, de autoria do vocal e denunciado Alexandro Fraga Carneiro, exalta a figura do líder nazista.⁴⁰

Ainda que, no decorrer dos anos, aparecessem novos nomes, em vários dos episódios mais marcantes acontecidos durante o restante da década, e classificados como “neonazistas”, alguns daqueles citados no processo como envolvidos nos acontecimentos de 2003 voltaram a ser arrolados. Além disso – em função de uma preocupação central deste livrinho –, deve-se chamar a atenção para o fato de que, entre os oito sobrenomes apontados, apenas um é *parcialmente* alemão.

isto é, para verificar se aquilo que é apresentado como “neonazismo” é “coisa de alemão”, ou não.

⁴⁰ O texto da música é o seguinte: “Soberano guerreiro, com seus punhos de aço / tentou livrar o mundo da sinistra irmandade. / O triunfo da vontade guiou o império / e a serpente destilou em seu veneno mistérios. / 88 Heil Hitler, 88 Heil Hitler, 88 Heil Hitler [duas vezes]. / A ferro e fogo suportou as mentiras sionistas. / Condenado pelo mundo a pagar sem razão, / o nobre Führer foi calado, e seu império vencido. / Perdeu-se um grande herói. Jamais será vencido. / 88 Heil Hitler, 88 Heil Hitler, 88 Heil Hitler [duas vezes]”.

ATAQUE A JOVENS JUDEUS (2005)

Novo e grave incidente “neonazista” ocorreu na noite de 8 de maio de 2005 – casualmente ou não, o dia em que se completavam exatos 60 anos desde o término da Segunda Guerra Mundial, na Europa. “De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público..., [um] grupo conhecido por *skinheads* que, pregando o preconceito contra determinados grupos raciais e sociais, como judeus, negros, homossexuais e *punks*, praticava delitos contra pessoas pertencentes a estes grupos”. “Ao serem informados da presença de judeus nas proximidades do ‘Bar Pinguim’, situado na Rua Lima e Silva, esquina com a Rua da República, em Porto Alegre,... teriam saído do interior do bar e, utilizando faca e canivete, teriam agredido Rodrigo Fontella Matheus, Edson Nieves Santana Júnior e Alan Floyd Gipsztein, que conversavam distraidamente”.

Os dois últimos teriam conseguido desvencilhar-se dos agressores, mas o primeiro foi ferido, com gravidade. A acusação não se restringiu ao ato em si, pois “os *skinheads* veiculavam ideias discriminatórias pela Internet, divulgando letras de músicas, fotografias e imagens com mensagens de conteúdo antissemita e nazista, pregando a supremacia da raça ariana”. O Poder Judiciário gaúcho determinou que deveriam ir a julgamento os seguintes acusados de envolvimento nesse episódio: Ana Paula Peluso Dutra, Daniel Vieira Sperk, Fa-

bio Roberto Sturm, Israel Andriotti da Silva, Laureano Vieira Toscani, Leandro Comaru Jachetti, Leandro Maurício Patiño Braun, Luzia Santos Pinto, Marcelo Moraes Cecílio, Rafael Barbosa Coitinho, Rodolfo Waterloo Monteiro, Thiago Araújo da Silva, Valmir Dias da Silva Machado Junior, Vanessa Veríssimo Silveira.⁴¹

Sob o ponto de vista que aqui interessa, deve-se destacar que entre os 14 nomes deste segundo grupo há quatro que já apareceram no grupo levado a julgamento pelos atos praticados em 2003.⁴² Isso indica uma continuidade nominal entre os dois grupos. Também é importante atentar para o fato de que, do agora total de 18 nomes dos dois grupos, apenas três apresentam *parte* do sobrenome em alemão (num caso existe apenas um sobrenome em alemão).⁴³ Mas nos sobrenomes dos 14 restantes não aparece qualquer vestígio de origem alemã.

⁴¹ <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/noticias/2333356/grupo-envolvido-em-atos-violentos-contra-judeus-devera-responder-diante-do-tribunal-do-juri> (acessado em 2 de maio de 2012).

⁴² Aconteceu uma cena algo obscura em meio a esse episódio, que foi o relaxamento da prisão de quatro acusados, em agosto de 2005, por suposto ou efetivo erro na identificação dos autores do ataque por parte das vítimas. Veja uma matéria jornalística a respeito no “Anexo 1”.

⁴³ Partindo do princípio de que, no caso de sobrenomes duplos, o primeiro costuma ser herdado da mãe e o segundo do pai, não se sabe se o pai e a mãe desta última pessoa possuem sobrenome alemão – ou apenas um deles.

MEUS ESTUDOS SOBRE “NEONAZISMO” NO RIO GRANDE DO SUL

Tendo em vista a tradição de meus estudos sobre nazismo e integralismo, a intensificação de referências a atos “neonazistas” fez com que eu fosse questionado, com alguma frequência, sobre o tema, pois a muita gente parecia natural que alguém que aparece como entendido em nazismo também deveria saber algo sobre “neonazismo”. Além disso, minha própria curiosidade foi despertada pelo fato de que minhas observações – mesmo superficiais – indicavam para o fato de que este último fenômeno tinha pouco a ver com a “colônia alemã” (como o nazismo, sem dúvida, tivera a ver). Sem muita pressa e intensidade, comecei a coletar material sobre o novo tema. E as fontes indicavam que se, lá na década de 1970, meus estudos sobre nazismo e integralismo me obrigaram a contrariar, a afrontar, o senso comum, algo parecido poderia acontecer agora em relação ao “neonazismo”.

Nesse contexto, em novembro de 2007, a revista eletrônica *Notícias*, do Instituto Humanitas (IHU), da UNISINOS, me propôs uma entrevista sobre “era Lula e era Vargas”. As perguntas se referiam, sobretudo, a aspectos do primeiro governo Vargas (1930-1945) e eventuais semelhanças ou diferenças em relação ao governo Lula. Aparentemente pelo fato de ser sabido que, durante esse período, o partido nazista teve filiados atuando no Brasil e, também, pelo fato de ter surgi-

do, na mesma época, a Ação Integralista Brasileira, a repórter resolveu explorar esse tema. E assim, uma das perguntas foi a seguinte: “*Como podemos compreender o Integralismo filogermânico no Brasil hoje?*”. Respondi que há dois grupos claramente distintos: os velhos e saudosistas integralistas/perrepistas⁴⁴, cuja atividade clandestina é restrita, e os “neonazistas”, estes, sim, ativos, mas cujo número é relativamente pequeno, motivo pelo qual, em minha opinião, estavam sendo supervalorizados pela mídia. Disse que a polícia, evidentemente, deve monitorar esses grupos, e agir quando planejam ou praticam atos ilegais, mas considerava contraproducente sua exibição excessiva na imprensa.

Dito isso, emendei a seguinte observação: “Não posso deixar de fazer um comentário sobre o adjetivo que consta nesta pergunta... Os adjetivos ‘filonazista’ ou ‘filofascista’ seriam políticos e por assim dizer mais ‘neutros’. ‘Filogermânico’ tem uma clara conotação étnica. Talvez de forma totalmente inconsciente, a formuladora da pergunta se deixou levar pelo senso comum hegemônico de que ‘neonazismo’ só pode ser coisa de ‘alemão’. E ela está em ótimas companhias. Num programa de rádio sobre ‘neonazismo’ irradiado no ano passado [em 2006], uma pessoa que todos nós aprendemos a admirar, durante décadas, pelo empenho em defesa dos Direitos Humanos, aqui no Rio Grande do Sul, fez a seguinte afirmação: ‘Onde a colonização alemã é muito forte, como no sul do Brasil, *ainda* persiste um sentimento neonazista’.⁴⁵ Essa frase é preocupante. Se é assim, bastaria

⁴⁴ Depois da Segunda Guerra Mundial, parte muito significativa dos integralistas da década de 1930 fundou o Partido de Representação Popular (PRP), daí o adjetivo “perrepista”.

⁴⁵ Na entrevista, não revelei o nome da pessoa, mas trata-se, evidentemente, de Jair Krischke, que há décadas é dirigente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, e que, *nessa qualidade*, suposta ou efetivamente, possui méritos que não posso contestar. O *italico* na palavra “ainda” é meu. A afirmação de Krischke foi feita

erradicar os ‘alemães’ (por coerência, essa medida deveria incluir o autor da frase), e o problema estaria solucionado. O mínimo que se pode dizer... é que a equação não é tão simples assim.”

Na sequência, relatei o já citado fato de que os sobrenomes alemães estão sub-representados entre os “neonazistas” presos pela polícia gaúcha, e terminei dizendo: “Infelizmente, não há espaço para detalhar minha posição a respeito, mas, pela responsabilidade ética que tenho, não posso deixar de conclamar as pessoas de bem a combater o ‘neonazismo’, e não etnias! Certamente, é mais justo e produtivo! Além disso, não se acaba fazendo exatamente aquilo que os ‘neonazistas’ pregam!”⁴⁶

Naquele momento, eu estudava o nazismo e o integralismo há mais de 30 anos, e não tinha mais nenhum medo de ser surpreendido por alguma afirmação ou descoberta que pudesse refutar, de forma radical, minhas conclusões publicadas ao longo desses anos. Mas minha dedicação ao “neonazismo” era relativamente recente, e minhas convicções não estavam tão arraigadas quanto aquelas sobre os dois outros temas. Por tudo isso, levei um susto, quando, na semana seguinte à minha entrevista, a mesma revista publicou outra com Adriana Abreu Magalhães Dias, que acabara de defender uma dissertação de mestrado na UNICAMP sobre o “neonazismo” na Internet.⁴⁷ Imaginei que poderia ter cometido um grande erro ao me aventurar, em manifestação pública, numa área na qual era ainda um iniciante, e, portanto, poderia ser humilhantemente contraditado por uma especialista que havia feito uma pesqui-

durante um dos programas de uma série sobre “neonazismo” irradiada pela Rádio Gaúcha, de Porto Alegre. O arquivo de voz está comigo.

⁴⁶ <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10882-era-lula-e-era-vargas-algo-a-ver-entrevista-especial-com-rene-e-gertz> (acessado em 14 de maio de 2012).

⁴⁷ <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/11037-o-neonazismo-na-sociedade-contemporanea-entrevista-especial-com-adriana-abreu-magalhaes-dias> (acessado em 14 de maio de 2012).

sa acadêmica desenvolvida em e avaliada por integrantes de uma das mais conceituadas universidades do país.

Minhas pesquisas e meu interesse estavam muito centrados na tentativa de verificar o eventual caráter exclusivamente “alemão” do “neonazismo”, e, assim que vi o título, imaginei que a entrevista de Adriana Dias pudesse tratar desse tema – e, eventualmente, provar, com dados “duros”, que minha opinião estava totalmente errada. De fato, a entrevistada não se pronunciou, de forma explícita, sobre isso. Mas disse que havia cerca de 150.000 “neonazistas” no país, dos quais “45 mil simpatizantes” estariam em Santa Catarina, estado seguido pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo. Não estava dito que o elevado percentual atribuído a Santa Catarina significava que fosse “coisa de alemão”, mas, com certeza, também não era errado imaginar que a maioria absoluta daqueles que viriam o texto fariam essa “leitura”.

Depois de ter lido a entrevista, fui para a Internet para obter mais informações sobre a autora e sua pesquisa. Numa publicação eletrônica sobre “Leituras cotidianas” (n. 354, de 17 de novembro de 2007), o total de “neonazistas” no Brasil aparece, aqui, reduzido para 90.000, mas foi mantido o número de 45.000 para Santa Catarina – com que a carga percentual atribuída a esse estado aumentou de forma muito significativa (de 30%, no primeiro caso, para 50%, no segundo). O estado não só abrigaria o maior número de “neonazistas”, mas também teria abrigado o mais conhecido *site* brasileiro identificado com eles (*Valhalla88*).

Mais adiante, o leitor ainda ficava sabendo que, no mínimo, 60% dos visitantes desse *site* se apresentavam como de “sangue alemão”. Entre aspas – portanto palavras textuais –, lia-se que “a autogarantia de uma origem europeia, particularmente teutônica, é muito forte, principalmente nos inter-

nautas que se identificam como moradores de Santa Catarina, chegando a 48%, o que confirma os dados das ONGs antirracistas”. E, logo adiante, a autora estabeleceu um vínculo expresso da situação atual com o nazismo: “Um dado importante a ser recordado é que o estado abrigou o maior núcleo de nazistas no Brasil na década de 1930, seguido de perto pelo Rio Grande do Sul”.⁴⁸ Essa frase não admitia outra interpretação a não ser a de que a autora pressupunha uma linha de continuidade entre a presença nazista nas décadas de 1930/1940 com a situação atual.

Ainda que também nesta matéria não se encontrasse a afirmação explicitamente categórica de que o “neonazismo” em Santa Catarina seja coisa, sobretudo, “de alemão”, o leitor agora não teria mais dúvida de que é isso que a autora, de fato, queria dizer – não só com a insistência na supremacia numérica num estado com forte imigração alemã, mas também com o estabelecimento de um vínculo de continuidade com o nazismo.

Parecia, portanto, que eu viveria uma grande derrota pessoal ao ler a dissertação de Adriana Dias, pois encontraria ali a comprovação definitiva de que o “neonazismo” é, sim, – se não *exclusivamente*, então, ao menos, *sobretudo* – “coisa de alemão”. Pela angústia em ver-me refutado, e ter maculada uma carreira acadêmica penosamente construída durante 30 anos, entrava ao menos uma vez por semana no *site* da UNICAMP para ver se o texto já estava disponível na biblioteca virtual.

⁴⁸ http://www.pfilosofia.xpg.com.br/07_leituras_cotidianas/20071117a.htm?Location_href=http://www.pfi (acessado em 10 de janeiro de 2008). A matéria parece não estar mais no ar, mas o autor possui cópia impressa. Aqui é preciso registrar um pequeno erro factual cometido pela autora – o estado com o maior número de pessoas filiadas ao partido nazista foi São Paulo (como se pode ler no citado trabalho de Ana Maria Dietrich, op. cit., p. 141).

Em torno de 15 de maio de 2008, a dissertação de Adriana Dias, finalmente, apareceu na biblioteca virtual da universidade.⁴⁹ Imprimi-a, e comecei a ler. De fato, não há dúvida de que a autora estabelece um inegável vínculo do “neonazismo” com “os alemães” – ainda que não afirme, de forma expressa, que eles sejam os únicos responsáveis. Na página 35, confirma a estimativa de 90.000 “pessoas diretamente envolvidas em grupos neonazistas, cerca de metade disso apenas no estado de Santa Catarina”; reitera que o *site* *Valhalla* “tem sua sede em Santa Catarina”, e, numa nota de rodapé, informa que “a relação entre o estado sulista e o neonazismo no Brasil será retomada posteriormente”.

Mais adiante, a autora, de fato, retoma esse ponto, e não deixa dúvida sobre quem são os “neonazistas” de Santa Catarina, em sua opinião. Depois de falar da imigração alemã e da suposta ou efetiva manutenção da identidade étnica – quando recorre aos trabalhos clássicos da antropóloga Giralda Seyferth –, escreve: “Como seus antepassados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os internautas do neonazismo no Brasil são separatistas...” (p. 109).⁵⁰

Eu estava acostumado com as amplas discussões feitas pelos historiadores sobre as fontes para estabelecer o número de nazistas que houve no Brasil da década de 1930.⁵¹ E, nesse sentido, a preocupação com os números referentes aos “neona-

⁴⁹ Dias, Adriana Abreu Magalhães. *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. Campinas: UNICAMP, 2007. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000419685&fd=y> (acessado em 14 de maio de 2012).

⁵⁰ Não fica claro o que a autora quer dizer com o “separatismo” dos antepassados, mas, possivelmente, ela esteja pensando na lenda de que a Alemanha tencionava transformar as assim chamadas “colônias alemãs” do sul do Brasil em território alemão.

⁵¹ Cf., por exemplo, Moraes, op. cit., p. 165 e segs.

zistas” e sua distribuição geográfica, na dissertação, me pareceu pouco consistente, pois a autora cita como *única* fonte uma ONG antirracista, *sem qualquer preocupação com uma avaliação da consistência e da veracidade*.⁵² Imaginava também que a autora traria informações mais detalhadas sobre o *site Valhalla*, que, segundo ela, era alimentado a partir de Santa Catarina, ainda que se saiba que estava localizado num provedor do exterior. A partir de que cidade catarinense ele era alimentado? Existem informações sobre quais são as pessoas que o operavam? Existem indícios de financiamento por empresários de origem alemã ou por recursos vindos da Alemanha, ou, ainda, por recursos provenientes dos tesouros suposta ou efetivamente desembarcados por nazistas, na América Latina, ao final da Segunda Guerra – já que a autora estabelece um vínculo com a existência de nazistas em Santa Catarina, no pós-guerra? Na dissertação, não há qualquer tentativa de responder a esse tipo de pergunta.⁵³

⁵² Na página 35, nota 42, a autora escreve: “Grande parte dos dados acerca do neonazismo no Brasil se refere a dados citados na *Web* pelo sociólogo Túlio Kahn, Pesquisador do ILANUD – Instituto Latino-Americano para a Prevenção de Delito e Tratamento do Delinquente (<http://ilanud.org.br/>), órgão das Nações Unidas voltado para o combate à criminalidade na América Latina”. Claro – como se verá mais adiante –, a autora insistiu que, além dessa fonte, suas investigações sobre intensidade de conexões de Internet confirmariam os dados dessa ONG. Não vamos discutir esse ponto aqui, na esperança de que o próprio leitor forme uma opinião a respeito, na continuidade da leitura.

⁵³ Ainda que o *nazismo* em Santa Catarina não seja tema central da dissertação, nem da parte que aqui nos interessa, a bibliografia a que a autora recorreu para falar desse assunto é de uma pobreza franciscana. O livro citado é de décima quinta categoria (Amorin, Aluizio Batista de. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2000). O livro de Marlene de Fáveri (op. cit.), por exemplo, originalmente tese de doutorado, com suas ricas e atualizadas indicações bibliográficas está arrolado na lista de fontes da dissertação, mas não se encontra citado no corpo do trabalho. Certamente, também teria sido proveitoso para a autora se tivesse lido a tese de doutorado de Priscila Perazzo, op. cit.

Insatisfeito com a leitura da dissertação de Adriana Dias, *naquilo que tange à minha preocupação com a origem “alemã” do “neonazismo”*, realizei algumas pesquisas próprias sobre sua incidência em Santa Catarina, e também no Paraná.⁵⁴ Como se verá, Adriana Dias, mais tarde, debochou desta minha pesquisa, pelo fato de que ela foi realizada através de simples buscadores usuais na Internet. Abstraindo o deboche, minhas pesquisas levaram à constatação de que, apesar do suposto ou efetivo número inferior de “neonazistas” no Rio Grande do Sul, na comparação com Santa Catarina (a acreditar nos dados da própria Adriana), as notícias sobre atos atribuídos a eles apareciam com bem menos frequência que no primeiro estado.

Quanto ao Paraná, não se trata de discutir as dimensões do “neonazismo” local, mas de perguntar sobre seu caráter “alemão”. A própria dissertação, nas páginas 46 e seguintes, relata um episódio envolvendo um grupo de “neonazistas” de Curitiba que foi preso e levado à Justiça, em 2005, e que permite tirar algumas conclusões a esse respeito.

Ela se ocupou com certa largueza com o casal líder do grupo, Eduardo Toniolo Del Segue e Edwiges Francis Barroso. Ao contrário daquilo que ela fez, concentrando sua atenção exclusivamente no casal, eu queria ampliar meus conhecimentos sobre o grupo todo. Foi possível reconstituir os nomes de doze. São os seguintes: Anderson Marondes de Souza, André

⁵⁴ Devo registrar, com toda ênfase possível, que não estou fazendo uma avaliação da dissertação como um todo. Trata-se de um trabalho acadêmico em Antropologia, classificado pela autora como Etnografia Virtual, área na qual não tenho qualquer competência. Mas como a autora registra dados sobre a distribuição geográfica do “neonazismo” (coisa que, posteriormente, negou, como se verá), e como a observação sobre a localização de *metade* dos “neonazistas” brasileiros em Santa Catarina foi repetida em várias entrevistas, não posso deixar de insistir que foi aberto um flanco para esta crítica específica em relação à dissertação.

Lipnarski (“Pinduka”), Bruno Paese Fadel, Drahomiro Michel Romanowski Carvalho (“Gavião”), Eduardo Toniolo Del Seque (“Brasil”), Edwiges Francis Barroso (“Franciele”), Estela Herman Heise, Fernanda Keli Sens, José Carlos Domingues dos Santos (“Cazé”), Lílian Regina de Brito, Raul Astutte Filho, Valmir Dias da Silva Machado Jr.⁵⁵

É verdade que, na dissertação, foi transcrito um depoimento de Edwiges Francis Barroso (a “Franciele”) no qual ela se diz “descendente de alemães por parte de pai e mãe” (p. 47), mas na página seguinte é citado um delegado de polícia de Curitiba segundo o qual essa pessoa apresenta “distúrbios muito sérios”, de forma que sua ascendência alemã, no mínimo, se torna suspeita. Como se vê, *objetivamente* consta na lista *um único* sobrenome alemão.

Esses dados me levaram à convicção de que também no Paraná – assim como os dados até aqui apresentados sugeriam para o Rio Grande do Sul –, não é óbvio nem fácil de provar que o “neonazismo” seja coisa exclusiva, nem predominante, “de alemão”. Tudo isso reforça as dúvidas sobre a propalada presença maciça de “neonazistas” em Santa Catarina, e sobre as inferências de que sejam, sobretudo, “alemães”.⁵⁶

Em julho de 2008, concluí uma primeira versão de um texto então intitulado “Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e ‘neonazismo’ no Brasil”, que mandei a vários colegas, para pedir-lhes críticas e sugestões. Como esse texto foi distribuído na forma de um arquivo eletrônico através da Internet, ele poderia ter-se tornado público. Como ali fazia as citadas críticas à dissertação de Adriana Dias, consi-

⁵⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u114891.shtml> (acessado em 14 de maio de 2012).

⁵⁶ Além dos argumentos apresentados, colegas das universidades catarinenses desconhecem essa presença maciça de “neonazistas” no estado. Também a polícia catarinense tem dado mostras de não trabalhar com essa hipótese.

derei meu dever ético fazer chegar o texto também a ela, para tomar conhecimento e, eventualmente, exercer seu direito de esclarecimento ou defesa.

Não tendo conseguido encontrar seu endereço eletrônico, enviei o texto para sua professora orientadora, com o pedido de que lhe fosse encaminhado. De forma surpreendente – pois não havia mandado meu telefone privado, e ele não consta nos guias nem está registrado em meu nome, motivo pelo qual paira um grande mistério sobre a forma como a autora conseguiu obtê-lo⁵⁷ –, recebi, em minha casa, na noite do *mesmo* dia, um telefonema de Adriana Dias. Sua fala consistiu num verdadeiro metralhamento verbal sobre mim, de forma que não tive outra alternativa a não ser elevar a voz para ao menos poder dizer algumas palavras. Diálogo não houve!

A seguir, escrevi um artigo para a revista *Espaço Plural*, editado pela UNIOESTE, sob o título “Os ‘súditos alemães’ no Brasil e a ‘pátria-mãe’ Alemanha”, no qual renovei minhas críticas à referida dissertação.⁵⁸

⁵⁷ Apesar de ter manifestado publicamente minha estranheza em relação a esse aspecto, e apesar de que Adriana Dias, certamente, tomou conhecimento dessa minha estranheza, até hoje (23/5/2012) não revelou como obteve o número de meu telefone. Tendo em vista que em sua dissertação fala de suas boas relações com autoridades, para denunciar atos “neonazistas”, tenho razões para *suspeitar* que fui bisbilhotado. Na página 27 da dissertação, a autora escreveu: “dar conta, etnograficamente destes racistas, nazistas e revisionistas, se revelou, nestes últimos cinco anos, um desafio intelectual e uma reafirmação de minha postura política: por um lado era preciso explicá-los, por outro era preciso denunciar os crimes que cometiam”. Que o “denunciar” aqui não foi um simples ato de escrever uma dissertação, fica claro na introdução, quando agradeceu “ao procurador-geral do Ministério Público, e Coordenador do Grupo de Combate a Crimes Cibernéticos, Sérgio Gardenghi Suiama, exemplo de luta na defesa dos direitos humanos no Brasil, *por ter recebido as minhas denúncias contra os sites racistas*” (p. viii) (ênfase acrescentada ao original).

⁵⁸ *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondo: UNIOESTE, ano IX, n. 19, 2008, p. 67-73.

Em 25 de março de 2009, Adriana Dias escreveu, no seu *blog*, um texto intitulado “Erros (de todos os tipos) que se pode cometer quando...”.⁵⁹ Peço desculpas por passar a transcrever esse longo “discurso”, mas ele constitui um exemplo claríssimo da mentalidade, da forma de pensar e da forma de reagir a opiniões divergentes por parte de muitos “caçadores de neonazistas”.

Vamos, portanto, à transcrição. Numa tentativa de “aliviar” a leitura e de lembrar ao leitor que o texto não é meu, colocarei algumas observações *minhas* em notas de rodapé, eliminarei alguns trechos e resumirei, com palavras minhas, alguns outros. Segue a reprodução do texto de Adriana Dias. Caso o leitor ficar entediado com a extensão deste item, pode saltá-lo, e ir direto para o próximo (“Atos ‘neonazistas’ em estádios de futebol, e em outros locais”).

“Há alguns meses, recebi um e-mail de um professor do Rio Grande do Sul, questionando dados da minha dissertação de Mestrado, *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo*, defendida na UNICAMP, em 2007. Ele o fazia por meio de um artigo no qual critica ‘uma pesquisa acadêmica apresentada e avaliada por uma das mais importantes universidades do país’. Cheguei a falar com o professor em questão, via telefone, na tentativa de esclarecer alguns pontos, que, obviamente, ele ainda se recusa compreender.”⁶⁰ Digo,

⁵⁹ O texto foi acessado, na época, através do seguinte *link*: http://etnografianovirtual.blogspot.com/2009_03_01_archive.html. Posteriormente, foi retirado do *site*, mas eu o imprimo e posso fornecer cópias. Nas passagens que aqui serão citadas foram corrigidos alguns erros de digitação óbvios, mas, no mais, trata-se da reprodução fiel daquilo que está impresso no original. Convém destacar que eu não conhecia o *blog* da autora, e só tomei conhecimento do texto vários meses depois. A cópia impressa que possuo tem a data de 8 de dezembro de 2009.

⁶⁰ Aqui se trata do telefonema em relação ao qual a autora me deve explicações sobre a forma de ter conseguido o número de meu aparelho.

obviamente, por conta da publicação de um artigo seu [acima referido], no qual insiste, de maneira refratária, em erros grotescos de análise. Como apenas esta semana tomei conhecimento desta publicação, respondo agora.

“Para construir esta dissertação, fruto de uma pesquisa de seis anos, eu desenvolvi uma etnografia em ambiente hipermediado. Nesta, analiso 40 *sites* neonazistas, escolhidos entre 13 mil localizados. Era-me impossível etnografar todos eles. Escolhi os mais acessados nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa, os que mais se relacionavam, por meio de links, com outros *sites* da Internet, os que ofereciam mais material para ‘ativismo’, disponibilizando livros, cartazes, selos, músicas e outros materiais, e os que eram reconhecidos, pelos próprios neonazistas, dos *chats*, fóruns, listas de discussão e comunidades das redes sociais, como referências, ou seja, *sites* considerados muito importantes para o próprio movimento neonazista. Do total dos *sites* localizados, escolhi 40. Não houve nem um motivo especial para este número. Era apenas o número que eu presumi possível de analisar numa etnografia.

“Vamos aos comentários do professor.

“Ele inicia seus comentários a meu respeito, afirmando: ‘mais recentemente, recrudesceram manifestações e atos ‘neonazistas’ praticados, sobretudo, por jovens, incluindo a utilização da Internet para divulgar as ideias e as ações desses grupos. E é justamente sobre esta última temática que foi apresentada uma dissertação de mestrado na UNICAMP, no final de 2007. Trata-se de um trabalho acadêmico escrito e apresentado por Adriana Abreu Magalhães Dias, intitulado *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*.

“A respeito desse parágrafo poderia escrever um artigo.

“Em primeiro lugar, os atos ‘neonazistas’ (entendendo como neonazistas o que defino como ‘neonazista’ na minha

dissertação: o movimento racista, que atualiza o discurso nazista que objetiva criar ‘uma pátria branca’) não recrudesceram ‘recentemente’. Isto vem acontecendo há cerca de trinta anos. Os dados que o senhor apresenta falam apenas dos últimos quatro anos. E quando digo ‘atualiza’ o nazismo, uso ‘atualiza’ no sentido contextualizado por Giles Deleuze. Recomendo ao professor a leitura de livros como...”⁶¹

“Em segundo lugar, o neonazismo não é um movimento ‘jovem’. William Pierce morreu com 68 anos, David Lane, com 69, trabalhando ativamente no movimento, publicando nos *sites* que analisei, para citar dois líderes, seguidos inclusive por militantes brasileiros, conforme demonstra a análise dos *sites* pesquisados. Em que fontes o senhor foi aferir ‘a juventude do neonazismo’? Quero as fontes!!!! Ainda que jovens façam parte do movimento, que os busca em seu proselitismo, como qualquer movimento político que queira manter-se, a estrutura dos *sites*, o gasto, inclusive financeiro que esta estrutura representa não é de um movimento simples, que possa ser simplesmente atribuído à juventude de seus membros. Isso é que é senso comum: os ‘jovens’ são sempre os responsáveis pelos movimentos discutíveis? Cadê as fontes para afirmar isso?”⁶²

⁶¹ Os livros que ela recomenda são os seguintes: Ferrarotti, Franco. *La tentazione dell'oblio: razzismo, antisemitismo e neonazismo*. Roma: Laterz, 1993; Hockenos, Paul. *Livres para Odiar – neonazistas: ameaça e poder*. São Paulo: Scritta, 1995; Moyano, Antonio Luis. *Neonazis. La seducción de la svástica*. [S. l.]: Editorial Nowtilus, 2004; Ezekiel, Raphael. *The Racist Mind*. New York: Penguin Books, 1995.

⁶² Minhas referências e minha preocupação eram as informações sobre os “neonazistas” brasileiros, e, neste caso, todas convergem para a efetiva juventude dos militantes. As próprias autoridades policiais brasileiras têm insistido que são jovens entre 16 e 30 anos. Em relação à tese conspirativa que transparece no texto de Adriana Dias – que os jovens são “pau-mandado” de gente adulta, possivelmente de grandes organizações –, inclusive autoridades gaúchas, como se verá, a defendem,

“O professor acrescenta: ‘Nesse trabalho, a autora informa que existem, no Brasil, cerca de 90.000 ‘pessoas diretamente envolvidas em grupos neonazistas, cerca de metade disso apenas no estado de Santa Catarina’; afirma, também, que o *site* Valhalla ‘tem sua sede em Santa Catarina’.

“Sobre este ponto, eu poderia escrever outro artigo.⁶³

“Na primeira parte da dissertação o que eu faço, respeitando uma das formas canônicas etnográficas, que talvez o professor desconheça, eu situei o movimento neonazista no Brasil e em outros lugares, de acordo com o objeto que eu recortei durante a pesquisa, mostrando dados, oficiais, nos países que a possuem, mostrando a dificuldade de obter os mesmos no Brasil (minha dissertação, p. 27).

“No Brasil, crimes de ódio racial ainda são precariamente condensados em dados específicos, muitas vezes caracterizados apenas como lesão corporal, injúria ou até homicídio, e não destacados como crimes de racismo, embora a Cons-

quando lembram que oficiais nazistas fugiram para a Argentina após a Segunda Guerra Mundial, os quais estariam por traz da ação dos “neonazistas” gaúchos, por exemplo. Neste caso concreto sobre oficiais nazistas na Argentina, existe o pequeno argumento definitivo, em contrário, de que nenhum deles teria, hoje, *menos* de 90 anos. Por isso, quem se considera no direito de clamar por fontes sou eu. Onde estão as fontes para provar a tese da conspiração dos adultos?

⁶³ Aqui não há como discutir – a frase (afirmação) está assim na página 35 da dissertação disponível *on-line*. Não inventei nem interpretei nada, apenas transcrevi. Para não deixar dúvida, transcrevo um contexto um pouco maior da afirmação: “... as estatísticas dos movimentos antirracistas apontam para o fato de que pelo menos noventa mil pessoas estejam diretamente envolvidas em grupos neonazistas, *cerca de metade disto apenas no estado de Santa Catarina*. O maior *site* neonazista brasileiro, o Valhalla tem sua sede em Santa Catarina e alcançou a significativa marca de 200.000 visitas diárias antes de ser retirado do ar, em agosto de 2007”. A essa frase é acrescida a nota n. 43, com os seguintes dizeres: “A relação entre o estado sulista e o neonazismo no Brasil será retomada posteriormente”, comprovando a insistência da autora na presença massacrante de “neonazistas” naquele estado. Ênfase acrescentada ao original.

tituição Brasileira de 1988 o preveja como imprescritível e inafiançável.⁶⁴

“Em seguida, o professor acrescenta: ‘Depois de falar da imigração alemã e da suposta ou efetiva manutenção da identidade étnica alemã – quando recorre aos trabalhos clássicos da antropóloga Giralda Seyferth –, escreve: ‘Como seus antepassados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os internautas do neonazismo no Brasil são separatistas...’.

“Sim, professor, os internautas adeptos do neonazismo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul são separatistas. Aliás, eles o são no mundo todo. Uma das questões cruciais do neonazismo é o separatismo, a segregação absoluta. Talvez o senhor devesse ler, novamente, os livros que citei acerca do neonazismo. Isso não quer dizer que todo separatista seja neonazista, ok? Afirmei que todo neonazista é separatista. É, no mundo inteiro.⁶⁵

“O professor prossegue: ‘Aqui está reproduzido o senso comum dominante de que os ‘neonazistas’ são, predominantemente – quando não exclusivamente –, de descendência alemã. E já que o estado de Santa Catarina costuma ser etiquetado como o mais ‘germânico’ do Brasil, a plausibilidade do resultado da dissertação, com certeza, convencerá a massa de seus leitores que, efetivamente, os ‘neonazistas’ se concentram, maciçamente, nesse estado, e que são, majoritariamente, de descendência alemã. É evidente que essa possibilidade não pode ser descartada como hipótese de trabalho para uma tese acadêmica. Mas, no presente caso, há alguns aspectos que não foram solucionados de forma satisfatória, e, no mínimo, tor-

⁶⁴ Sinceramente, não consigo entender que esses dois parágrafos tenham a ver com a observação anterior (ou posterior).

⁶⁵ Novamente: e daí, que isso tem a ver com minha afirmação no parágrafo anterior?

nam legítimo levantar a suspeita de que a influência do senso comum pode ter sido maior do que é admissível num trabalho acadêmico crítico’.

“Professor, o senhor faz uma ponte entre duas afirmações, de forma equivocada. Veja: ‘uma coisa’ é afirmar: ‘Como seus antepassados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os internautas do neonazismo no Brasil são separatistas...’. Outra é dizer que isso quer dizer: ‘Aqui está reproduzido o senso comum dominante de que os ‘neonazistas’ são, predominantemente – quando não exclusivamente –, de descendência alemã. E já que o estado de Santa Catarina costuma ser etiquetado como o mais ‘germânico’ do Brasil, a plausibilidade do resultado da dissertação, com certeza, convencerá a massa de seus leitores que, efetivamente, os ‘neonazistas’ se concentram, maciçamente, nesse estado, e que são, majoritariamente, de descendência alemã’.

“Quem diz isso é o senhor, não eu. O que eu afirmo é que o estado que mais acessa *sites* neonazistas no Brasil é Santa Catarina.⁶⁶ Isso foi aferido, como eu escrevi *exaustivamente* no meu capítulo acerca da metodologia, por análise de tráfego e por análises das postagens dos fóruns! No *site* Valhalla88 há fotos de internautas realizando práticas neonazistas (como colagens de cartazes com mensagens pró-Hitler, por exemplo, com emblemas de suásticas), em lugares conhecidos de Santa Catarina. Como afirmei, tenho os *sites* em PDF, inteiros. Agora, afirmar que os internautas separatistas são descendentes de alemães, predominantemente, fica por sua conta. O que eu afirmo, em vários momentos da dissertação, é bem diferente (minha dissertação, p. 24). No quarto capítulo, LA PENSÉE NAZISTE, dialogo com o estruturalismo para problematizar

⁶⁶ Insisto naquilo que está escrito na página 35 da dissertação.

duas direções de sustentação da tentativa de construir uma ‘germanidade’, um ‘teutonismo’: por um lado, os *sites* se fundamentam em uma discussão acerca ‘do sangue’, por outro, recuperam mitos, atualizando-os (minha dissertação, p. 102). Pensando-se germânicos (como os estadunidenses e brasileiros) ou se atribuindo o lugar de filhos da Europa e, portanto, irmãos de sangue dos mesmos (como os espanhóis e portugueses do NuevOrdeN e seus camaradas latino-americanos, nos quais se incluem os brasileiros brancos, que, não se identificando com a origem alemã, se acham portadores do ‘sangue ariano’), os internautas que produzem os *sites* pesquisados os pensam como um lugar privilegiado para sua ideologia. Isto é patente, desde a *home* de cada *site*. Uma nova casa para os verdadeiros alemães, é isso que se pretendariam os *sites* [sic].

“E, sendo eles, todos alemães, como constroem este ‘teutonismo virtual’? (minha dissertação, p. 219). Por isto, eles constroem *sites*, participam de grupos de discussão, criam vídeos, compram CDs e livros e, principalmente, odeiam seus inimigos, uma marca quase genômica deste sangue. Este último, sua memória e seu devir. Anacrônicos viajam, pelos *links* de seu ódio, rumo a seu teutonismo virtual.

“Inclusive, professor, uso a teoria psicanalítica, numa aproximação com a Antropologia para denominar as construções do universo simbólico neonazista, incluso sua ‘germanidade virtual’, sua ‘teutonia virtual’ para tecer um conceito: o de paranoia construída socialmente.

“Neste ponto aparece a grande construção equivocada....

“Um primeiro questionamento se refere às fontes da autora a respeito dos números sobre os ‘neonazistas’ no Brasil, em geral, e em Santa Catarina, em particular – um único *site* de uma ONG antirracista. Verbalmente, a autora tem insistido que suas pesquisas nos *sites* ‘neonazistas’ mostraram

que as afirmações quanto aos números sobre Santa Catarina e quanto à origem étnica dos ‘navegadores’ de Internet, naquele estado, são verdadeiras. Mas no corpo da dissertação, acessível ao público, não há nem explicitação da metodologia da pesquisa para chegar a esses números, e, muito menos, dados concretos que comprovassem as afirmações – nem no texto em si nem nos anexos. Isso sugere que a convicção previamente internalizada a partir daquilo que é considerado líquido e certo pelo senso comum levou a uma certa despreocupação com provas’. E na nota, postada após a ONG antirracista, acrescenta: ‘Na página 35, nota 42, a autora escreve: ‘Grande parte dos dados acerca do neonazismo no Brasil se refere a dados citados na Web pelo sociólogo Túlio Kahn, Pesquisador do ILANUD – Instituto Latino-Americano para a Prevenção de Delito e Tratamento do Delinquente (<http://ilanud.org.br/>), órgão das Nações Unidas voltado para o combate à criminalidade na América Latina’. Na dissertação, não é apresentada outra fonte sobre o número de ‘neonazistas’ no Brasil e em Santa Catarina’.⁶⁷

“Aqui os erros parecem chegar à beira do absurdo. Mas, como acredito que o senhor não deva ter motivações políticas duvidosas⁶⁸, e esteja, ainda que de maneira totalmente equivocada, tentando se aproximar do meu texto, vamos responder: Não, professor, os meus dados a respeito dos neonazistas no Brasil não vem, como eu lhe disse no telefone, da ONG. Eles foram aferidos pela análise de tráfego, feita

⁶⁷ O leitor deve atentar para o fato de que este parágrafo reproduz, basicamente, as palavras de minha crítica à autora. A resposta dela vem a seguir.

⁶⁸ Aqui está a primeira referência, no texto, sobre eventuais motivações políticas duvidosas de minha parte. Isso combina com o mistério sobre a obtenção do número de meu telefone. Não é absurdo imaginar que a autora tenha entrado em contato com algum serviço de informações pedindo o número do telefone de alguém que ela imaginou possuir “motivações políticas duvidosas”.

por portais como o Alexa. Foram aferidos pelos *posts* publicados nos fóruns e comunidades, pelos dados de acesso de cada *site*, disponíveis na Internet. Provavelmente o senhor não tem nem ideia de como aferir um tráfego na Internet. Também não deve dominar análise de postagens de fóruns. Mas, eu tenho. Desenvolvo *sites* e sistemas para a Web há anos. E verbalmente, eu insisti que minhas pesquisas nos *sites* ‘neonazistas’ mostraram que as afirmações quanto aos números sobre Santa Catarina foram aferidos pela análise dos *sites* e dados de tráfego, e, portanto, os confirmo, mas, quanto à origem étnica dos ‘navegadores’ de Internet, o que eu afirmei foi (minha dissertação, p. 46).⁶⁹ Conheço a Alemanha de todos os meus informantes apenas por seus múltiplos relatos. E pretendo discutir como eles criam e recriam esta Alemanha. Como recriam Adolf Hitler, como recriam seus símbolos, sua bandeira, sua fé no nacional-socialismo.

“E a nota? O que dizer da nota, tirada de seu contexto, sabe lá com que intenção?”⁷⁰ A nota da página 35 (a dissertação tem 219 páginas, sem os anexos) se refere ao dado discutido na apresentação dos dados acerca do neonazismo no Brasil e no mundo, estimados por outros pesquisadores e instituições. Os meus dados foram aferidos pelo tráfego, pela participação nos fóruns. Isso está, repito, exaustivamente ex-

⁶⁹ Na página 46 da dissertação, a autora trata de *sites* “neonazistas” pelo mundo a fora, destacando as referências e os símbolos arianos que neles aparecem.

⁷⁰ Interessante, poucas linhas antes, a autora pressupunha que eu não tinha “motivações políticas duvidosas”, e agora lança essa suspeita claríssima (“sabe lá com que intenção?”). Será que esse foi o possível argumento apresentado a um eventual serviço de informações para obter o número de meu telefone? Antes de ter a confirmação da origem (legal) do número de meu telefone, tenho o direito à suspeita de que aqui houve um recurso a um serviço de informações mediante imputação de suspeito como “neonazista”, que fui bisbilhotado, dentro do Estado Democrático de Direito que vigorava – e vigora – no Brasil.

plicado na explicação metodológica. Parece que o senhor pulou esta parte, foi isto?

“Afirmar que, na dissertação, ‘não é apresentada outra fonte sobre o número de ‘neonazistas’ no Brasil e em Santa Catarina’, eu espero que seja um erro grosseiro, e não um ato político... E os dados de tráfego, os *links* do Valhalla88, mapeados à exaustão, e os *posts* das comunidades dos meus bancos de dados? O senhor leu a parte metodológica? Quando o senhor coloca ‘*sites* neonazistas’ entre aspas, por que o faz? Estes *sites* são tidos como ‘neonazistas’ por autoridades governamentais, intelectuais, internautas...

“Não entendi estas aspas!

“O professor acrescenta: ‘Mas no corpo da dissertação, acessível ao público, não há nem explicitação da metodologia da pesquisa para chegar a esses números, e, muito menos, dados concretos que comprovassem as afirmações – nem no texto em si nem nos anexos. Isso sugere que a convicção previamente internalizada a partir daquilo que é considerado líquido e certo pelo senso comum levou a uma certa despreocupação com provas’.

“Esta daria uma tese. Em primeiro lugar afirmar que ‘não há nem explicitação da metodologia da pesquisa para chegar a esses números’, é demonstrar um total desconhecimento de como se faz etnografia no virtual. Talvez seja este o grande problema!!!!!!

“Minha metodologia, professor, como eu afirmei exaustivamente na dissertação, levou em conta a análise cibernétrica, a análise do tráfego, a etnografia dos *sites*. O senhor poderia ler um pouco a respeito disso, por favor, antes de continuar seu discurso?

“O senhor leu os *sites* neonazistas, professor? Leu todas as URLs deles? Eu li. Inclusive coloquei todos eles, junto com os

dois bancos de dados, qualitativos e quantitativos, construídos para a pesquisa, no CD que acompanha a dissertação, entregue à banca examinadora, e que não é disponibilizado pela UNICAMP, e nem poderia ser....

“Não que este CD seja indispensável para entender a dissertação, pois estou certa de que fui bem sucedida na construção metodológica. Mas talvez o senhor quisesse ler as páginas dos *sites*... e procurar nelas o que o senhor toma como ‘senso comum’, por desconhecer completamente a metodologia de etnografia virtual.

“O professor continua: ‘Mas há ainda outros indícios que poderiam ter despertado na autora da dissertação a necessidade de uma pesquisa mais profunda e sistemática para tentar confirmar (eventualmente, refutar – mas, no mínimo, nuançar) os resultados. Um primeiro indício desses é o fato de que uma investigação simples de Internet – afinal, o instrumento utilizado pela autora – aponta para o registro de muito mais incidentes ‘neonazistas’ no Rio Grande do Sul e no Paraná do que em Santa Catarina.

“Parece um programa de Monty Python!

“Professor, de novo, a análise de tráfego confirma os dados. Mais que isto, ela amplia os dados. O acesso de endereços únicos de IP ao *site* Valhalla88 foi muito maior que os dados das ONGs.⁷¹

“Agora a parte que eu mais gosto do seu comentário, a mais divertida: ‘um primeiro indício desses é o fato de que uma investigação simples de Internet – afinal, o instrumento

⁷¹ Eu acessei esse *site*, no mínimo, a partir de três máquinas diferentes localizadas no Rio Grande do Sul. Apesar das desconfianças em relação a minha pessoa, decididamente, não sou “neonazista”, mas, provavelmente, esses acessos deram origem a um registro, na contabilidade de Adriana Abreu Magalhães Dias, sobre a existência de três “neonazistas”, no estado.

utilizado pela autora – aponta para o registro de muito mais incidentes ‘neonazistas’ no Rio Grande do Sul e no Paraná do que em Santa Catarina’.

“Esta é muito engraçada. Muito mesmo. O que é ‘uma investigação simples de Internet’, uma ‘investigação no Google’, como o senhor sugere no seu primeiro artigo?

“O texto, que me foi enviado pelo e-mail dizia: ‘lida a dissertação e sentindo certo grau de incompletude na mesma, naquilo que me interessa, de forma específica, isto é, o possível carácter exclusivamente (ou mesmo só predominantemente) ‘alemão’ do ‘neonazismo’, recorri – logo após a leitura – ao instrumento que Adriana Dias privilegiou em sua pesquisa, a Internet. *Coloquei no Google* as palavras ‘neonazistas’ mais ‘Santa Catarina’. O grifo é meu [de Adriana Dias – REG].

‘Professor, eu não ‘investiguei no Google’. Eu localizei mais de treze mil *sites*, escolhi quarenta, e etnografei estes quarenta. São duas coisas completamente diferentes. Quando o senhor se recusará a entender isto?

“E agora a maior afirmação: ‘afinal, o instrumento utilizado pela autora’. Professor, não confunda objeto e método. A Internet foi o campo de pesquisa, não o instrumento utilizado. O que eu fiz foi uma etnografia, uma etnografia em ambiente hipermediado. Como assim, trocar o método pelo campo, e tudo bem?

“Mas o senhor continua: a tal simples investigação, no Google (que o senhor fez, não eu) – ‘aponta para o registro de muito mais incidentes ‘neonazistas’ no Rio Grande do Sul e no Paraná do que em Santa Catarina’.

“Ótimo tema para o seu próximo artigo. A minha dissertação não se preocupa com esta questão. Não estudei a maior ou menor incidência de ‘incidentes’ neonazistas por estado. Quando o senhor terminar a pesquisa manda uma cópia?

“Os equívocos se prolongam: ‘um segundo indício significativo é que, nos dois primeiros estados, a presença dominante – e, muito menos, exclusiva – de sobrenomes alemães entre os envolvidos em atos de ‘neonazismo’ não pode ser provada, pelo contrário, pois entre os ‘neonazistas’ presos ou fichados pela polícia predominam, amplamente, os sobrenomes de outras origens étnicas’.

“Professor, em que lugar o senhor conseguiu estes dados? O Senhor teve acesso a todos os crimes neonazistas nestes estados, na Polícia e/ou tribunais? Eu pergunto, porque tive acesso a muitos e foi bem difícil encontrá-los, até porque afirmo em minha dissertação que os crimes neonazistas não classificados como ‘crimes neonazistas’. Se o senhor puder fornecer a fonte de todos os ‘atos de neonazismo’, para que se possa verificar se a maioria se encaixa no que o senhor afirmou eu agradeceria...⁷²

“O professor continua: ‘nesse sentido, a lista do ‘núcleo duro’ do ‘neonazismo’ paranaense apresenta a seguinte nominata’ [segue a citada lista de nomes, acompanhada da observação] “cita como fonte notícia da *Folha de São Paulo*.

“Professor, não se cita algo assim tão fora de contexto!⁷³ Mas, vamos lá, eu apresentei o evento que envolve um pequeno grupo, liderado (como é indicado nas notícias e no processo criminal do caso) pelo professor de *jiu-jitsu* Eduardo Del Segue, não para afirmar ancestralidades alemãs, nem para desafiá-

⁷² Como está dito, minha afirmação se baseia nas listas de sobrenomes de pessoas que foram fichadas pela polícia ou denunciadas ao Poder Judiciário como “neonazistas” no Rio Grande do Sul e no Paraná – não tenho dados a respeito para o caso de Santa Catarina. Naquilo que tange ao Rio Grande do Sul, acresce o fato, evidente, de que essas pessoas não residem nem atuam nas tradicionais “colônias alemãs”.

⁷³ Há meses me esforço para tentar compreender como eu, aqui, teria citado algo “fora de contexto” – é exatamente uma consequência daquilo que afirmei no parágrafo anterior: nas listas dos “neonazistas” apresentadas pela polícia, os sobrenomes alemães estão sub-representados. Por que isso está “fora de contexto”?

-las. Utilizei o caso para discutir a noção de evento de Mikhail Bakhtin, pela análise deste evento dentro dos *sites*. Como os *sites* neonazistas reagiram à cobertura da imprensa, aos processos judiciais, em seu discurso? Como este caso, no qual o líder ensina o filho a denominar a foto de Hitler de ‘vovô’, é discutido nos *sites* analisados? Como um *site* elabora um evento como este? Estas foram as minhas perguntas. No contexto”.⁷⁴ “A propósito, qual a intenção de tirar este caso, e as outras ‘citações’ da minha análise do contexto?”.⁷⁵ “E, para relembrar, minha dissertação descreve como eles se deliram alemães...

“Tudo isso não elimina a possibilidade de que a maioria dos ‘neonazistas’, efetivamente, se concentre em Santa Catarina e de que, ali, todos eles tenham sobrenomes alemães. Mas parece que o fato de que a autora da dissertação em questão estava muito influenciada por um senso comum praticamente unânime a levou a despreocupar-se com provas mais consistentes em relação às suas afirmações – e nem se deu conta dos indícios de que a equação não é tão líquida e certa quanto parece’.⁷⁶

“Professor, parece que é o senhor que está influenciado por alguma coisa: pelo desconhecimento total do que seja uma etnografia virtual, pelo senso comum [de] que ‘todo neonazista é jovem’, por fontes que não discute, por confundir internet como campo e como método...

⁷⁴ Sim, e eu, a partir da pista dada pela própria dissertação, fui verificar se o grupo do casal era constituído – exclusiva, ou, ao menos, majoritariamente – de pessoas com sobrenome alemão, isto é, de efetiva origem alemã. E fiz a constatação *objetiva* de que, dos doze membros do grupo, apenas *uma* (!) moça possui sobrenome alemão, e, portanto, origem alemã efetivamente comprovada.

⁷⁵ Vale uma boa recompensa para o leitor que conseguir explicar-me como – também aqui – tirei a “análise do contexto”. Isso sem falar de uma nova insinuação sobre minhas “segundas intenções”!

⁷⁶ Cabe deixar claro para o leitor que todo esse parágrafo reproduz texto meu (REG); no parágrafo seguinte, segue o texto de Adriana Dias.

“Em conclusão, a dissertação mostra que a convicção sobre o caráter problemático da inserção dos descendentes de alemães na realidade brasileira continua tão inabalavelmente presente no imaginário de uma parcela significativa da opinião pública brasileira que até a qualidade de pesquisas acadêmicas pode ser afetada por ela”.⁷⁷

“Bem, professor, lastimável. O senhor poderia ter percebido que quem faz isso são os *sites*, não a minha dissertação. Eles, sim, se aproveitam deste imaginário para descrever a ‘pátria branca’ como a ‘grande Alemanha’, como ‘a nova Alemanha’, como ‘a verdadeira Alemanha’. Talvez se o senhor tivesse tido mais cuidado em ler o que eu escrevi teria percebido isto. Teria pensado no título da dissertação em que ‘teutonismo virtual’ se refere a uma germanidade ‘imaginada’, ‘delirada’, como eu escrevi, como, enfim, prática discurso (este também uma prática) nos *sites* neonazistas...”

“Por fim, [René Gertz] escreve...: ‘talvez, pela mesma razão, historiadores, sociólogos e antropólogos não têm enxergado aspectos, no mínimo, interessantes que caracterizam as comunidades formadas a partir do processo de colonização com alemães, italianos e poloneses, no sul do Brasil – justamente no campo político-cultural. Essas comunidades apresentam uma configuração relativamente democrática, do ponto de vista social, pois tiveram sua origem num sistema nivelador de pequenas propriedades agrícolas’.

“[Eu, Adriana Dias] posso dizer pouco dos outros, por desconhecimento, mas os antropólogos brasileiros têm escrito grandes livros acerca disso. O senhor tem certeza que os leu?”⁷⁸

⁷⁷ Mais uma vez, trata-se da reprodução de palavras minhas (REG); no parágrafo seguinte, segue, novamente, a fala de Adriana Dias.

⁷⁸ Também sobre esta passagem meditei muito, para tentar entendê-la. Não consigo interpretá-la de outra forma do que querendo dizer que apesar de eu, René Gertz, ter destacado aspectos positivos da vivência nas “colônias alemãs”, Adriana Dias

“Professor, não estudei este tema, então eu lhe dou exemplo: não falo a respeito do que não conheço. Mas que seria uma boa propaganda para o seu trabalho, não fossem os erros grosseiros... ah, isso seria.

“Bem, agora que respondi o artigo do professor, recupero algumas questões da etnografia do virtual que desenvolvi: a etnografia que desenvolvi se deu em 40 *sites*. Estes *sites* foram localizados, transformados em PDF (e claro, acompanhei as mudanças que se sucederam após isto), analisados pelos índices qualitativos da cibernética, do controle de tráfego do Alexa e de dois bancos de dados, por mim desenvolvidos para análise. Objetivei duas coisas centrais na dissertação: discutir o que é uma etnografia virtual, e que questões metodológicas, empíricas e teóricas esta levanta. Em segundo lugar, objetivei discutir como os neonazistas falam sobre si. Interessam-me suas práticas e seus discursos (lidos também como práticas), interessa-me saber por que se ‘deliram alemães’, como ‘constroem sua religião racial’, como creditam a seu ódio um lugar de destaque. Interessa-me problematizar como atualizam o neonazismo, como defendem o racismo e o revisionismo, como vendem camisetas com estampas hitleristas. Interessa-me etnografar o neonazismo.

“Não estou fazendo história política. Estou fazendo etnografia. E estou satisfeita com o trabalho etnográfico que realizei, eu e a banca que me examinou. Digo isto porque, ao julgar esta dissertação, o senhor julgou a banca que me examinou, a orientadora que eu tive, o programa de qual faço parte,

conhece antropólogos brasileiros que escreveram grandes livros sobre esse tema – com resultado inverso, isto é, mostrando as maldades que acontecem na “colônia alemã”. Só ficou devendo a nominação dos mesmos! Voltarei a esse tema. Seguem dois parágrafos reproduzindo texto meu – de René Gertz – e respectiva fonte, em que arrolo elementos concretos daquilo que refiro como aspectos positivos da convivência dos cidadãos das “colônias alemãs”; depois Adriana Dias continua.

a universidade que o mantém. Não sei se foi por ignorância ou postura política.

“Mas, aqui reafirmo minha etnografia. Acho as discussões que nela expus extremamente importantes. Acho um absurdo que o racismo volte a crescer desta forma, com este discurso nazificado. Reafirmo a metodologia de análise dos *sites*, não como ‘uma simples investigação na Internet’, mas como uma análise de um importantíssimo artefato cultural, a Internet, como produtor de conteúdos simbólicos importantes.

“Leia de novo, professor...”.

Até aqui vai a transcrição do texto de Adriana Dias, publicado no seu *blog*. Li o texto somente depois que havia aberto um *site* próprio.⁷⁹ A seguir publiquei, neste meu *site*, em resposta ao texto de Adriana Dias que o leitor acaba de ler, o comentário que segue, na íntegra:

“Dentro do texto ‘Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e ‘neonazismo’ no Brasil’, publicado na seção ‘Opinião’ deste *site*, há referências a entrevistas e, sobretudo, a uma dissertação de mestrado de Adriana Abreu Magalhães Dias (p. 28-35; mais uma rápida referência na p. 41, nota 76). Em 25 de março de 2009, Adriana Dias publicou um comentário sobre uma versão anterior desse texto, porque eu seria refratário ‘em [reconhecer meus] erros grotescos de análise’, ao divulgar um artigo com as mesmas referências críticas ao trabalho dela (o *link* para meu artigo está neste *site* – ‘Os ‘súditos alemães’ no Brasil e ‘pátria-mãe’ Alemanha’). Infelizmente, a publicação do comentário não chegou ao meu conhecimento na época, coisa que só aconteceu agora, depois que meu *site* entrou no ar.

“Para que eventuais interessados no assunto possam formar sua própria opinião, publico no ‘Leia mais’ abaixo o texto

⁷⁹ <http://www.renegertz.com>

do comentário da autora.⁸⁰ Em relação a essa publicação, destaco que: 1.º) o texto de Adriana Dias sofreu, *por razões técnicas*, algumas pequenas adaptações na sua formatação, com a correção de falhas de digitação evidentes, a colocação de aspas nas passagens que reproduzem meu texto, o acréscimo de alguns comentários rápidos (entre colchetes e devidamente identificados –, mas se alguém tiver dúvidas, pode recorrer ao original, no *link* que encima o texto)⁸¹; 2.º) quanto ao comentário em si, não há nada a dizer ou a fazer (só para exemplificar: a pergunta pelas motivações [escusas?] que poderiam ter-me levado a colocar aspas na expressão ‘sites neonazistas’ é *patética*! – sem ter imaginado que pudesse vir a ser vítima de insinuações desse calibre, apus, à segunda versão do texto, que está neste *site*, a nota de rodapé 45, onde explico o porquê das aspas; da mesma forma, é *patética* a exposição pública de minha ignorância sobre a existência de um ‘neonazista’ de 69 anos, no Cazaquistão – quando eu imaginei que, no Brasil, todos fossem jovens); 3.º) a autora me acusa de ‘ao julgar esta dissertação, o senhor julgou a banca que me examinou, a orientadora que eu tive, o programa de qual faço parte, a universidade que o mantém. *Não sei se foi por ignorância ou postura política*’ [o destaque é meu – REG].

“Peço aqui desculpas públicas à orientadora, à banca e à própria direção da Universidade de Campinas, caso outras pessoas tenham feito essa ‘leitura’ do meu texto; fui claríssimo em dizer que não estava avaliando a dissertação em si, como um todo, mas apenas aquelas passagens a que estava me referindo

⁸⁰ Que é o texto que o leitor acaba de ver.

⁸¹ Como se verá depois, a possibilidade de recorrer ao original, no *blog* de Adriana Dias, não existe mais. Quanto aos acréscimos entre colchetes, foram, aqui, retirados, e em seu lugar colocadas notas de rodapé, algumas reproduzindo aquilo que, no original, estava entre colchetes, outras, trazendo novas observações.

(e que estão claramente identificadas no meu texto) [cf. a nota 38, na primeira versão, e a nota 60, na versão que está neste *site*]; e, nesse sentido, sim, escrevi que considero perigosas determinadas manifestações em teses acadêmicas, também aquelas apresentadas em universidades renomadas, pelos efeitos práticos que podem ter; tentando ser didático, citei o exemplo (hipotético) da idade de Abraão – sim, eu continuo insistindo que uma simples insinuação de que o patriarca teria vivido 175 anos graças à ingestão diária de doses de 20g de arsênico é um perigo, ainda que essa insinuação se encontre na última notinha de rodapé de uma tese *brilhante* da UNICAMP (e foi só isso que eu quis dizer, e mantenho); Adriana Dias afirma, categoricamente, em todas as entrevistas publicadas que cito no meu texto e também na dissertação, que Santa Catarina abriga 45.000 “neonazistas”, a *metade* de todos os que existiriam no Brasil – em nenhum momento *dos trechos por mim referidos* ela fala de *intensidade de tráfego* de Internet ‘neonazista’ naquele estado, mas fala, de forma claríssima, em *números* (absolutos) de ‘neonazistas’ em carne e osso [*‘pessoas diretamente envolvidas em grupos neonazistas, cerca de metade disso apenas no estado de Santa Catarina’* – está na dissertação, p. 35!], onde qualquer pessoa alfabetizada pode encontrar a frase, isso sem falar na sua *repetição* em todas as entrevistas citadas no meu texto]; e isso é perigoso, ainda que seja verdadeiro, mas, sobretudo, é perigoso diante da ausência de provas contundentes de que, de fato, é assim; quem tiver lido a íntegra do meu texto se terá convencido da concretude desse perigo; 4.º) de alguma forma relacionado com esta última questão, a certa altura do meu texto, afirmo que sobre as populações de origem alemã do sul do Brasil – em especial do Rio Grande do Sul, parte de meus estudos – circulam muitas opiniões desabonadoras, principalmente na perspectiva político-cultural, mas que eu

tenho apontado, justamente neste campo, para fatos em direção inversa. À passagem em que faço essa observação, Adriana Dias após o seguinte comentário: *‘Posso dizer pouco dos outros, por desconhecimento, mas os antropólogos brasileiros têm escrito grandes livros acerca disso. O senhor tem certeza que os leu?’* Eu ficaria muito grato se a própria Adriana pudesse interpretar essa observação, e, sobretudo, citar quais são os antropólogos a que alude, para poder certificar-me de que aquilo que tenho escrito ultimamente sobre o tema está definitivamente refutado pela bibliografia antropológica. Parte do público pode ser ludibriada com a invocação da autoridade de antropólogos não nominados, mas o debate sério não pode avançar com a utilização dessa técnica de despistamento”.

Até aqui, meu comentário às citadas considerações de Adriana Dias.⁸² Em março de 2010, numa visita ao *blog* de Adriana Dias, constatei que ela havia tomado conhecimento desse meu texto acima, havia colado o cabeçalho de meu *site* junto ao comentário dela de 25 de março de 2009, e feito um novo comentário. Infelizmente, não copiei esse novo comentário, mas era relativamente breve e – quanto ao conteúdo – insistiu, mais uma vez, que suas afirmações sobre o número de “neonazistas” em Santa Catarina se baseavam na medição do volume de tráfego feito em sua pesquisa para a dissertação. Como o novo texto apresentava uma linguagem não mais tão agressiva e debochada quanto o primeiro, publiquei, em 19 de março de 2010, a nota abaixo, em meu *site*.

“Adriana Dias reagiu à nota acima. Copiou-a para seu *blog*, junto à matéria que a motivara, com data de 25 de março de 2009 (informando, porém, que meu texto é recente). Não publicou as observações que eu inseri na matéria dela, entre

⁸² Esse comentário foi publicado na virada de 2009 para 2010.

colchetes. Mas isso não constitui problema maior. O fato de que tenha publicado minha nota – onde peço desculpas públicas às pessoas envolvidas na orientação e na avaliação de sua dissertação de mestrado, mas também renovo minhas críticas a ela – é um bom sinal. Esta publicação não está mais acompanhada de uma debochada catilinária sem qualquer nexo, como foi seu comentário anterior. A reprodução de meu texto é seguida, agora, de uma observação breve, *relativamente* equilibrada, em que Adriana reafirma, sobretudo, que sua aferição de que Santa Catarina abriga 45.000 ‘neonazistas’, a metade de todos os que existiriam no Brasil, está correta, a partir da análise da intensidade de tráfego ‘neonazista’ na Internet, no estado. Diante desse fato, vejo perspectivas de diálogo, desde que Adriana cumpra as seguintes preliminares:

“1.º) Leia com atenção *a íntegra* do texto principal e dos rodapés de minhas ‘Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e ‘neonazismo’ no Brasil’ (na versão em que se encontra neste *site*). É fácil de fazê-lo: é só baixar o arquivo para o computador, e ler com calma – e não exige qualquer conhecimento técnico especializado. Leia também a terceira ‘Nota’ da categoria ‘Notícias’, do meu *site*. Depois disso, me diga se não estamos no mesmo barco, preocupados com os mesmos brutais preconceitos que vigoram na sociedade brasileira. Como já destacara em meu pequeno texto de 1993 sobre ‘separatismo e antirrazão’ – o *link* para acessá-lo está no *site* –, infelizmente, muitos daqueles que se dizem antirracistas são muito mais racistas do que aqueles que eles dizem estar combatendo. Pode-se imaginar coisa pior do que o exemplo que está no meu texto de um cidadão que escreveu três longas reportagens para denunciar o racismo no futebol gaúcho, e recorreu a falsificações histórico-geográficas para responsabilizar os ‘alemães’ do estado por esse mal? Lamentavelmente,

quem manifesta qualquer crítica sobre esse tipo de atuação irresponsável é, imediatamente, desqualificado como racista, ‘neonazista’, também. E quanto ao pequeno texto da ‘Nota’, o que você, Adriana, diria ou faria se uma instância estatal (!) convocasse a imprensa para comunicar que desencadeou uma grande operação de busca e apreensão, deixando claro na denominação da mesma que essa operação visava ao suposto ou efetivo líder ‘judeu’ de uma quadrilha? Na sua opinião, quando o suposto ou efetivo líder é “alemão” – como no caso em pauta – pode? Leia, e me responda, é a primeira condição para um diálogo.⁸³

“2.º) Peço uma explicação sobre a seguinte frase, que você escreveu, no comentário de 25 de março de 2009, logo depois

⁸³ A referência, aqui, é a seguinte nota publicada no meu *site*: “Um dos objetivos deste *site* é o de dar uma contribuição – por mínima que seja – na tentativa de ‘desconstruir’ preconceitos. Nesse sentido, a imprensa deste estado (RS) noticia, no dia de hoje (10/12/2009), uma operação da Polícia Federal contra o ex-reitor da ULBRA e seus supostos ou efetivos cúmplices. No noticiário, se afirma que a operação levou o nome de ‘*Kollektor*’, e que essa seria uma palavra alemã para ‘coleccionador’ (numa alusão óbvia a Ruben Becker e sua coleção de carros antigos). Tenho a certeza de que Ildo Gasparetto, Delegado Regional da Polícia Federal, não teria gostado muito se uma operação de busca e apreensão da Brigada Militar ou da Polícia Civil gaúcha, em Cinquentenário (Tuparendi), tivesse recebido o nome de ‘*Il collezionista*’. No presente caso, o mínimo que se pode dizer, *naquilo que tange à denominação da operação*, é que a escolha não foi de todo feliz. Imagino que as pessoas que escolheram esse nome não se deram conta da extensão dos preconceitos que grassam na sociedade gaúcha (recomendo ler meu texto da seção OPINIÃO), de forma que uma parte significativa da população estabelecerá uma conexão entre as supostas ou efetivas irregularidades cometidas pelo ex-reitor com seu sobrenome alemão. Até a utilização de denominações como ‘*Wittenberg*’ ou ‘*Wartburg*’ (loais que lembram o luteranismo) teria sido compreensível, pois, afinal de contas, a operação visava ao ex-reitor da Universidade *Luterana* do Brasil (ainda que também essas denominações teriam sido, de todo, desrecomendáveis), mas o recurso a uma denominação que alude à origem étnica da figura central do episódio foi (repito), no mínimo, pouco feliz. Isso sem considerar certo prejuízo pedagógico, porque qualquer professor de alemão ensina que a palavra usual para ‘coleccionador’ é ‘*Sammler*’.”

de minha referência no sentido de que pesquisas não confirmam as recorrentes manifestações generalizadamente desabonadoras sobre as populações de origem alemã no Rio Grande do Sul, na perspectiva político-cultural: ‘Posso dizer pouco dos outros, por desconhecimento, mas os antropólogos brasileiros têm escrito grandes livros acerca disso. O senhor tem certeza que os leu?’. Peço desculpas se minha inteligência é parca, mas eu tenho o maior interesse em saber o que você *quis* dizer com essa observação!

“3.º) Como corolário da questão anterior, tenho o maior interesse em saber quem são esses antropólogos, e quais são seus livros?

“Imagino que, sobretudo, a partir da leitura integral do meu longo texto (43 páginas) você se convencerá de que não escrevo por ‘motivações políticas duvidosas’ (como você insinuou no seu texto), que não tenho militância política alguma, que não sou financiado por ninguém, ganhando exclusivamente meus salários de professor, que não sou porta-voz de nenhuma tribo, de nenhum grupo, de nenhuma associação, mas exclusivamente de minha consciência, que não sou panfletário (trabalho há décadas em duas grandes universidades, e nunca alguém levantou esse tipo de desconfiança em relação a mim).

“Satisfeitas essas condições, podemos abrir um diálogo, que pode vir a ser produtivo, sobre as seguintes questões, e outras:

a) O tráfego de Internet representa um indicador seguro sobre o número de ‘neonazistas’ ‘em carne e osso’ em determinada região? O acesso a um *site* ‘neonazista’ indica que o ‘navegador’ é ‘neonazista’?

b) A localização do *site* Valhalla88 em Santa Catarina não terá tido nenhuma influência sobre a intensidade do tráfego no estado?

c) Por que na citada reportagem da revista *Istoé* (nota 76 do meu texto) é dito que você indica pistas sobre o número de ‘neonazistas’ no Brasil, mas não se lhe atribuem números; e quando a revista se refere a números, esses se reduzem dos seus insistentemente propalados 90.000 a magérrimos 350 (!)?

d) Como se pode explicar o fato de que com menos ‘neonazistas’ no Rio Grande do Sul a imprensa traz significativamente mais notícias de ações ‘neonazistas’ neste estado do que em Santa Catarina?

e) Serão os ‘neonazistas’ de Santa Catarina diferentes daqueles do Rio Grande do Sul?

f) Há como dizer algo sobre a origem étnica dos ‘neonazistas’ de Santa Catarina (porque, entretentes, não mais presumo, mas afirmo, que entre os do Rio Grande do Sul os ‘alemães’ estão sub-representados; isso, sem falar do fato de que há ao menos indícios de algo semelhante no Paraná)?”.

Propositalmente, não visitei o *blog* de Adriana Dias por cerca de um mês. Uma discussão produtiva deve tentar evitar os impulsos do imediatismo, o “calor da hora”. Mas quando voltei a ele, em abril de 2010, não encontrei mais nenhuma referência a minha pessoa. Todas as anotações do dia 25 de março de 2009 foram retiradas, e não encontrei nada a respeito em qualquer outra data, até este momento [23/5/2012]. No início, imaginei que ela pudesse estar preparando uma resposta mais elaborada, motivo pelo qual teria retirado o texto do ar. Mas, entretentes, passou tanto tempo que essa hipótese é muito improvável. A outra hipótese é que ela desistiu de continuar com a polêmica. Neste caso, há duas possibilidades: ela não me considera um interlocutor à altura; ou, ela reconheceu que meus argumentos não são tão superficiais e politicamente motivados quanto ela insinuou, sobretudo, em seu primeiro texto.

Esta longa transcrição da polêmica com Adriana Abreu Magalhães Dias tem, no mínimo, duas razões de ser. A primeira, por mostrar como funciona a cabeça de uma parte significativa dos “caçadores de neonazistas” neste país. O texto deixa muito claro que – apesar de, evidentemente, apresentar alguns argumentos racionais – aquilo que mais se destaca nesta manifestação da antropóloga é o deboche, a desqualificação daquele que pensa diferente, fato que reflete a pouca disposição para aceitar e se confrontar com o contraditório, e, por consequência, a pouca disposição para o diálogo. O fato de que em, no mínimo, *quatro* (!) passagens há uma referência expressa a minhas possíveis intenções políticas duvidosas, pelo fato de criticar aquilo que ela escreveu na sua dissertação e afirmou em entrevistas publicadas, deixa evidente os pressupostos conspirativos subjacentes à sua avaliação de minhas críticas, ainda que sem qualquer *prova*.

Por tudo isso, a segunda razão para explicitar de maneira tão extensa a forma de pensar e de agir de Adriana Dias está no fato de que ela é, nos últimos anos, a mais destacada dos “caçadores de neonazistas” do Brasil. Agentes de Estado deste país já gastaram dinheiro dos contribuintes brasileiros em diversas oportunidades para ter sua presença em eventos, para ouvir suas falas ou opiniões. A imprensa registra que ela já foi convidada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em dezembro de 2009; na ata da reunião do dia 7 de abril de 2010 da Comissão Externa da Câmara dos Deputados criada a pedido da deputada Maria do Rosário Nunes para “acompanhar as investigações a respeito da quadrilha de neonazistas desarticulada no Estado do Rio do Grande do Sul” (de que se falará adiante), consta que o deputado Marcelo Itagiba solicitou que fosse “convidada a antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias, mestre e doutoranda em Antropologia Social

pela Universidade de Campinas para, na condição de convidada, prestar esclarecimentos perante esta Comissão Externa, sobre as pesquisas relacionadas às identidades negras e judias no discurso racista”; ela esteve no Senado da República, em 19 de novembro de 2010, por ocasião de uma audiência pública promovida depois de o senador gaúcho Paulo Paim ter sido, suposta ou efetivamente, ameaçado por “neonazistas” (da qual também se falará mais adiante).⁸⁴

⁸⁴ http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=508&dia=9&mes=12&ano=2009&hr=15:00&tpCom=2&taba=js_tabPauta (acessado em 30 de abril de 2012); <http://www.camara.gov.br/internet/ordemodia/integras/752648.htm> (acessado em 30 de abril de 2012); http://www.conib.org.br/subcanais.asp?cod_subcanal=5&cod_conteudo=146 (acessado em 30 de abril de 2012).

ATOS “NEONAZISTAS” EM ESTÁDIOS DE FUTEBOL E EM OUTROS LOCAIS

Na saída de um jogo de futebol entre Grêmio e Internacional, de Porto Alegre, em 16 de setembro de 2007, o jovem Fábio Endrigo Mello Fagundes – supostamente por estar vestido como *punk* – teria sido atacado por quatro outros jovens que “faziam parte de grupos neonazistas ou *skinheads*, que revelam ódio a judeus, negros, ciganos, *punks*, homossexuais e nordestinos”. Os quatro teriam sido identificados, mas apenas os nomes de dois deles foram localizados nas fontes consultadas: Renan do Amaral Pereira, 23 anos, e Diego da Silva Santa Maria, 20 anos.⁸⁵

Exatamente um ano e dois meses depois, em 16 de novembro de 2008, ocorreu novo incidente, por ocasião de um jogo entre Grêmio e Coritiba (do Paraná), envolvendo, aparentemente, diferentes facções da própria torcida gremista. Dois jovens foram baleados, e a polícia indiciou nove rapazes como envolvidos nesse episódio: Diego da Costa Oliveira, Marcos Fabrício Pinent Sampaio de Oliveira, Vagner Rodrigo Roza da Silva, Bruno Ortiz Porto, Bruno Pisoni Garcia, Eduardo Adriano Villodre, Mauro Tiago Garcia de Barros, Rodrigo Godoy Bandaz, Rodrigo Marques Rysdyk. O juiz Felipe Keu-

⁸⁵ <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/02/policia-prende-skinhead-que-agrediu-gremista-na-saida-de-gre-nal-1770739.html> (acessado em 21 de abril de 2012).

necke de Oliveira acolheu “denúncia contra torcedores... acusados de tentar matar rivais da torcida”, em relação aos três primeiros, mas “atendeu ao pedido do Ministério Público para arquivar denúncia por tentativa de homicídio”, contra os seis restantes.⁸⁶

Como o Grêmio teria sido criado por alemães, em 1903, parte do imaginário popular continua identificando-o como constituído por alemães, a quem, obviamente, são, por consequência, atribuídas maldades como as acontecidas nesses dois episódios.⁸⁷ Quem examina a lista dos envolvidos nos citados episódios, no entanto, faz a constatação *objetiva* (!) de que dos onze nomes arrolados, nos dois casos, apenas *um* (!) possuía uma *parte* (!) do sobrenome alemão, e como tal era classificado – o “alemão da geral”. Nos sobrenomes dos outros 10 não se constata qualquer indício de origem alemã.

Em 7 de junho de 2009, aconteceu um episódio apresentado como violento, “envolvendo desavenças ideológicas”. Duas pessoas foram indiciadas “por liderar um grupo de dezenas de pessoas no espancamento de quatro jovens *punks*,... num supermercado da Rua Lima e Silva, no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre”. “Um dos jovens *punks* levou uma punhalada na cabeça, que resultou num corte do rosto à nuca, além de

⁸⁶ http://www.correioforense.com.br/noticia_pdf/id/38285/titulo/Aceita_denuncia_contra_integrantes_de_torcida_organizada_do_Gremio_por_tentativa_de_homicidio.html (acessado em 20 de abril de 2012).

⁸⁷ Mesmo em um *site* com um nome que dá a impressão de que não deveria ser anti-“neonazista”, podem-se encontrar referências à origem alemã do clube e à consequente presença de uma torcida racista: “Os dois clubes brasileiros que mais possuem adeptos deste estilo de torcedores são a Sociedade Esportiva Palmeiras, de colônia italiana, e o Grêmio de Futebol Porto-Alegrense, fundado por alemães. Os dois clubes foram os últimos no país a aceitar jogadores não brancos, e ambos foram obrigados a mudar de nome, para não perderem seus patrimônios, pois o Brasil passou a perseguir estas colônias” (<http://www.stormfront.org/forum/t440023/>, acessado em 6 de maio de 2012).

uma facada num dos braços. Uma garota que o acompanhava foi espancada com uma barra de ferro. Outro casal também foi espancado”. “Os *punks* tinham passado a tarde espalhando panfletos contra os *skinheads* no Parque da Redenção. Rumaram depois para a Lima e Silva, onde costumam se reunir. Os *skinheads* teriam atacado os *punks* na saída do supermercado, e perseguido os dois casais dentro do estabelecimento. As vítimas reconheceram como agressores Marcelo Moraes Cecílio, o Spoki, e Hélio da Silva Junior, o Magoo”.⁸⁸

Em 22 de outubro de 2009, um grupo de quatro jovens teria atacado um guarda negro da TRENSURB, na Estação Mercado, em Porto Alegre. Os jornais apenas identificaram dois deles: Laureano Vieira Toscano e Daniel Fabrício da Silva Oliveira.⁸⁹

É verdade que na lista dos envolvidos nos dois incidentes relacionados ao futebol não aparece nenhum nome que já tivesse estado presente nos casos de 2003 (banda Zurzir) e 2005 (ataque aos jovens judeus), mas, no ataque aos *punks*, e, depois, ao guarda negro da TRENSURB, um dos nomes de cada uma das duplas de acusados aparece relacionado aos dois primeiros episódios, fato que demonstra a continuidade do grupo.

Com essa nova lista, o total de acusados referidos nas fontes aqui citadas chegou a 31. Na listagem anterior – num total de 18 –, havia dois sobrenomes duplos em que um dos elementos era alemão (portanto, filhos de casamentos interétnicos), mais uma pessoa com um sobrenome único, também alemão. Agora, acrescenta-se mais um sobrenome *parcialmen-*

⁸⁸ <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/07/skinheads-sao-indiciados-por-atacar-punks-2571358.html> (acessado em 17 de maio de 2012).

⁸⁹ <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=45606> (acessado em 11 de maio de 2012).

te alemão, chegando a um total de quatro sobrenomes com algum vestígio de origem alemã, mas a 27 (!) sem qualquer sinal nesse sentido.

Além dos episódios aqui relacionados, há, na imprensa, referências a vários outros atos violentos atribuídos a “neonazistas”. Em alguns casos, as autoridades policiais confirmaram esse caráter, em outros, o desmentiram. Um exemplo neste último sentido aconteceu na manhã de sábado, dia 6 de agosto de 2011, em Porto Alegre, durante uma pancadaria entre dois grupos, com feridos.

No decorrer do dia, as notícias a respeito se espalharam pelo Brasil, informando que se tratava de uma briga entre *punks* e *skinheads* – interpretando o ocorrido como um novo ataque “neonazista” no Rio Grande do Sul. Um exemplo de reação aconteceu quando o *Jornal do Brasil* publicou um texto a respeito, gerado pelo portal de notícias *Terra*. Certo pastor Joaquim, de Niterói (RJ), foi o primeiro a postar um comentário no *site* do jornal, nos seguintes termos: “Mais uma prova de civilidade na ‘Europa’ gaúcha. A civilização tem dessas coisas. Amém! kkkkkkk”.⁹⁰ O caso evidencia o grau em que parte da opinião pública brasileira está contaminada com a concepção de que no Rio Grande do Sul as agressões “neonazistas” são diárias, e, por consequência, que há milhares deles à solta por aqui – e é óbvio, são todos “europeus”, como insinua o pastor.

Na segunda-feira, dia 8, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, apresentou a mesma interpretação que o pastor Joaquim, mancheteando que “pancadaria em bar traz à tona ações neonazistas” (p. 30). Mas, no mesmo dia, no *Correio do Povo* (p. 19), podia ler-se que o delegado Paulo Cesar Jardim “des-

⁹⁰ <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/08/06/rs-briga-entre-neonazistas-skinheads-e-punks-deixa-ferido-grave/> (acessado em 16 de maio de 2012).

cartou que a motivação tenha sido racismo”. Isso significa, concretamente, que o imaginário popular está tão saturado com referências a “neonazismo” no Rio Grande do Sul que qualquer incidente pode receber essa classificação, sem que efetivamente o seja.

O CASO DE TEUTÔNIA (2009)

Em 20 de abril de 2009, realizou-se em Quatro Barras, região metropolitana de Curitiba, uma reunião de “neonazistas” provenientes de diferentes estados brasileiros. Tudo indica que essa reunião tinha objetivos mais amplos do que a alegada comemoração do aniversário do ditador alemão, pois teriam sido feitos discursos sobre questões programáticas, sobre estratégias de ação, os quais refletiram divergências entre os integrantes do grupo. Um dos resultados dessas divergências foi o assassinato de um casal de jovens, Bernardo Dayrell Pedroso, mineiro, e sua namorada paranaense Renata Waechter Ferreira.⁹¹

Nas investigações a respeito desse crime, apareceu um nome que tinha algo a ver com o Rio Grande do Sul, Jairo Maciel Fischer, que seria um dos executores do crime. Maciel Fischer residia, nesse momento, em Teutônia, no vale do rio Taquari, uma região considerada típica de colonização alemã. Além disso, o suposto ou efetivo mandante do assassinato, Ricardo Barollo, residente em São Paulo, teria visitado, antes do episódio no Paraná, Teutônia, além de ter mantido contato com “neonazistas” de Caxias do Sul, onde também teria ocorrido uma disputa intragrupo.

⁹¹ <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=882599> (acessado em 19 de abril de 2012).

Ocorrido em 20 de abril, as circunstâncias do assassinato no Paraná foram esclarecidas, pela polícia, cerca de 10 dias depois. E Maciel Fischer foi preso em Teutônia. A respeito dele, soube-se que tinha, na época, 21 anos de idade, que seus pais eram paranaenses que tinham vindo para Teutônia mais ou menos quatro anos antes, e que ele próprio tinha ficado naquele estado, morando com sua irmã, a qual, no entanto, o teria expulsado de sua casa por causa da militância “neonazista”.⁹² Com isso, ele teria vindo para a casa dos pais, e estava trabalhando há cerca de um ano e meio numa fábrica de laticínios.⁹³ Mas, segundo informações da polícia gaúcha, ele não teria constado, até então, entre os nomes de *skinheads* ou “neonazistas” fichados pela polícia daqui, fato que sugere que seus vínculos e sua atividade continuavam com grupos do Paraná, que ele não estava “enraizado” entre os “neonazistas” gaúchos.⁹⁴ Mais tarde, informou-se que um dos presos no episódio do ataque ao guarda negro da TRENSURB, em outubro do mesmo ano, teria fornecido a arma do crime, mas não diretamente a Maciel Fischer, e, sim, a Ricardo Barollo, de quem se voltará a falar logo a seguir – fato que também indica que Maciel Fischer não estava integrado ao grupo gaúcho.⁹⁵

⁹² <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/05/policia-investiga-formacao-de-grupo-neonazista-no-vale-do-taquari-2498154.html> (acessado em 19 de abril de 2012).

⁹³ <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/05/neonazismo-surpreende-teutonia-2500340.html> (acessado em 19 de abril de 2012).

⁹⁴ <http://zero-hora.jusbrasil.com.br/politica/2628517/jovem-presos-nao-estava-entre-skinheads-monitorados-por-policia-gaucha> (acessado em 19 de abril de 2012).

⁹⁵ <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=936972> (acessado em 11 de maio de 2012). “Segundo depoimentos tomados em Porto Alegre e no Paraná, o Laureano [Vieira Toscano] forneceu a arma para o Barollo. Ele teria comprado a pistola na Argentina”.

Com essa prisão em Teutônia, as manifestações públicas em torno do “neonazismo” no Rio Grande do Sul entraram, definitivamente, numa nova fase. Ainda que, em geral, a imprensa não o tenha comentado de forma *explícita*, parecia evidente para qualquer pessoa imbuída do senso comum que o “neonazismo”, finalmente, se manifestara, mostrara sua cara, naquele lugar em que, obviamente, sempre se supusera estar sua origem, de onde ele, forçosamente, provém, e do qual ele, naturalmente, se alimenta – isto é, as populações das regiões de colonização alemã do estado. Parecia o “óbvio ululante”!

Não há dúvida de que faz sentido ligar o nazismo à Alemanha, pois foi ali que ele surgiu e chegou ao poder, além de ser verdadeiro, também, que – como já se comentou –, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, houve algumas pessoas filiadas ao partido nazista nas “colônias alemãs” do estado, além de setores mais amplos dessa população – em perfeita harmonia com os governos estadual e federal brasileiros da época – terem manifestado simpatia por Hitler e por seu regime na Alemanha. Portanto, em tese, não era de todo ilógico, para o senso comum, concluir que uma coisa chamada “neonazismo” também deveria, forçosamente, ter algo a ver com a “colônia alemã”.

Só que, até então, os incidentes classificados como “neonazistas” não apontavam para a “colônia alemã” – os atos e as manifestações “neonazistas” conhecidos tinham sido registrados em Porto Alegre e em suas circunvizinhanças, com alguns episódios na região de Caxias do Sul, um lugar que ninguém identifica como “colônia alemã”.⁹⁶

Por tudo isso, a prisão de Maciel Fischer, em Teutônia, desencadeou um verdadeiro frenesi em torno do “neonazismo”

⁹⁶ Um dos envolvidos no ataque aos jovens judeus, em maio de 2005, era mecânico em Caxias do Sul.

na imprensa gaúcha, e mesmo nacional – tanto na imprensa escrita quanto na falada e televisionada. Na televisão, notava-se uma ânsia em trazer alguma matéria sobre o tema, a qualquer preço. Certo dia, a TV Bandeirantes, de Porto Alegre, fez contato comigo para marcar uma entrevista sobre o “neonazismo” em Teutônia. De forma honesta, eu disse à repórter que poderia dar uma entrevista, mas que ela não deveria esperar de mim que eu incriminasse a população teutoniense por essa maldade. Apesar desse alerta, ela quis saber, detalhadamente, onde eu seria encontrável durante a tarde. Talvez frustrada, não me procurou.

Curioso, fui assistir ao noticioso regional da noite, para ver que diriam sobre o tema. Interessantemente, foi apresentada uma matéria totalmente descontextualizada dos episódios referidos, informando, simplesmente, que os grupos “neonazistas” utilizam cerca de 70 símbolos diferentes, e apresentando detalhes sobre um deles, o do coturno com cadarço branco. Não foi possível entender o sentido ou o objetivo da matéria, mas sua irradiação sugere que havia, nas empresas jornalísticas, uma pressão para que o tema fosse abordado – mesmo que os repórteres tivessem dificuldade em localizar alguma novidade escabrosa concreta sobre maldades cometidas pela população das “colônias alemãs”.

O jornal *Zero Hora* mancheteou, em 4 de maio, que a “região será monitorada”, motivo pelo qual a polícia “ficará atenta a Teutônia e cidades vizinhas”. No dia 18 de maio, *Zero Hora* publicou a notícia de que a polícia fizera diligências em Porto Alegre, Viamão, Cachoeirinha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves – Teutônia não foi citado! Além de objetos simbólicos, teriam sido apreendidos materiais que incluiriam bombas caseiras, com que os “neonazistas” teriam planejado atacar sinagogas, negros e homossexuais. Mas não se noticiou em

qual ou quais da(s) citada(s) cidade(s) o material teria sido encontrado. Soou um pouco estranha a informação de que não aconteceram prisões, porque a simples posse dos materiais apreendidos não constituiria crime.

Mesmo que nessa matéria do dia 18 o município de Teutônia nem fosse citado, aquilo que se passava, de fato, na cabeça de uma parte significativa dos leitores ficou explícito quando, no dia seguinte, o *site Zero Hora.com* publicou uma matéria intitulada “Base de novo grupo neonazista estava sendo montada no Vale do Taquari e na Serra”. O texto informava que a polícia não revelava nomes, mas que “uma conexão entre a região de Caxias do Sul com o Vale do Taquari *está sendo apurada*”. “Isso porque o líder deste novo grupo é de Teutônia, no Vale” (referência ao citado Jairo Maciel Fischer). Depois, destacou-se que a descoberta do grupo foi possível graças a um “racha” ocorrido em Caxias do Sul. Além disso, relatou-se que o caso de Caxias já vinha sendo investigado há mais tempo, com a suspeita de que uma morte ocorrida no mês de fevereiro anterior, no município, pudesse ter ligação com o “neonazismo”.⁹⁷

Na matéria, falava-se da *suspeita* de criação de uma célula, mas não foi apresentado *nada* de palpável, não se falou da descoberta de *nomes* de suspeitos. Tudo isso significava que, quase três semanas depois da prisão de Jairo Maciel Fischer e das consequentes intensas buscas e investigações policiais, em relação a Teutônia e ao Vale do Rio Taquari como um todo, não havia *nenhuma* novidade concreta. Mas grande parte dos leitores estava pouco interessada naquilo que efetivamente estava escrito ou era dito nos textos jornalísticos, colocando, muito antes, a sua fantasia em pleno funcionamento, imaginando

⁹⁷ <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2515630.xm> (acessado em 20 de maio de 2009).

todo o Vale do Taquari transformado num imenso antro, num interminável descampado ocupado por gigantescas hordas “neonazistas” – obviamente constituídas, exclusivamente, de criminosos com cabelos loiros e olhos azuis. Os comentários deixados no portal *Zero Hora.com*, entre 17h36min do dia 19 de maio e 10h31min do dia 20, constituem prova cabal dessa afirmação. Vale a pena transcrever literalmente algumas das manifestações.

“O problema é que o povo de lá pensa que é alemão. Nasceram no Brasil e se dizem alemães. Tenho parentes no Vale do Taquari e até hoje não encontrei nenhum brasileiro por lá, são todos alemães” (Luli, Porto Alegre). “Por que não pegam numa enxada e vão capinar por aí? Pensam que são alemães, não passam de caboclos, assim como nós. Bando de babacas” (Flávio, Porto Alegre). “Perfeito Luli... nasceram no Brasil, falam português (o alemão que falam não existe, é apenas uma piada), e acham que são alemães! Acordem para a realidade!” (Pedro Ernesto, Porto Alegre). “Moro no Vale do Taquari e realmente *aki* os alemães acham que estão na Alemanha, tanto que já mandei alguns irem embora pra lá. Acham que o negro é menos que branco, falam alemão na tua cara e riem, e outras atitudes discriminatórias. Não adianta estudo, precisam aprender a aceitar as diferenças, o que eles mais têm (falam português errado)” (Sidnei, Arroio do Meio). “Em muitas regiões de imigração do RS impera um sentimento de que os descendentes de italianos e alemães são europeus de fato: e por muitas vezes têm uma postura bastante racista! Inclusive circulam comentários do tipo: ‘a cidade tá ficando ruim porque tá vindo muito brasileiro morar aqui!’ Talvez crianças que cresçam numa sociedade assim acabem por se tornarem esses idiotas neonazistas. Gostaria que todos esses brasileiros pseudoeuropeus pudessem ir pra Europa para serem feitos de

chacota” (Rafael, Santa Maria). “Tem uns pouco inteligentes que dizem ‘as raças’, ora, a raça humana é uma só. Vão estudar biologia. E se alguém que nasceu aqui e se acha alemão, mude-se para a Alemanha que é o lugar de ‘arianos’. Quando estes neonazistas estiverem presos no Central, vão conhecer ‘raça pura’ lá dentro” (Élio, Santa Maria).

O clima que se criara não se refletiu apenas na imprensa regional. A revista *Istoé*, n. 2062, com data de 20 de maio de 2009, editada em São Paulo, também tratou do “neonazismo”, em artigo de capa, com 6 páginas. Não o vinculou, de forma expressa, à “colônia alemã”, mas a ideia estava implícita, no texto, pois uma linha de tempo que se propunha a acompanhar “a herança de Hitler no Brasil” começava em 1928, em Timbó, Santa Catarina, onde teria sido fundado o primeiro núcleo do partido nazista no Brasil (p. 86). A concepção de que haveria uma linha de continuidade (“herança”) entre a presença do nazismo dos anos 1930 e o “neonazismo” atual trazia, no mínimo, implícita a ideia de que este último é “coisa de alemão”, como o fora aquele.

O frenesi daquele momento recebeu um impulso adicional quando, após as mortes ocorridas no Paraná, foram feitas buscas policiais na residência do suposto ou efetivo mandante, Ricardo Barollo, em São Paulo, onde, entre outras coisas, teria sido localizado um plano sobre a criação de um novo país com a denominação alemã *Neuland*, Terra Nova. Esse plano teria sido apresentado a seus seguidores em setembro de 2008. Não se sabe se as informações sobre seu conteúdo apresentadas pela imprensa são fidedignas, mas elas apontam para uma utopia, no sentido mais evidente da palavra, motivo pela qual seu efeito mistificador sobre a opinião pública talvez tenha sido tanto maior.⁹⁸

⁹⁸ Nas informações da imprensa, é necessário atentar para o fato de que, às vezes, a palavra é utilizada para designar o próprio grupo de Barollo.

A construção dessa utopia iniciaria com a eleição de vereadores e do prefeito de Piçarras, em Santa Catarina. A partir dessa base, se daria a gradativa conquista do sul do Brasil, até chegar a São Paulo. Mas num salto de lógica de difícil compreensão, essa Terra Nova acabaria, de fato, sendo estabelecida em território da Europa central. O hino nacional seria o último movimento da Nona Sinfonia de Beethoven, a capital seria uma cidade chamada Magno, onde funcionaria a administração, abrigada em três prédios de 200.000 metros quadrados e 160 andares cada. Haveria 20 línguas oficiais. O salário-mínimo seria de 840 euros, e o autoproclamado presidente Ricardo Barollo receberia 10.560 euros como remuneração.⁹⁹

Ainda que a localização da utopia na Europa central não se concentrasse exclusivamente em território alemão, o fato de que o nome era *Neuland* e ainda o fato de que sua construção começaria no, supostamente, mais germanizado estado brasileiro de Santa Catarina, e até pelo fato de que no dia de sua prisão Barollo vestisse uma camisa da seleção alemã, fez com que a impressão de que se estava diante de uma manifestação de “neonazismo” em que a origem “alemã”, supostamente, era evidente ericou muita gente.

Com os assassinatos, no Paraná, em 20 de abril, e a posterior prisão de Jairo Maciel Fischer, em Teutônia, no início de maio, o alvoroço em torno do caso *Neuland* experimentou um crescendo, como mostram as citadas matérias em *Zero Hora* e na revista *IstoÉ*. Por essa razão, se justifica a transcrição de uma matéria especial escrita por Carlos Rollsing para *O Estado de São Paulo*, em 19 de maio. “Ofensivas realizadas, no princípio da manhã de segunda-feira, 18, contra residências de militantes gaúchos do grupo neonazista *Neuland*, que *em alemão* [!] significa nova terra, resultaram na apreensão de mais de 300

⁹⁹ *IstoÉ*, São Paulo, ano 32, n. 2.062, de 20 de maio de 2009, p. 84 e 86.

peças alusivas aos ideais de Adolf Hitler. Camisetas, botas, livros, CDs, DVDs, cruzes, facas e bombas [!] foram encontradas nas casas de membros da facção em Porto Alegre, Viamão, Cachoeirinha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves” (*nota bene*: aqui também não há qualquer menção à “colônia alemã” de Teutônia!).

“O titular da 1ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre, Paulo Cesar Jardim, acredita que, apesar de nenhuma prisão ter sido efetivada, a ação evitou ataques terroristas em sinagogas do Rio Grande do Sul para matar judeus. ‘Não podemos prender ninguém por pensar, cultivar ou planejar. Mas, felizmente, conseguimos fazer o mais difícil: abortar tragédias futuras. De fato, eles estavam prestes a explodir uma sinagoga [!]’, assegurou o delegado.”

Pela insistência na afirmação, obviamente, causa certa estranheza a alegação de que a posse de bombas e a suposta ou efetiva descoberta de provas, ou ao menos de indícios, sobre o planejamento para explodir uma sinagoga não constituiriam motivo suficiente para efetuar prisões.

“O *Neuland* possui cerca de 50 membros identificados pela Polícia Civil em solo gaúcho. A matriz do grupo está em São Paulo, contando ainda com ramificações em Santa Catarina e no Paraná. O líder nacional é o paulista Ricardo Barollo, 34 anos, que está preso, por duplo homicídio, em penitenciária paranaense. Distribuindo ordens da cadeia, ele teria encomendado a morte de um casal curitibano, em abril passado, ao gaúcho Jairo Fischer, 21 anos, detido dias atrás em Teutônia pela prática dos assassinatos.”

Nesse parágrafo, o texto ficou confuso, denotando provável falta de domínio de conteúdo, seja por parte do jornalista, seja por parte de quem forneceu a informação, pois outras fontes justamente destacaram que Barollo estivera, inclusive,

no Rio Grande do Sul, sendo preso *depois* das mortes [depois do “duplo homicídio” referido no texto], de forma que não pode ter distribuído “ordens da cadeia” para matar o casal.

A seguir, vem um trecho no qual se atribui ao delegado gaúcho Paulo Cesar Jardim a afirmação de que “o grupo importa armamentos pesados da Argentina. Em várias fotos e vídeos apreendidos, os pregadores do neonazismo posam com pistolas e metralhadoras. ‘Ainda não sabemos onde estão as armas’.” “A parcela gaúcha da facção estaria preparando-se para transcender os ritos teóricos, buscando atuação prática em ataques contra judeus, homossexuais, negros e *punks*. Independentemente da posição ocupada na organização, os integrantes passam por lições doutrinárias e operacionais. Os neonazistas brasileiros ainda trocam conhecimentos ideológicos com admiradores do ditador Adolf Hitler do Chile, da Inglaterra e da França”. Aqui soa interessante que esses “alemães” fanáticos não troquem “conhecimentos ideológicos com admiradores do ditador Adolf Hitler” *da Alemanha*.

O conteúdo desse parágrafo dificilmente pode ser contestado, pois depende das provas – a que o leitor, evidentemente, não tem acesso. Mas essas afirmações mostram o clima que se criou – ou tentou criar – no estado, a partir do episódio, acenando, inclusive, com um potencial perigo vindo de além-fronteiras.

“No Rio Grande do Sul, já chega a 25 o número de militantes indiciados e denunciados à Justiça. Parte deles já cumpriu pena. Jardim afirma que dez assassinatos ocorridos nos últimos 60 dias *no país* são investigados por demonstrarem indicativos de vinculação com o *Neuland*. O delegado nega que a liderança gaúcha do grupo seja exercida por Jairo Fischer, preso em Teutônia e posteriormente transferido ao Paraná, onde responde pelo crime de duplo homicídio. ‘Ele ganhou

fama e ascensão depois de ter matado duas pessoas a mando do Ricardo Barollo. Mas, apesar disso, ele não é dirigente do movimento no Rio Grande do Sul, ponderou. A identificação do comandante gaúcho da facção será mantida em sigilo para não atrapalhar as investigações”.¹⁰⁰

Em relação a estas últimas afirmações, chama atenção o número de 25 militantes “indiciados e denunciados”, pois, em outras oportunidades, o delegado falou em 30 a 40 fichados pela polícia, para, em manifestação de agosto de 2011 – como se verá mais tarde –, definir o número exato de 35. Como entre meados de 2009 e 2011 não foram registradas referências à identificação de novos “neonazistas”, fica a dúvida sobre o número real. Mas, sobretudo, cabe destacar a afirmação enfática de que Jairo Maciel Fischer – o pivô da fortíssima agitação em torno da suposta “chegada” do “neonazismo” à “colônia alemã” – não possuía importância dentro do movimento gaúcho.

Já que estamos falando sobre os números, justifica-se uma interrupção na narrativa, para fazer novo balanço dos nomes concretos de que dispomos. O número total de “neonazistas” gaúchos fichados propalado pelo delegado Jardim é de 35. Com a inclusão de Jairo Maciel Fischer, os arrolados neste livro chegam a 32, dos quais 5 (!) possuem vestígio de origem alemã, e 27 (!) sem *qualquer* vestígio de origem alemã. Considerando aquilo que foi dito no parágrafo anterior – isto é, que, em algumas ocasiões, são citados números abaixo de 35 –, é muito provável que na lista do delegado também constem apenas os 32 aqui citados.

¹⁰⁰ <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,policia-apreende-material-neonazista-em-cinco-cidades-gauchas,373205,0.htm> (acessado em 20 de abril de 2012). A referência ao “comandante gaúcho da facção”, com certeza, é Laureano Vieira Toscani, a quem o próprio delegado, em outubro, acabaria atribuindo o fornecimento da arma do crime em Curitiba.

Voltando à agitação em torno do *Neuland*, em todas as afirmações sobre a importância do grupo, no *Rio Grande do Sul*, aparece algo de suspeito, pois nas fontes sobre o encontro no Paraná, onde, aparentemente, foram discutidas questões tão fundamentais e polêmicas que até motivaram o assassinato, por divergências de opinião em relação a questões doutrinárias e de estratégia de “longo prazo”, foi citada a presença de pessoas do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, mas *nenhuma* daqui, afora Jairo Maciel Fischer, sobre quem se afirmou que não era importante, e de quem se possui o dado objetivo de que não era gaúcho longamente estabelecido no estado, mas sim paranaense migrado para cá.

O “neonazismo” e *Neuland* ganharam novo impulso em junho de 2009, quando se anunciou que a deputada gaúcha Maria do Rosário Nunes requereu a criação de uma comissão externa da Câmara dos Deputados “destinada a acompanhar as investigações a respeito da quadrilha de neonazistas desarticulada no estado do Rio Grande do Sul, com células organizadas em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e seus desdobramentos”.¹⁰¹ A comissão, criada em 2 de junho de 2009, atendeu pela sigla CEXNEONA, e foi integrada – além da requerente – pelos deputados Alexandre Silveira (PPS-MG), João Campos (PSDB-GO), Marcelo Itagiba (PSDB-RJ)¹⁰², Pompeu de Mattos (PDT-RS). Atagiba foi escolhido coordenador.

Numa primeira reunião ordinária, realizada em 23 de junho, sem a presença de Pompeu de Mattos (desculpado, por

¹⁰¹ Toda a documentação a esse respeito que será citada aqui está disponível na Internet. Basta colocar os nomes dos documentos nas máquinas de busca para localizá-los. Por essa razão, não serão feitas referências a cada caso. O autor também possui um arquivo com toda essa documentação – para o caso de qualquer dúvida.

¹⁰² Atagiba aparece como pertencente ao PSDB-RJ, num primeiro momento, depois vai constar como pertencente ao PMDB-RJ.

ter sofrido um acidente), mas com a presença de Carlos Sampaio (PSDB-SP), foram aprovados dois requerimentos solicitando informações sobre grupos “neonazistas” a autoridades policiais em São Paulo. Um terceiro requerimento aprovado, nesta primeira reunião, foi da deputada Maria do Rosário Nunes, “que requer que esta Comissão Externa compareça ao Estado do RS para averiguar a existência de grupos neonazistas, realizando reunião para tomada de depoimentos de possíveis envolvidos”.

Justificava que “a quadrilha de neonazistas que começou a ser desarticulada no Rio Grande do Sul pretendia realizar atentados a sinagogas no país, e pelo menos 50 pessoas estão envolvidas no movimento, apenas em cidades gaúchas. O grupo tem células organizadas também em São Paulo, Paraná e Santa Catarina. O grupo articula também candidaturas políticas em pequenas cidades. Para atrair adeptos entre os que não têm simpatia pela ideologia nazista, integrantes do movimento passaram a colecionar casos de homicídios praticados por negros em todo o país. É de grande importância que o parlamento acompanhe o andamento destas investigações, para que resultem numa resposta rigorosa a esses neonazistas que pretendem se articular e disseminar o ódio e racismo por todo o território nacional. Estas são as razões que justificam a realização de reunião no Estado do RS desta Comissão Externa”.

A reunião de Porto Alegre efetivamente foi convocada para o dia 13 de julho. Além dos próprios integrantes da CEXNEONA, ela deveria contar com a presença de “convidados” e “convocados”. Entre os “convidados” constaram: Dr. Henry Chmelnitsky (presidente da Federação Israelita do Rio Grande do Sul); Dr. Cláudio Silveira Batista (gerente jurídico do Grêmio Foot-Ball Portoalegrense, representando o Dr. Fernando Antônio Kroeff, presidente do clube); Dr. Adriano Du-

arte (jornalista do *Pioneiro*, de Caxias do Sul); Dr. Cid Martins (jornalista da Rádio Gaúcha e da RBS-TV); Dr. Fábio de Almeida (jornalista da Rádio Gaúcha e da RBS-TV); Dr. José Antônio Dornelles de Oliveira (delegado de Polícia Federal, representando o Dr. Ildo Gasparetto, superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul); Dra. Diana Calazans Mann (delegada de Polícia Federal, representando o Dr. Ildo Gasparetto, superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul); Dr. Paulo Cesar Jardim (delegado de Polícia Civil, titular da 1ª DP de Porto Alegre); e Dr. Isidoro de Souza Rezes (representante do Movimento LGBT).¹⁰³

Além dessa, existiu outra lista, na qual estavam relacionados nomes qualificados como “convocados”. Entre eles, estavam, *além de todos os citados na primeira lista*, o delegado titular da Delegacia de Homicídios [de Porto Alegre] (Bolívar Llantada); o delegado titular de Teutônia (Mauro José Barcellos Mallmann); o suspeito de Teutônia (Jairo Maciel Fischer).

Quanto à convocação do delegado Llantada, não há muito mistério, porque se sabe que lidou com o incidente na torcida do Grêmio Foot-Ball Portoalegrense, em 2008. Mas causa estranheza a convocação do delegado Mallmann, de Teutônia, e do “suspeito” Jairo Maciel Fischer, preso, também em Teutônia. Acontece que no período de cerca de dois meses que vai do assassinato no Paraná (20 de abril) até a primeira reunião da CEXNEONA (23 de junho) as referências a atos ou incidentes *concretos, palpáveis, nominados com dia e hora*, em Teutônia, haviam cessado por completo, tendo em vista que ali fora preso, no início de maio, o acusado, e *absolutamente*

¹⁰³ Não se verificou se todas essas pessoas são, efetivamente, portadoras dos títulos acadêmicos que lhes foram atribuídos, nem se esclareceu por que o superintendente da Polícia Federal seria birrepresentado.

nada mais acontecera nem viria a acontecer – além das manifestações fantasiosas do imaginário popular.

Em contrapartida, já antes dos acontecimentos no Paraná, e durante todo o período posterior, a imprensa fez referências repetidas a ações na região metropolitana, *e em Caxias do Sul*, onde, em fevereiro, teria ocorrido um assassinato, possivelmente ligado ao “neonazismo”. Um “racha” entre os “neonazistas” caxienses teria possibilitado obter informações sobre o grupo local, etc.

Em 31 de maio de 2009, o *Pioneiro*, jornal da cidade, havia noticiado que “o neonazismo está mais vivo do que nunca em Caxias do Sul. A maior cidade da Serra gaúcha era uma das bases do movimento separatista *Neuland* (*terra nova, em alemão*)”. “O *Pioneiro* apurou que a *Neuland* teria repassado armas para os seguidores em Caxias. O interesse da organização pela cidade tinha vários motivos. Entre eles, um rapaz que sabe fabricar bombas caseiras e com contatos no Exército. A parte mais radical do movimento também planejava matar o líder de um grupo *skinhead* da cidade. Esse caxiense não concordava com as ideias de Barollo e, por isso, era considerado um problema para os planos da *Neuland*. O crime só não foi concretizado porque os suspeitos foram presos antes, pela morte de um casal na região metropolitana de Curitiba (PR)”.¹⁰⁴

No próprio dia da reunião, em Porto Alegre, *Zero Hora* noticiou que “antes de Barollo [suposto ou efetivo mandante do crime no Paraná] ser preso, em maio, só os companheiros mais próximos do paulista – *alguns deles moradores de Caxias* – conheceram os planos de atentados. Entre 2007 e 2008, o paulista visitou a cidade [de Caxias do Sul] e manteve conta-

¹⁰⁴ <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/05/terroristas-neonazistas-tinham-ligacao-com-caxias-do-sul-2529348.html> (acessado em 21 de maio de 2012).

to com 10 simpatizantes”. Mais adiante, ainda foi referida a possibilidade do envolvimento de militares do 3.º Grupo de Artilharia Antiaérea, sediado em Caxias do Sul.¹⁰⁵ *Por tudo isso, causa enorme espanto o fato de que a deputada não se tivesse lembrado de convocar o delegado de Caxias do Sul nem algum suposto ou efetivo militante “neonazista” local, como, por exemplo, o “Bitter”, conhecido da polícia havia muito tempo!*

As notícias dos jornais, portanto, no mínimo, *sugerem* (!), de forma reiterada, que a presença “neonazista” estava *muuito* (!) mais ramificada em Caxias do Sul do que em qualquer outro lugar do interior gaúcho (incluindo, *obviamente*, Teutônia!). Isso ficou reforçado numa matéria de *ZeroHora.com* de 3 de setembro do mesmo ano de 2009 – portanto, menos de dois meses depois da reunião da comissão da deputada Maria do Rosário Nunes, em Porto Alegre. Segundo a reportagem, “a 1.ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre descobriu novas ações de grupos neonazistas na serra gaúcha. O plano seria matar um jovem na região de Caxias do Sul. Os executores são integrantes de um novo grupo, o chamado *Neuland*, criado há cerca de um ano. É o mesmo grupo que em maio deste ano teve materiais apreendidos em cinco cidades do estado, como facas, bombas e livros sobre nazismo. A pessoa que seria executada, cujo nome está sendo preservado pela polícia, pertence a um grupo neonazista rival da cidade de Caxias do Sul. O delegado Paulo Cesar Jardim destaca como seria a execução, com base em depoimento de um dos líderes do grupo: ‘Ele confessa que havia um plano de matar um dos líderes do movimento neonazi aqui do Rio Grande do Sul, esse líder da região de Caxias. Esta morte seria na casa dele. Eles fariam um churrasco, convidariam esta pessoa para fazer parte do churrasco,

¹⁰⁵ *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 de julho de 2009, p. 5. A ênfase foi acrescentada ao original.

e lá ela seria executada”. “A polícia também descobriu o local onde seria a execução: o chamado Quartel-General (QG) deste novo grupo, que fica no distrito de Galópolis, em Caxias. Nesta residência, chegaram a ocorrer este ano pelo menos seis festas neonazistas, inclusive uma em abril, para comemorar o aniversário de Adolf Hitler”.¹⁰⁶

Apesar de publicada em setembro de 2009, essa matéria não contém qualquer outra coisa do que informações *requentadas* de maio. Mas mostra a intensidade com que se insistiu em maldades *suposta ou efetivamente* praticadas por “neonazistas” em Caxias do Sul, das quais a CEXNEONA da deputada Maria do Rosário Nunes simplesmente não tomou conhecimento! E a única explicação possível é que seu foco *exclusivo* foi Teutônia – ainda que lá não houvesse absolutamente nada para “focar”.

Por tudo isso, causa *estupefação* a constatação de que a convocação feita pela CEXNEONA da deputada Maria do Rosário Nunes tenha se restringido ao “neonazista” (um único!) e ao delegado *de Teutônia* – enquanto Caxias do Sul “contribuiu” apenas com um “convidado”, jornalista do *Pioneiro*. O fato indica que, para a deputada – nascida em Veranópolis, típica “colônia italiana”, filha de mãe com sobrenome italiano –, a “colônia italiana” estava isenta da suspeita de constituir a origem, o nascedouro, o ninho do “neonazismo”, ou de ser responsável pelo fomento dessa maldade aqui no Rio Grande do Sul. Já os “alemães” de Teutônia, *de forma evidente*, não gozavam da mesma avaliação positiva, benigna, ou ao menos neutra – muitíssimo pelo contrário! Se não fosse assim, como explicar a ausência de “convite” ou “convocação” a qualquer autoridade de Caxias do Sul, e aos supostos ou efetivos vá-

¹⁰⁶ <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/09/policia-descobre-novas-acoes-de-grupos-neonazistas-na-serra-2641008.html> (acessado em 21 de maio de 2012).

rios envolvidos nos insistentemente noticiados acontecimentos de lá, muito mais antigos, complexos e enraizados que os de Teutônia (*a acreditar naquilo que se acaba de reproduzir da imprensa*), incluindo suspeitas de assassinato – enquanto em Teutônia não acontecera *absolutamente nada mais* que a prisão de um *único* acusado, que viera ao município alguns meses antes, e cometera um delito *no Paraná*.¹⁰⁷

O “suspeito” de Teutônia não atendeu à convocação da deputada pelo simples fato de ter estado preso no Paraná, mas também o delegado Mauro José Barcellos Mallmann não compareceria, tendo mandado uma carta na qual informou que não fazia qualquer sentido investir tempo e energia num deslocamento para Porto Alegre, pois “na nossa investigação não confirmamos a existência de um ou mais grupos neonazistas no vale do Taquari”.¹⁰⁸

Além do delegado Mallmann, por essa mesma época, o delegado Paulo Cesar Jardim fez uma declaração muito clara sobre os exageros que estavam sendo cometidos, naquele momento, em torno do “neonazismo” no Rio Grande do Sul – ainda que a tentativa de isentar-se a si mesmo não fosse totalmente convincente, tendo em vista as diversas manifestações

¹⁰⁷ Para que não pare qualquer dúvida: o autor deste livrinho não está afirmando que essas notícias sobre atividades “neonazistas” em Caxias do Sul são verdadeiras, e, *muito menos*, que os “italianos” são mais “neonazistas” que os “alemães” (sua hipótese é que se, efetivamente, Caxias é o local com o segundo maior número de referências a atos “neonazistas”, isso, provavelmente, se deve ao fato de ser, também, o segundo maior aglomerado urbano do estado). O que causa estupefação é que diante de uma quantidade de referências públicas dessa magnitude em relação a esse município a deputada Maria do Rosário Nunes tenha se restringido a um “convite” a um jornalista local, mas, em contrapartida, tenha expedido uma “convocação” ao acusado Jairo Maciel Fischer mais ao delegado Mallmann, de Teutônia, quando aqui o *único* fato *concreto* noticiado foi uma prisão feita a pedido da polícia paranaense.

¹⁰⁸ *Informativo do Vale*, Lajeado, 13 de julho de 2009.

que fez sobre ações contra “neonazistas” pelo estado a fora, no período anterior à data desta declaração, bem como posteriormente, como se pode ver nas palavras reproduzidas em *Zero Hora*, de 13 de julho, que serão arroladas a seguir.

Fato é que, no dia 10 de julho, exatamente três dias antes do desembarque da deputada Maria do Rosário Nunes com sua comissão externa da Câmara dos Deputados – a CEXNEONA –, aquele que, há muito tempo, é apresentado como o maior conhecedor e monitorador de “neonazistas” e de seus atos, no Rio Grande do Sul, declarou a um *site* de notícias de Caxias do Sul que toda a alaúza desencadeada nas semanas anteriores “foi um grande exagero. [E não foi da minha parte]. Na realidade, nós tivemos *um* menino do Alto Taquari [Teutônia] que estava envolvido em um crime *cometido no Paraná*. É claro que nós temos algumas pessoas que simpatizam com este movimento, mas a base não é a Serra, não. A base é Porto Alegre. Então, eu digo com a maior tranquilidade, a situação não é tão contundente quanto pareceu. Não há grupos na Serra. Podemos definir pessoas isoladas, mas grupos atuantes não existem”.¹⁰⁹ Ainda que não esteja dito, transparece na fala do próprio delegado Jardim um desconforto pelo fato de a agitação ter deslocado o foco da atenção para o interior, para a “colônia”, quando, na realidade, as manifestações e o atos considerados “neonazistas” sempre haviam se concentrado na Capital e em seus arredores.

Finalmente, em *Zero Hora* de 13 de julho de 2009, apareceu uma reportagem especial de 2 páginas inteiras sobre o

¹⁰⁹ http://www.leouve.com.br/geral/serra/regiao/ver/regiao_polacia_civil_diz_que_serra_nao_tem_grupos_de-38195.html (acessado em 21 de abril de 2012). A autenticidade das declarações atribuídas a Jardim, no *site*, está confirmada pelo áudio anexo. A voz é dele, e os termos transcritos efetivamente constaram em sua fala. A frase entre colchetes foi acrescentada, porque se encontra no áudio, mas não foi transcrita no *site*. O áudio se encontra no arquivo do autor.

encontro que se realizaria naquele dia, à tarde, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (p. 4-5). Ali, foram reproduzidas palavras do delegado Jardim, segundo o qual “acabou a fase romântica, com pichações e panfletagens, do movimento neonazista. Agora eles estão se armando e falam em ataques em massa” (p. 4). Mais adiante, o delegado disse: “Se antes negros, judeus, nordestinos e homossexuais eram agredidos, agora a *Neuland* propõe ataques terroristas” (p. 5).

O coordenador da CEXNEONA, requerida pela deputada Maria do Rosário Nunes, deputado Marcelo Atagiba, perguntado “*por que as audiências públicas se iniciam no estado*” do Rio Grande do Sul, respondeu: “Em primeiro lugar, pelo bom trabalho de investigação de grupos neonazistas desenvolvido pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Além disso, há um ano e pouco, eu havia feito uma solicitação ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, numa questão relativa a pessoas vinculadas à torcida do Grêmio, que praticaram alguns atos *antisemitas*. Não vimos resultado nenhum por parte da solicitação que fizemos à época” (p. 4).

Como se vê por essa declaração, nas entrelinhas transparece não só a desconfiança em relação à população do estado, mas uma desconfiança em relação às próprias autoridades gaúchas, especificamente ao Ministério Público estadual. Quanto ao suposto ou efetivo pedido em relação ao incidente com a torcida do Grêmio – pelas indicações cronológicas, deve referir-se ao de 2007 –, as notícias da época dizem que os atos foram praticados contra um *punk*, não havendo qualquer referência no sentido de que tenha tido conotação antisemita.

Esse dado também sugere que, para o deputado – talvez sabendo que o Grêmio foi fundado por alemães, em 1903 –, o clube é pressuposto como irremediavelmente contaminado pelo antisemitismo, mesmo que tenha, nesse meio-tempo,

trocado de lugar e de estádio. Além disso, o deputado acreditava que os acontecimentos daqui faziam parte de uma trama internacional: “Não acredito que seja algo localizado e restrito ao Brasil e ao Rio Grande do Sul” (p. 4).

A reunião do dia 13 de julho iniciou às 14 horas e se estendeu até as 18 horas, 13 minutos e 19 segundos, portanto, por mais de quatro horas, conforme relatório da cronometragem.¹¹⁰ Mas, no dia seguinte, os jornais não publicaram nada de novo nas referências relativamente breves sobre a reunião.

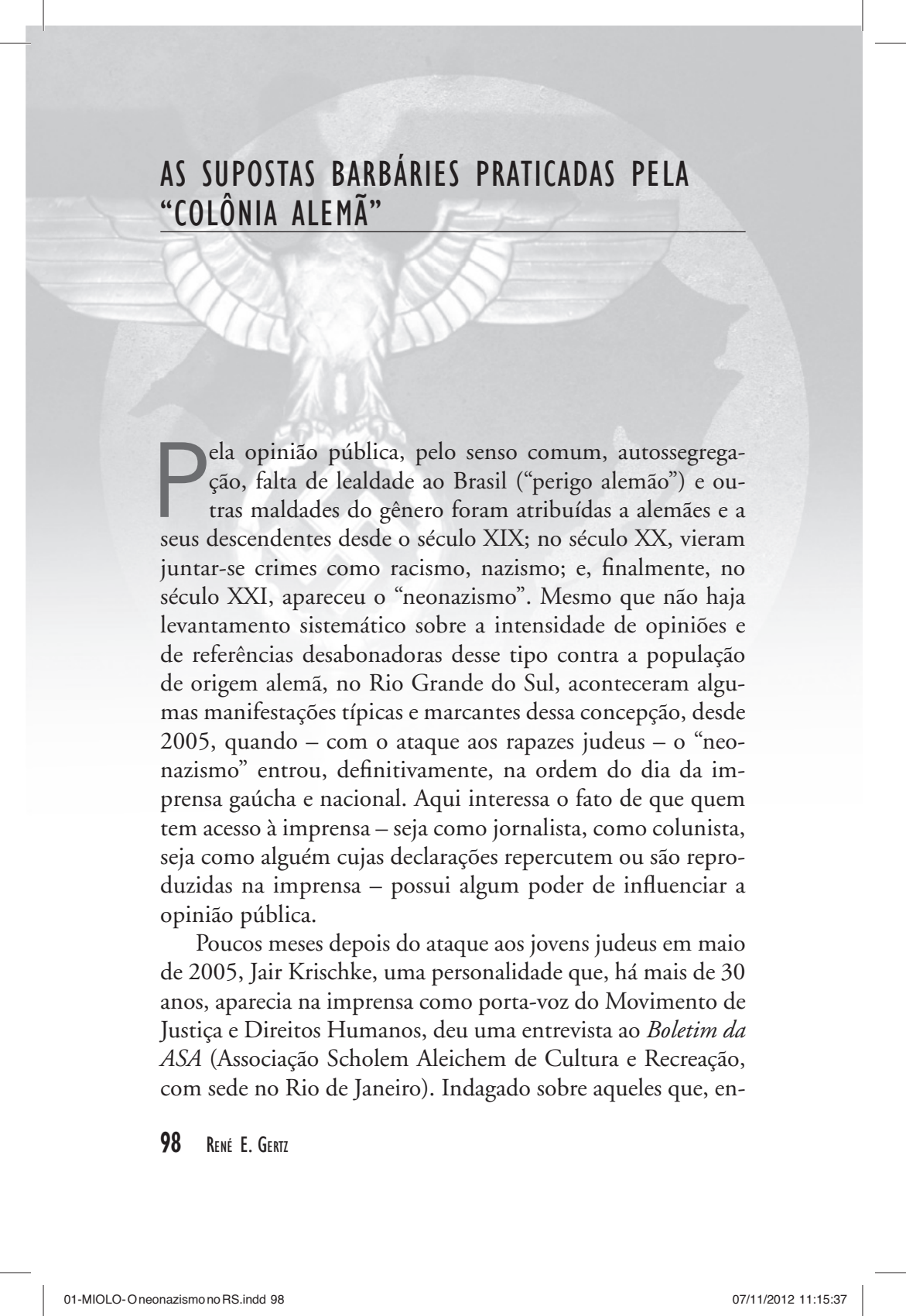
Uma análise da documentação oficial publicada da Comissão Externa da Câmara (CEXNEONA) mostra que, além da decisão de realizar a primeira audiência em Porto Alegre – e não em São Paulo, de onde costumavam ser anunciados muito mais grupos *skinheads* e “neonazistas” que no Rio Grande do Sul –, chama atenção o fato de que o deputado Marcelo Atagiba requereu “sejam solicitadas ao Supremo Tribunal Federal cópias dos processos de extradição dos Srs. Franz Paul Stangl e Gustav Wagner”. Esses dois alemães, acusados de crimes praticados em campos de concentração mantidos pelo regime nazista, foram presos no Brasil em 1967 e 1978, respectivamente. Os pedidos de extradição foram julgados pelo Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual Atagiba justificou seu pedido, nos seguintes termos: “Considerando que o teor de tais processos muito contribuirão [*sic*] para a compreensão do tema que se encontra no âmbito da esfera de competência da CEXNEONA”. Não fica claro qual foi a verdadeira intenção desse pedido, mas sugere que se via algum vínculo entre esses criminosos nazistas e os atuais “neonazistas” do Brasil.

Em 4 de setembro de 2009, a CEXNEONA realizou uma audiência também na Assembleia Legislativa de São Paulo.

¹¹⁰ <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=00014906> (acessado em 14 de maio de 2012).

Em reunião de 7 de abril de 2010, o mesmo deputado Atagiba “solicita que seja convidada a antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias, mestre e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Campinas, para, na condição de convidada, prestar esclarecimentos perante esta Comissão Externa sobre as pesquisas relacionadas às identidades negras e judias no discurso racista”.

Como já vimos, essa pessoa é a mesma que afirmou em sua dissertação de mestrado que havia 90.000 neonazistas no Brasil, *metade dos quais em Santa Catarina – hordas que, no entanto, nem pesquisadores catarinenses nem a polícia daquele estado nunca viram!* Essa pessoa é, também, a mesma que fez as observações extremamente “generosas” e “comedidas” a minha pessoa, no seu *blog* – e depois recuou! Como se vê, a CEXNEONA se preocupou em recorrer aos conselhos de pessoas do mais alto *nível* de confiabilidade a respeito do tema “neonazismo”! No mais, as pautas e atas das reuniões da CEXNEONA mostram que se fizeram pedidos de informação e convites para falar a diversas instâncias, em geral óbvias, como delegados de polícia, Polícia Federal. Mas não há notícias sobre resultados. Com o final da legislatura (na transição de 2010 para 2011), parece que todas as comissões foram declaradas encerradas – também a CEXNEONA.



AS SUPOSTAS BARBÁRIES PRATICADAS PELA “COLÔNIA ALEMÃ”

Pela opinião pública, pelo senso comum, autossegregação, falta de lealdade ao Brasil (“perigo alemão”) e outras maldades do gênero foram atribuídas a alemães e a seus descendentes desde o século XIX; no século XX, vieram juntar-se crimes como racismo, nazismo; e, finalmente, no século XXI, apareceu o “neonazismo”. Mesmo que não haja levantamento sistemático sobre a intensidade de opiniões e de referências desabonadoras desse tipo contra a população de origem alemã, no Rio Grande do Sul, aconteceram algumas manifestações típicas e marcantes dessa concepção, desde 2005, quando – com o ataque aos rapazes judeus – o “neonazismo” entrou, definitivamente, na ordem do dia da imprensa gaúcha e nacional. Aqui interessa o fato de que quem tem acesso à imprensa – seja como jornalista, como colunista, seja como alguém cujas declarações repercutem ou são reproduzidas na imprensa – possui algum poder de influenciar a opinião pública.

Poucos meses depois do ataque aos jovens judeus em maio de 2005, Jair Krischke, uma personalidade que, há mais de 30 anos, aparecia na imprensa como porta-voz do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, deu uma entrevista ao *Boletim da ASA* (Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação, com sede no Rio de Janeiro). Indagado sobre aqueles que, en-

tão, com frequência, ainda eram chamados de *skinheads*, disse – naquilo que se referia ao Rio Grande do Sul – que “têm destaque na região metropolitana de Porto Alegre, onde há quatro ou cinco grupos, com algumas dissidências. Em Caxias do Sul, *cidade gaúcha de colonização majoritariamente italiana*, a polícia está investigando um homicídio com faca relacionado a um grupo *skin*”.

Perguntado se o fato de que centenas de criminosos nazistas se teriam refugiado na Argentina, ao final da Segunda Guerra Mundial, “explicaria a força dos movimentos neonazistas no sul do Brasil”, respondeu: “Não tivemos o mesmo fenômeno da Argentina. Aqui no sul, há uma forte colonização alemã e italiana. O movimento fascista recebeu boa acolhida da colônia italiana, ao passo que o nazismo teve grande número de simpatizantes na colônia alemã. De acordo com relatórios da polícia do início dos anos 1940, a sede do partido nazista no Rio Grande do Sul funcionava com bandeira na porta. Ainda hoje, a 100 km de Porto Alegre, existe uma comunidade em que não se fala português. O Estado alemão tem uma postura de reconhecimento de sua culpa, *mas a comunidade alemã aqui não reflete essa atitude*”.¹¹¹

Aqui transparece, claramente, a opinião de que nazismo e “neonazismo” são coisas profundamente enraizadas nas populações de origem alemã do estado – conclusão que se deduz do fato de Krischke não ter dado importância ao estabelecimento de nazistas na Argentina, ao final da Segunda Guerra Mundial, com supostas ou efetivas fortunas para divulgar a ideologia e promover atos na região. Krischke parece acreditar que as ações no Rio Grande do Sul não são teleguiadas nem derivam

¹¹¹ *Boletim ASA*, Rio de Janeiro, n. 96, setembro/outubro de 2005. Disponível em http://www.asa.org.br/boletim/96/96_h1.htm (acessado em 6 de maio de 2012). As ênfases foram acrescentadas ao original.

de investimentos que vêm de fora – ele, pelo contrário, sugere que camponeses muito humildes, que moram no meio dos morros, na encosta da serra, a cerca de 100 km de Porto Alegre, que ele pressupõe nazistas – ou cujos pais ou avós ele assim considera – constituem a origem do “neonazismo”.¹¹² Inclusive, não acredita que a Alemanha estivesse financiando essa maldade – como acontecia com acusações equivalentes em outras épocas.

A visão sobre a origem “autóctone” do “neonazismo” – e não a ideia de uma conspiração planetária, da qual o Rio Grande do Sul faria parte – também transparece na resposta à pergunta sobre os perigos provenientes da “Tríplice Fronteira” entre Argentina, Brasil e Uruguai: “Em Uruguiana, fronteira com a Argentina, e no Chuí, fronteira com o Uruguai, existe concentração de população árabe. O surgimento de terrorismo é uma possibilidade, *mas estão maximizando muito*”. Aqui fica muito clara a opinião de que, para Krischke, aquilo que, de fato, ameaça o estado é o potencial “neonazista” proveniente das “colônias alemãs”.

No final deste mesmo ano de 2005, em que foram publicadas as citadas palavras de Jair Krischke a respeito dos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul, aconteceu um rumoroso caso de manifestação racista contra o jogador negro Tinga, do Internacional de Porto Alegre, durante uma partida

¹¹² Tudo indica que Krischke estivesse pensando na localidade de Walachai, no Morro Reuter, onde, de fato, muitas pessoas utilizam o alemão como língua do dia a dia. A referência se deve, muito provavelmente, ao fato de que, mais ou menos à época da entrevista, circulava a notícia de que a cineasta Rejane Zilles estava rodando um filme sobre esse lugar – e a imprensa fornecia informações sobre ele. Entrementes, esse filme ficou pronto, e foi lançado ao final de 2011 – tendo como título o nome do lugar. Quem viu o filme sabe que ele oferece uma imagem sublimine da referida população, e qualquer espectador sensato ficará estupefato diante da possibilidade de alguém acusar de responsáveis pelo “neonazismo” as pessoas ali retratadas.

em Caxias do Sul. O episódio foi abundantemente tematizado na imprensa, e, na sequência, nos dias 11, 12 e 13 de dezembro daquele ano, o jornal *Zero Hora* publicou uma série de três longas reportagens sobre “racismo e futebol”.

Nelas, não havia acusações explícitas contra a população de origem alemã, mas, nas entrelinhas, o recado subentendido do autor era evidente. Além de supostos ou efetivos incidentes racistas nos estádios de Grêmio e Internacional, foram relatados casos ocorridos em Ivoti, Dois Irmãos, Cruzeiro do Sul, Campo Bom, Sapiranga, Taquari – além do caso de Encantado, a ser destacado a seguir. Os primeiros cinco municípios podem ser considerados típicos de colonização alemã, o sexto se encontra numa situação limítrofe, com um percentual significativo de população descendente de imigrantes alemães, e o sétimo assim foi classificado pelo autor, como se verá. Abstraindo de Porto Alegre – caso da referência a Grêmio e Internacional –, não foram apresentados casos ocorridos em *qualquer* outro município gaúcho.

Essa constatação, no mínimo, sugere que o autor das reportagens entendia que o problema do racismo provinha *da* ou se localizava *na* “colônia”. Em certo momento, o texto praticamente abandona o objetivo implícito, para tornar-se explícito: “o contraste da cor da pele provoca desmedidas reações no interior gaúcho. Há localidades em que os jogadores falam alemão ou italiano em campo e, assim, xingam os árbitros”.¹¹³ Porém, a nota mais estranha – reveladora do espírito com que a matéria foi escrita – ficou por conta do relato de um episódio envolvendo o treinador Danilo Mior, de um time de futebol de Encantado.

¹¹³ *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de dezembro de 2005, p. 57. Para uma melhor compreensão dessa referência, deve-se destacar que a maioria dos episódios apontados como racistas, pela reportagem, no interior do estado, não se refere a agressões contra jogadores, mas, sim, contra árbitros.

É verdade que entre a população do município de Encantado há cidadãos de sobrenome alemão, mas, para qualquer pessoa minimamente informada sobre a geografia humana do Rio Grande do Sul, esse município é considerado e se autoidentifica como típico de colonização *italiana*. Na matéria jornalística, no entanto, estava escrito que a “cidade a 149 quilômetros de Porto Alegre, [é] de maioria *alemã* e polonesa entre seus 20 mil habitantes” – sem que tivesse sido citado um único sobrenome alemão envolvido no episódio.¹¹⁴ Com a caracterização de Encantado como município típico de colonização *alemã*, a matéria transformou o racismo no futebol gaúcho, em definitivo, num problema “alemão”.

A matéria sobre racismo no futebol gaúcho – carregada do citado enfoque – produziu, no mínimo, mais um subproduto que merece referência. Nas páginas 2 e 3 de *Zero Hora*, havia, na época, uma coluna de miscelânea chamada “Informe Especial”, onde, no dia 13 de dezembro de 2005 (dia da publicação da última reportagem sobre “racismo e futebol”), o colunista responsável se disse satisfeito com as anunciadas medidas repressivas tomadas em relação às manifestações racistas no futebol, mas julgou que a questão “não pode ser enfrentada somente com o rigor da lei, pois depende, sobretudo, de conscientização para o problema, que inclui atenção a fatores educacionais e culturais”.

Interessante nessa formulação é a referência a medidas “culturais”. Não há nenhuma indicação sobre que isso significaria na prática, mas pode-se imaginar por que o autor se refere a elas quando se observa que pouco abaixo desse texto havia uma pequena nota intitulada “Germânicas”. Nela, fo-

¹¹⁴ *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de dezembro de 2005, p. 57. A referência a “poloneses” deve ter-se dado porque um dos jogadores referidos – mas não acusado de racista – possui sobrenome polonês, já que não há notícias sobre contingentes significativos de “poloneses” em Encantado.

ram arrolados números sobre delitos cometidos pela extrema direita *na Alemanha*, entre 1989 e 2005.

É óbvio que o colunista poderia alegar que a publicação de dados estatísticos sobre delitos racistas *na Alemanha* em lugar muito próximo ao editorial sobre racismo *no futebol gaúcho*, visto como um problema *cultural*, poderia ser pura coincidência. Mas também não se pode descartar a possibilidade de que essa nota tenha sido publicada porque, na cabeça do colunista, a explicação para o racismo no futebol *daqui* seria aquela que parece ter povoado a cabeça do autor das reportagens sobre racismo e futebol, isto é, a população de origem alemã – com a seguinte lógica: se entre os alemães, lá na Alemanha, o racismo teria aumentado, por que não teria acontecido o mesmo aqui, entre descendentes de alemães?

Em de 2007, aconteceu outro episódio típico da imagem que certos setores da opinião pública brasileira cultivam a respeito da população de origem alemã. Nesse ano, o ex-perseguido político do regime militar brasileiro Agassiz Almeida publicou um extenso livro sobre *A ditadura dos generais: Estado militar na América Latina – o calvário da prisão*.¹¹⁵ No livro, o autor defende a tese de que os regimes militares do Cone Sul tiveram sua origem no militarismo *alemão* introduzido, *na América Latina*, pelos imigrantes alemães (e italianos) *vindos ao Rio Grande do Sul, a partir de 1824*. Por essa razão, o autor resolveu fazer o lançamento em Porto Alegre.

No livro, a divulgação da passagem com essa afirmação teria ficado restrita a poucos leitores, mas aí um dos dois maiores jornais do Rio Grande do Sul – o *Correio do Povo* – anunciou a sessão de autógrafos. Em sua edição de 3 de agosto de 2007 (p. 28), potencialmente, alguns milhares de leitores tiveram a oportunidade de ler que “o lançamento em Porto Alegre assu-

¹¹⁵ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

me um relevo histórico, na visão do escritor Agassiz Almeida, pelo fato de que foi no Rio Grande do Sul onde o militarismo no Brasil e na América Latina fincou as suas primeiras raízes, por meio da corrente imigratória de alemães e italianos”.¹¹⁶

Em 31 de março de 2008, Jair Krischke voltou a atacar, ao conceder uma entrevista ao Instituto Humanitas, da UNISINOS, sobre a violência no Rio Grande do Sul. Nela, voltou ao tema da responsabilidade da população de origem alemã por esse mal. À pergunta se “*o crescimento da violência, como a atuação de grupos neonazistas, como os skinheads, estaria ligada à colonização alemã no Rio Grande do Sul?*”, respondeu, sem pestanejar: “O relatório do governo norte-americano a respeito da situação das vítimas no mundo destaca esse episódio. No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e parte do Paraná, temos uma situação bem particular. Trata-se de uma região de forte colonização alemã e que, em termos ideológicos, ficou parada no tempo. Ainda hoje, atuam inspirados na Alemanha nazista e apoiam o projeto de Hitler”. Depois de falar do separatismo e da Editora Revisão, de Siegfried Ellwanger Castan, continuou: “Portanto, temos no estado este cenário muito propício a este pensamento exótico”.

¹¹⁶ Talvez não seja de todo supérfluo lembrar que os pobres “sem-terra” que vieram ao estado no século XIX, em geral, não estavam apenas fugindo das dificuldades econômicas, mas também do temido serviço militar obrigatório, na Europa. Conforme a nota do jornal, além da manifestação de várias outras personalidades, estava prevista uma fala do senador Pedro Simon. Mas, aparentemente, houve, na última hora, uma mudança de rumo no empreendimento, e a sessão acabou sendo esvaziada. Segundo outras fontes, teriam comparecido seis pessoas, mas nem o autor se fez presente. No entanto, a afirmação sobre a barbárie (já que a referência aos regimes militares, obviamente, lembra torturas e assassinatos) que os alemães (e italianos) teriam trazido não só para o Brasil, mas para toda a América Latina, estava “plantada” naquele que talvez seja o jornal com o maior número de leitores no estado.

Como quase sempre, não temos indicações sobre a forma e a intensidade com que esse tipo de afirmação foi recepcionado e assimilado por leitores e ouvintes. Mas, neste caso, seus eventuais efeitos negativos sobre a forma de encarar a população de origem alemã podem ter sido potencializados pelo fato de que a entrevista começou com a seguinte pergunta: “*São Leopoldo, berço da civilização alemã no Rio Grande do Sul, está entre as dez cidades mais violentas do Estado, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública, apresentando taxas recordes de assassinatos, com 63 homicídios. A que o senhor atribui esse aumento da violência no município?*”. Krischke respondeu: “Os dados não surpreendem. Essas ocorrências vêm crescendo nos últimos anos, especialmente no Vale do Sinos. Trata-se de uma região que foi um polo industrial de extrema pujança, muito desenvolvida, e oferecia muitos empregos. No entanto, com a crise da indústria calçadista (que também não é nova, apenas se repete), o desemprego foi massivo. Nos últimos anos, houve uma perda de postos de trabalho significativa. Após uma crise, novas tecnologias são empregadas pelas indústrias, que acarretam a diminuição no número de postos de trabalho”.

Ainda que, aqui, a resposta não contenha nenhuma observação desabonadora em relação à população, o acento incisivo na caracterização de São Leopoldo como produto da “civilização alemã”, presente na pergunta, poderá ter levado leitores menos atentos a imaginar que os descendentes de alemães também são responsáveis pela onda de crimes “comuns” que, suposta ou efetivamente, atingia o estado naquele momento.¹¹⁷

¹¹⁷ http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1658&secao=252 (acessado em 7 de abril de 2012).

O “RETORNO DO NEONAZISMO” A TEUTÔNIA (2010)

Ainda que a CEXNEONA da deputada Maria do Rosário Nunes continuasse com suas reuniões, em Brasília – mesmo sem resultados concretos –, a agitação em torno da prisão de Jairo Maciel Fischer, em Teutônia, foi acalmando no decorrer do segundo semestre de 2009 e do primeiro semestre de 2010, pelo simples fato de que, além dessa prisão, de concreto, não havia absolutamente nada mais a noticiar. Maciel Fischer fora levado preso ao Paraná, onde – segundo consta – permaneceu, sem ter voltado ao Rio Grande do Sul. Mas a situação mudou, bruscamente, em agosto deste último ano. Se, em 13 de julho de 2009, o jornal *O Informativo do Vale*, de Lajeado, havia mancheteado, na capa, que “delegado de Teutônia não vai à audiência pública” convocada pela CEXNEONA da deputada Maria do Rosário Nunes, pela simples razão de que não tinha nada a relatar sobre presença “neonazista” no município, o mesmo jornal noticiou, em 20 de agosto de 2010: “Neonazismo: grupo estaria se reorganizando”. A notícia dizia que “um grupo de jovens neonazistas, que há pouco mais de um ano assustou a região a partir de suspeitas de terem participado da morte de um casal na região metropolitana de Curitiba, pode estar sendo organizado novamente. Pichações recém-feitas de suásticas – um dos sím-

bolos que remetem ao nazismo – e denúncias preocuparam a polícia, que até então não tinha mais notícias do movimento”.

O jornal continuou referindo os acontecimentos de abril/maio de 2009, e relatou que um informante teria comunicado que um grupo de simpatizantes do “neonazismo” se reuniria, periodicamente, numa oficina do município de Teutônia. Tratar-se-ia de quatro jovens, “com roupas pretas e cabelos raspados, [que] estariam programando pelo menos um ataque na cidade. O grupo seria *remanescente da gangue desbaratada no ano passado pela Polícia Civil*”. Enquanto o jornal atribuiu ao delegado Mallmann a intenção de investigar o caso, o delegado Paulo Cesar Jardim, *já nesta notícia de 20 de agosto*, “descarta qualquer possibilidade de reorganização. ‘Estou surpreso com as denúncias, mas não chego a ficar preocupado. Acredito que eles não teriam condições de se reagrupar, já que muitos estão presos e o restante está sendo monitorado’”.

Não foi possível acompanhar o tratamento que foi dado ao tema por rádios e televisão ligados à Rede Brasil Sul (RBS), mas no jornal *Zero Hora* o assunto recebeu espaço relativamente pequeno, no dia 21 de agosto. Sob o título “atos neonazistas serão investigados em Teutônia”, um texto de dois parágrafos informou que “a suspeita começou depois que placas de sinalização e paradas de ônibus espalhadas, principalmente, na Via Láctea apareceram pichadas com um dos símbolos do nazismo. A Polícia Civil quer descobrir se existe uma gangue ligada a grupos neonazistas, para isso vai começar uma pesquisa em escolas da cidade. Há mais de um ano, um jovem do município foi preso suspeito de integrar uma facção responsável pelo assassinato de um casal em Curitiba”.¹¹⁸

¹¹⁸ <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2010/08/atos-neonazistas-se-rao-investigados-em-teutonia-3013649.html> (acessado em 23 de abril de 2012).

Em entrevista ao repórter Eduardo Eggers, da Rádio Independente, de Lajeado, em 25 de agosto de 2010, o delegado Mauro Mallmann, perguntado sobre a possível ligação entre os fatos de 2009 com os de agosto de 2010, esclareceu que, naquela oportunidade, em Teutônia, não aconteceu absolutamente nada além do atendimento a um *pedido da polícia do Paraná* para prender Jairo Maciel Fischer, com o qual foi encontrado “algum material”. Referindo-se à reportagem assinada por Emílio Rotta, e publicada na edição de 20 de agosto de 2010, no jornal *Informativo do Vale*, de Lajeado, a respeito de um possível “retorno do neonazismo” a Teutônia, Mallmann disse que ficou surpreso, mas foi à casa da pessoa indicada como suspeita.¹¹⁹ De fato, essa pessoa possuiria livros sobre a Segunda Guerra Mundial, entre eles *“Acabou o gás!...”*, de E. S. Castan (Editora Revisão). O dono dos livros teria dito que se interessa pela guerra, motivo pelo qual possuiria esse material, enfatizou, porém, que não é “neonazista”, e que não pertence a nenhum grupo.

O delegado destacou que “não obteve êxito” na localização de outros suspeitos. Lembrou os erros cometidos no desenho de algumas suásticas pichadas ao longo da Via Láctea, motivo pelo qual acreditava que eram resultado de alguma “molecagem”, manifestando, inclusive, a suspeita de que o próprio denunciante pudesse ter sido o autor das pichações. Também as denúncias sobre atividades irregulares em escolas não teriam sido comprovadas. Destacou que a divulgação de pedidos para que o denunciante anônimo fornecesse dados mais concretos, para que a polícia pudesse investigar e agir, não foram respondidos. Por fim, perguntado sobre as afirmações do delegado Paulo Cesar Jardim de que não haveria grupos “neonazistas”

¹¹⁹ O nome do suspeito não consta na reportagem, mas fica claro que o jornalista o forneceu ao delegado.

em Teutônia, Mallmann concordou, destacando que brincadeiras com suásticas existem em qualquer lugar do estado, e reafirmou acreditar numa “molecagem”. Encerrou a entrevista com a afirmação de ter a certeza de que não existem grupos “neonazistas” no município.¹²⁰

Possivelmente em decorrência do pequeno destaque dado por *Zero Hora*, que costuma ser muito atenta, e noticiar, com muito alarde, supostos ou efetivos atos “neonazistas”, o jornal *Correio do Povo*, on-line, de 24 de agosto, repercutiu as informações da imprensa lajeadense, em espaço significativo – incluindo foto –, numa matéria intitulada “Polícia investiga possível retorno de neonazistas a Teutônia”. Repetiu a informação do jornal de Lajeado sobre as suspeitas em relação a “três ou quatro jovens”, depois continuou: “Há pouco mais de um ano, um grupo foi desarticulado no município após a morte de um casal no Paraná, durante uma disputa de poder por causa de uma organização nacional neonazista”.¹²¹

Mesmo que o jornal não tivesse apresentado a notícia com a mesma imprecisão com que o fez o portal de notícias R7 – ao qual o *Correio do Povo* está vinculado –, e que, na mesma data, escrevera que “há pouco mais de um ano, um grupo foi desarticulado no município após a morte de um casal que tinha envolvimento com um grupo que se intitulava nazista”, levando (por não falar do Paraná) o leitor não familiarizado a imaginar que em Teutônia tinham sido presos vários “neonazistas”, e que o casal fora morto neste município –, apesar dessa atenuante, na comparação com o portal, o texto demonstrou evidente despreparo também do redator do jornal, pois em 2009 não

¹²⁰ <http://www.independente.com.br/player.php?cod=7396> (acessado em 8 de maio de 2012). O áudio que estava anexo à matéria do site desapareceu, mas o autor possui cópia.

¹²¹ <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=187218> (acessado em 23 de abril de 2012).

foi desarticulado nenhum “grupo” no referido município, apenas foi presa *uma única* pessoa.

As evidências do despreparo continuaram quando o jornal afirmou que, em 2009, “um jovem foi detido e cinco pessoas respondem processo em liberdade”. É que, mais uma vez, o leitor não familiarizado, forçosamente, terá entendido que cinco pessoas *de Teutônia* “respondem processo em liberdade”. Na verdade, essas pessoas são de outros estados brasileiros, acusadas de envolvimento no assassinato ocorrido *no Paraná*, mas não têm nada a ver com o Rio Grande do Sul, e, muito menos, com Teutônia.

Finalmente, na edição impressa de 26 de agosto (p. 25), o jornal recuou, e publicou a manchete de que “delegado nega célula neonazista”. A matéria informou o seguinte: “A pichação de suásticas sobre placas de trânsito e coberturas de ônibus de Teutônia levantou esta semana a suspeita da existência de uma célula neonazista na cidade. Para o delegado Paulo Cesar Jardim, especializado em crimes de intolerância, a suspeita de atuação ideológica está descartada no município, com 25 mil habitantes e *origem alemã*. ‘Eu afirmo que não há grupo nazista em Teutônia’. ‘Eu tenho excelentes informantes na região, e, com certeza, isto não acontece em Teutônia’”. A versão *on-line* acrescentou que, “segundo o delegado, o alarme na cidade é uma ‘invenção’, e *pode causar pânico entre os moradores*”.¹²²

¹²² <http://www.correiopovo.com.br/Noticias/?Noticia=187452> (acessado em 23 de abril de 2012). Destaques acrescentados ao original. O autor deste livro não é jurista, mas pensa que se, neste país, se observassem os princípios do Estado Democrático de Direito – entre eles, o de que as leis devem ser aplicadas de forma *universal*, que em situações iguais valem as mesmas regras –, o alerta do delegado de que a falsa notícia poderia gerar pânico, e, ainda, o resultado óbvio de que um falso alarme desses fomenta o preconceito contra a população local, deveria ter levado a que a divulgação continuada, e sua reprodução, via imprensa, não só deveriam ser consideradas eticamente condenáveis, mas o ou os responsáveis deveriam ter sido identificados, e enquadrados na legislação correspondente.

No momento desse episódio, o delegado Mauro Mallmann já ocupava seu cargo há mais de uma dúzia de anos em Teutônia, motivo pelo qual possuía um conhecimento muito profundo sobre os cidadãos do município. Ao delegado Paulo Cesar Jardim, por sua vez, atribuíam-se excelentes conhecimentos sobre o “neonazismo”, pois se ocupava com ele há quase uma década. Por essa razão, o fato de ambos terem negado, de forma enfática, que as pichações ocorridas em Teutônia tinham sido feitas por indivíduos extremistas locais deveria ter sido levado a sério, por si só.

Além disso, indícios reforçavam sua opinião: a) como mostraram fotos publicadas pelo próprio *Correio do Povo on-line*, algumas das suásticas estavam desenhadas erradas, “viradas” – é pouco provável que nazistas ou “neonazistas” cometessem esse erro, e é ainda menos provável que o fizessem de propósito; b) as notícias informaram, exclusivamente, sobre pichações ao longo da rodovia que atravessa o município, a “Via Láctea” – fato que sugere que o ou os pichadores se locomoveram por carros ou motos e, possivelmente, vieram de fora do município; c) a existência das pichações foi denunciada à imprensa de Lajeado, e divulgada por ela, dado que soa estranho, pois em Teutônia havia uma autoridade constituída para receber tal tipo de denúncia (o delegado Mallmann) – esse fato não exclui, antes sugere, a possibilidade de que o ou os denunciante tenham sido os próprios pichadores. Por tudo isso, é legítimo, no mínimo, levantar a hipótese de que as pichações foram produto de um ato de brincadeira de mau gosto (“molecagem”) – na melhor das hipóteses – ou mesmo um ato de provocação, e até de terrorismo, contra a população teutoniense – na pior das hipóteses.

Apesar do relativamente pequeno espaço dedicado ao tema pelo jornal *Zero Hora*, e apesar da publicação dos des-

mentidos dos dois delegados de polícia, as notícias sobre o “retorno do neonazismo” a Teutônia, certamente, contribuíram para aumentar, entre parte da população gaúcha e brasileira, as suspeitas – e mesmo a convicção – de que o “neonazismo” tem suas origens na e é “alimentado” pela “colônia alemã”. Como, porém, as autoridades mais destacadas para opinar tinham dado sua versão contra a incriminação da população teutoniense, a imprensa não teve outra alternativa do que ir esquecendo o caso.

Mas cerca de três semanas depois da ocorrência das pichações, em 13 de setembro de 2010, o *Correio do Povo* retomou o assunto, noticiando que “MPF [Ministério Público Federal] acompanha investigações da polícia sobre possível grupo neonazista em Teutônia”, com a abertura de “um procedimento administrativo”. O subtítulo da matéria dizia que “foram encontrados livros e revistas alusivos ao tema em casa de suspeito”. Referindo-se não ao então procurador da República em Lajeado – responsável pela iniciativa de reativar o caso –, mas sim ao delegado Mallmann, de Teutônia, a respeito das denúncias feitas ao jornal *O Informativo do Vale*, de Lajeado, e das pichações, o texto afirmava que “três suspeitos, maiores de idade e estudantes de ensino superior, foram ouvidos. Na casa de um deles, a polícia encontrou três revistas e dois livros nazistas durante o cumprimento de um mandado de busca. O trio, no entanto, nega que faça parte de algum grupo, e que dissemine a doutrina. De acordo com Mallmann, os estudantes afirmaram que apenas gostam de se informar sobre acontecimentos relativos à 2.^a Guerra Mundial”. No parágrafo seguinte, o texto lembrava que “Teutônia já tem histórico relacionado ao neonazismo”. Seguiu-se um relato dos acontecimentos de 2009, terminando com a afirmação de que “o delegado Mallmann descarta

que haja ligação entre o grupo de Curitiba e os neonazistas de Teutônia”.¹²³

Como se vê, aqui estão reproduzidas, com algum grau de “embaralhamento”, informações conhecidas originadas em declarações do delegado Mallmann, feitas em torno do dia 25 de agosto. Tudo indica que a matéria do *Correio do Povo* foi gerada em decorrência de uma notícia veiculada pela Rádio Independente, de Lajeado, no dia 11 de setembro, segundo a qual [conforme texto publicado no *site* da emissora] o “M[inistério] P[úblico] Federal [em Lajeado] irá instaurar processo administrativo para análise de possíveis neonazistas na região”. A seguir, fizeram-se referências às pichações com suásticas, e afirmou-se que “no dia 25 de agosto, foi apreendido em uma residência no município de Teutônia material de conteúdo nazista. Em depoimento na Delegacia de Polícia, o jovem dono do material disse apenas se interessar pelo tema”.¹²⁴ A justificativa para a ação do MPF estaria no “fato de que, no ano passado [2009], Jairo Maciel Fischer (22) foi preso em Teutônia, suspeito de integrar um grupo neonazista envolvido em um assassinato de um casal no Paraná, no mês de abril do mesmo ano”.¹²⁵

A chave para entender essa ação parece estar na alusão à *reincidência*, que deve ter sido, também, a justificativa para que – numa frase aparentemente atribuída ao próprio procurador da República em Lajeado, Nilo Marcelo de Almeida Camargo – “*este processo terá a participação de uma antropólo-*

¹²³ <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=195851> (acessado em 24 de abril de 2012).

¹²⁴ Como se vê, num lugar é *um* jovem, noutro são *três* ou *quatro* – enfim, a imprecisão campeia solta.

¹²⁵ <http://www.independente.com.br/player.php?cod=7773> (acessado em 24 de abril de 2012).

ga (!)”. Essa afirmação é sintomática daquilo que irá, de fato, acontecer.

Em primeiro lugar, chama atenção o fato de que notícias sobre a reincidência de manifestações e de atos classificados como “neonazistas” em Porto Alegre estavam sendo divulgadas há quase uma década (!), mas *nunca* (!) se ouvira falar que o Ministério Público Federal tivesse intervindo. A mesma coisa vale – ainda que em medida menor, e não há tanto tempo quanto em Porto Alegre – para a região de Caxias do Sul.

Se o Ministério Público Federal resolveu intervir no caso de Teutônia, e ainda mais através de uma intervenção que, de forma escancarada, *não visava a um aprofundamento da investigação técnica, criminal, sobre a real autoria dos supostos ou efetivos atos “neonazistas”* – como ficará clarissimamente evidenciado mais adiante –, então a lógica impõe a conclusão de que se partiu do *pressuposto* de que se estava diante de um fato *totalmente novo*, de um fato que não era apenas policial, mas, sobretudo, talvez exclusivamente, “*antropológico*”.

É legítimo partir da hipótese de que o MPF em Lajeado estava convicto de encontrar-se diante de uma situação absolutamente *sui generis*, na qual importava muito pouco (ou nada!) ir ao cerne dos *atos* em si, para saber se acontecidos ou não acontecidos, e, conseqüentemente, investigar sua veracidade ou não, mas ao *contexto antropológico* que gerou as *notícias* sobre *supostas* manifestações “neonazistas”, no município – obviamente pressupostos como verdadeiros, sem *qualquer* necessidade de investigação.

Instaurado em setembro de 2010, o procedimento administrativo n.º 1.29.014.000164/2010-94 foi transformado em inquérito civil público, em 1.º de março de 2011.¹²⁶ No do-

¹²⁶ <http://1ccr.pgr.mpf.gov.br/atuacao-no-mpf/portarias-p-estado/rs/docs/41> (acessado em 24 de abril de 2012).

cumento, não aparece *qualquer* justificativa para o ato nem qualquer referência a resultados de investigação obtidos na fase que vai de setembro de 2010 ao final de fevereiro de 2011. Causa estranheza o fato de que a iniciativa do então procurador na região denota evidente desconfiança em relação às afirmações do delegado de polícia Mallmann, pois este havia sido *categórico* na negativa da existência de “neonazismo” em Teutônia. Quanto ao delegado Paulo Cesar Jardim – como se verá adiante –, o procurador parece não ter tomado conhecimento.

Isso tudo, no mínimo, sugere que, para o MPF em Lajeado, sua entrada em cena se deveu ao fato de atribuir um significado especialíssimo e decisivo à *origem “étnica”* da população em questão, pois, do contrário, não faria qualquer sentido a *visível* indiferença em relação aos aspectos “policiais” do caso, isto é, a investigação da “verdade” sobre o ou os autores dos atos, as pichações, e, em contrapartida, a preocupação *exclusiva* com os aspectos “*antropológicos*” – situação que ficará evidente naquilo que vai acontecer posteriormente.

Por consequência, não é absurdo conjecturar que, para o procurador da República, finalmente, se chegara ao âmago da questão, à origem *verdadeira* do “neonazismo” no Rio Grande do Sul (provavelmente, no Brasil todo, quiçá no planeta!) – o “*conjunto dos concidadãos*” de Teutônia, certamente encarados como “neonazistas” por natureza. Caso contrário, como se pode explicar essa preocupação *específica* com o caso de lá?

Tendo em vista que o ato que instituiu o inquérito civil público informava que “a secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano”, dirigi-me, no início de março de 2012 – quando o ato completara um ano –, à chefia estadual do MPF, com a pergunta sobre a existência de relatório

a respeito. No dia 14 de março de 2012, recebi um relatório, que traz um carimbo com as anotações “PRM-LAJ-RS – N.º 475/2012”, e ainda a identificação “Inquérito Civil Público n.º 1.29.014.000164/2010-94”, sem datação, mas claramente concluído no citado mês.¹²⁷

Os termos do relatório comprovaram que minhas desconfianças sobre o provável espírito que norteava a ação não eram infundadas. Em primeiro lugar, ficou claríssimo que não houve *qualquer* preocupação em verificar a origem efetiva das pichações – não há, no relatório, uma *única* referência sobre preocupação ou tentativa de identificação dos verdadeiros autores. Significa, também, que indícios de que as pichações possam ter sido feitas por gente de fora do município – e não por “neonazistas” locais –, que possam ter tido objetivos provocadores contra indivíduos ou o conjunto do povo de Teutônia, não foram levados em consideração.

No relatório, a ação do MPF em Lajeado está justificada, *exclusivamente*, pela existência de notícias na televisão, e em outros órgãos de imprensa, a respeito da ocorrência das pichações. Mesmo as referências expressas do delegado Mauro Mallmann de que se tratava de uma “molecagem” (citadas no relatório!) não receberam qualquer comentário – quer no sentido de endossá-las, quer no sentido de contestá-las. Não há *qualquer* referência ao delegado Paulo Cesar Jardim, cujo envolvimento com a investigação de atos “neonazistas”, há muitos anos, o procurador, aparentemente, ignorou por completo, imaginando-se, por consequência, como provável primeiro brasileiro que descobrira a barbárie “neonazista” gestada em Teutônia, e se sentia responsável em salvar o planeta dessa

¹²⁷ Pelo conteúdo, pode-se deduzir que foi produzido entre 6 de março (data referenciada no texto) e 13 de março, dia em que foi redigido um ofício a mim encaminhado, junto com o texto do próprio relatório. A íntegra do documento está no “Anexo 2”.

praga.¹²⁸ Não há qualquer referência ao recurso a peritos criminais para tentar estabelecer a *verdade* sobre aquilo que aconteceu naquele município na noite de 20 de agosto de 2010.

O procurador refere uma notícia segundo a qual existiria um “sítio eletrônico denominado www.nacional-socialismo.com, que teria relação com a matéria dos autos”, motivo pelo qual encaminhou o assunto “à Superintendência Regional da Polícia Federal, núcleo especial de crimes cibernéticos, para apuração do caso e eventual envolvimento de *municípios* da circunscrição de atuação da PRM-Lajeado (fls. 102/103), tendo sido aberto Procedimento de Averiguação Preliminar pela Polícia Federal (fl. 151)”. Mas, no restante do relatório, não se fala mais no caso, de forma que a Polícia Federal não deve ter feito nenhuma descoberta espetacular – que, com absoluta certeza, teria sido ostensivamente apresentada, caso tivesse ocorrido.

Na sequência, vem uma primeira parte sintomática e preocupante do relatório. Conforme anunciado, desde o primeiro

¹²⁸ Essa suspeita deriva de, no mínimo, dois fatos: a) a afirmação do delegado Mallmann de que as pichações foram uma “molecagem” – apesar de citada pelo procurador – foi solenemente ignorada; b) existe a seguinte afirmação de uma pessoa presente a uma reunião promovida pelo procurador em 16 de maio de 2011, reunião de que se falará mais adiante: “perguntei se ele [procurador] tinha conhecimento do delegado Jardim; me pareceu que não; sugeri que entrasse em contato com ele, pois era uma pessoa que tinha conhecimento do assunto”. Cabe lembrar que essa reunião aconteceu mais de *oito meses* após a instauração da ação do procurador, constituindo prova cabal e definitiva de que ele não fizera *absolutamente nenhuma* pesquisa sobre o fato em si, pois, se o tivesse feito, teria, forçosamente, localizado as declarações do delegado, sobre o episódio, e com referências a sua pessoa como o suposto ou efetivo maior conhecedor do “neonazismo” no Rio Grande do Sul. Ou seja, diante de duas pessoas que tinham conhecimento de causa (delegado Mallmann e delegado Jardim), uma foi ostensivamente ignorada, da outra, aparentemente, não tomou conhecimento – restava ele próprio como único salvador da pátria, quicá do planeta, para debelar a barbárie que ameaçava o mundo, a partir de Teutônia!

momento, a ação do MPF contaria com a colaboração de uma antropóloga. Em mim, pessoalmente, essa notícia, por si só, acionara um mecanismo de alarme, por causa da situação vivenciada com a antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias, em relação ao tema “neonazismo”. E, efetivamente, a prevenção ou desconfiança não foi de todo injustificada.

No final da primeira página do relatório, o procurador da República em Lajeado escreveu que “também foi solicitado à analista pericial em Antropologia da Procuradoria Regional da República da 4.^a Região a realização de estudo sobre o tema, a fim de identificar medidas adequadas a prevenção/repressão dos fatos (fl. 02 e 99)”. Infelizmente, não tive acesso ao parecer, que é mais longo, pois ocuparia as folhas 113 a 119 do processo. Mas a própria formulação do procurador sugere, no mínimo, que a antropóloga Miriam de Fátima Chagas não foi incumbida de fazer uma investigação sobre a *autoria* das pichações, sobre sua “*verdade*”, e a frase de que sua tarefa seria a de “identificar medidas adequadas a prevenção/repressão dos *fatos*” sugere que a origem das pichações atribuída à população de Teutônia lhe foi apresentada como dada, como “*fato*”.

Não se sabe se a antropóloga esteve em Teutônia, se fez “pesquisa de campo”, se tem ideia sobre a direção em que se localiza o município. Independente de tudo isso, o trecho de seu parecer que foi transcrito no relatório do procurador – no qual ela sugere a terapia que lhe foi solicitada, isto é, “identificar medidas adequadas a prevenção/repressão dos *fatos*” – apresenta um conteúdo sumamente preocupante. Tomo a liberdade de transcrevê-lo na íntegra: “*Será necessário* que no município referido acima [Teutônia] as diferentes secretarias, escolas, museus, e outras instituições responsáveis, enviem projetos educativos e culturais às instituições competentes ao tema da diversidade sociocultural e direitos

humanos (instâncias estaduais e federais que diretamente fomentam tais atividades), de modo a prever que sejam realizadas na municipalidade campanhas de promoção cultural, mostras de filmes etnográficos, documentários, exposições, ciclos de debate, seminários, produção de material didático, entre outros, e que possam bem esclarecer *ao conjunto dos concidadãos* de Teutônia sobre o valor da convivência social entre diferentes grupos sociais, sobre formas adequadas e benéficas de produção do bem comum mediante ao *[sic]* uso intercultural das redes eletrônicas”.

Em primeiro lugar, esse texto soa como copiado de, ou, no mínimo, inspirado em algum manual ou documento oficial. Independente de sua origem ou inspiração, denota, porém, uma visão absolutamente ingênua, um “clichê”, totalmente “descolado” do contexto para o qual foi aplicado. Mas reflete, sobretudo, uma falta absoluta de conhecimento ou compreensão daquilo que é Teutônia, na realidade. Mesmo que o município, obviamente, não seja habitado por anjos, a população também não pode ser encarada como constituída de uma horda de extraterrestres pré-diluvianos, ignorantes daquilo que a civilização produziu nos últimos cinco milênios, que não tivessem consciência dos elementos arrolados, como se fossem desconhecidos pela população e pelos responsáveis pelas instituições citadas. Só quem não conhece absolutamente nada a respeito dos esforços que esse e outros municípios semelhantes fazem no campo educacional e cultural pode fazer sugestões que claramente subestimam – *infantilizam!* – os responsáveis pelas políticas locais. Para estupefação de quem conhece a situação, transparecem aqui – *em pleno século XXI!* – as mesmas visões completamente infundadas sobre o suposto exotismo (animalismo?) dos habitantes das “colônias alemãs” que circulavam no século XIX.

Mas as surrealistas recomendações da antropóloga não constituem o ponto mais estranho e preocupante do relatório do então procurador da República em Lajeado. Há elementos muito mais preocupantes ainda no documento. Na página 2, está o seguinte: “*em atenção ao estudo antropológico*, foi realizada, em 16/05/2011, reunião na sede da Procuradoria da República em Porto Alegre”. Nessa reunião, estiveram presentes, além da antropóloga que escreveu o parecer e do próprio procurador, representantes de diversas “*entidades privadas* e de órgãos públicos para discutir medidas que viabilizassem a conscientização de alunos e frequentadores das escolas sobre as diversidades culturais e raciais, bem como a necessidade de se respeitar os estatutos correlatos (Lei 12.288/10 e Lei n.º 9.394/1996)”.

Apesar de que os termos do texto podem aparentar que se tratava de uma reunião para discutir uma temática geral, abstrata, a própria referência, no início do parágrafo, ao fato de que ela se realizou “*em atenção ao estudo antropológico*” sobre Teutônia – isso sem falar sobre a presença da antropóloga e do próprio procurador, de quem não se tem conhecimento de que tenham alguma função específica para tratar desse assunto em termos gerais, em termos de Brasil ou mesmo apenas de Rio Grande do Sul – não deixam dúvida de que os presentes tinham consciência de que estavam ali em função das pichações supostamente “neonazistas” na região do Alto Taquari, uma *região típica de colonização alemã* – e, portanto, em função das supostas barbáries praticadas pelos “alemães” de Teutônia!

E a prova de que se tratou de discutir não algo abstrato, mas sim o caso concreto da citada região está no parágrafo seguinte. Ali se lê que “surgiu, *na reunião mencionada*, a proposta de se verificar a efetiva aplicação do Estatuto da Igualdade Social” – isso deixa escancarado que ali se falou que esse

estatuto, supostamente, não estava sendo cumprido. E que se discutiu que ele não estava sendo cumprido *na região do Vale do Taquari* fica incontestavelmente evidente na frase seguinte: “Como a subseção de Lajeado compreende 36 municípios, em princípio, cogitou-se de restringir o alcance do presente procedimento à verificação somente dos 05 maiores municípios (Lajeado, Arroio do Meio, Estrela, Encantado e Teutônia)”.

Por tudo isso, não há qualquer dúvida de que essa reunião foi *absolutamente específica* para tratar de supostos (ou efetivos) problemas numa região de colonização alemã. O aspecto não só preocupante, mas até *apavorante*,¹²⁹ é que ali estavam presentes não “técnicos neutros”, agentes de Estado, reunidos para tentar administrar um problema real ou fictício, ali estavam presentes pessoas que representam, *de forma claríssima*, determinados outros *grupos “étnicos”* da sociedade gaúcha!

Não há necessidade de muita imaginação para avaliar os terríveis perigos implicados nessa macabra aventura! Vimos que existem razões muito fortes para duvidar da origem ou dos verdadeiros responsáveis pelas maldades imputadas aos “alemães” de Teutônia, mas mesmo que a autoria fosse eviden-

¹²⁹ *Apavorante*, obviamente, também é o fato de o procurador ter escrito que sua atuação visava a “identificar medidas adequadas a prevenção/*repressão dos fatos*”. Não sou jurista, mas pelo que tenho ouvido, no Estado Democrático de Direito, uma autoridade só pode bradar uma ameaça de *repressão* depois que a materialidade do delito a ser reprimido tiver sido *irrefutavelmente* comprovada. Que Estado Democrático de Direito é este nosso em que uma autoridade desse nível faz ameaças sem qualquer preocupação em provar a ocorrência das maldades que, eventualmente, mereceriam ser reprimidas? Que Estado Democrático de Direito é este em que um *agente de Estado* desencadeia uma degradante campanha de “desneonazificação” contra o “conjunto dos concidadãos” de toda uma região, só porque num noticioso de televisão se falou de supostas maldades, em relação às quais há indícios fortíssimos de que foram praticadas não pela população acusada, mas sim como provocação *contra* ela? As ameaças à democracia, neste país, *no mínimo*, não provêm, *exclusivamente*, dos desgraçados dos “neonazistas”!

te, factualmente comprovada, seria de todo desaconselhável recorrer a ou envolver outras “etnias” nessa problemática, pois do lado dos presentes à reunião se construirá um imaginário negativo sobre a população da região, e, inversamente, quando a referida população tomar conhecimento da presença de outras “etnias” em uma reunião na qual o tema foram as supostas ou efetivas maldades por ela praticadas, a indignação constituirá algo absolutamente humano. Decidida e definitivamente, não é assim que se lida com uma situação dessas – mesmo na hipótese de que os fatos imputados estivessem *irrefutavelmente* comprovados –, mas, sobretudo, não se lida assim quando há razões *muito fortes* para duvidar da veracidade e da origem efetiva dos fatos que estão na raiz da situação.

Além de tudo isso, os fatos – reais ou fictícios – que motivaram a ação do MPF em Lajeado, as efetivas ou apenas supostas pichações “neonazistas” foram noticiadas *exclusivamente* para Teutônia. Não se conhecem referências a acontecimentos iguais ou parecidos em *qualquer* outro município da região – que, afinal, abrange um total de 36, como está no próprio relatório. Mas o texto não deixa dúvidas de que o procurador considerou necessário proceder a uma “desneonazificação” *em todos eles!*

Não fica claro por que a restrição aos cinco mais populosos, mas que a ideia original foi abranger todos eles transparece, claramente, quando o relatório diz: “*em princípio*, cogitou-se de restringir o alcance do presente procedimento à verificação somente dos 05 maiores municípios”. Significa que os demais 31 não foram excluídos, e que, no futuro, a campanha de “desneonazificação” pode ser expandida. A dedução lógica de tudo isso, porém, é que a suposta ou efetiva maldade que motivou essa ação – as pichações em Teutônia – é pressuposta em *toda* a população do Vale do Taquari.

Tudo isso justifica perguntar se o procurador e a antropóloga não fariam bem em passar por uma “reciclagem”, para que pudessem “bem aprender” alguns princípios básicos “sobre o valor da convivência social entre diferentes grupos sociais”, a reconhecer e a respeitar o direito à *diversidade* dos “outros” – diversidade com cuja *suposta* ausência entre a população do Vale do Taquari eles se mostram tão preocupados. Será que se deram conta de que eles são os “outros” no Vale do Taquari, e que precisam aprender a reconhecer e a respeitar a “diversidade sociocultural”, isto é, as eventuais características culturais, religiosas, “étnicas”, políticas, peculiares da população daquela região?

Como, aparentemente, falta ao procurador da República em Lajeado competência formal para desencadear uma “campanha de desneonazificação” ostensiva e com essa denominação, geral – talvez até policial –, a terceira página do relatório se dedica a enumerar as ações no campo educacional. Fez uma reunião com a Coordenação Regional de Educação, “para tratar da aplicação do Estatuto da Igualdade Racial através da inserção de disciplinas na grade curricular”, mais tarde pretende reunir-se “com os respectivos secretários de educação dos municípios..., para inclusão nas escolas municipais dos mecanismos propostos”.¹³⁰ “Ainda, a realização de um seminário sobre o tema, a ser realizado na UNIVATES”.

Mas, mesmo que o destaque recaia sobre ações no âmbito escolar, a preocupação com o caráter “neonazista” do *conjunto da população* – o “conjunto dos concidadãos”, como escreveu a antropóloga – da região sempre de novo transparece no texto. Assim, em 13 de julho de 2011, foi realizada uma reu-

¹³⁰ No último parágrafo, lê-se: “Os autos estão conclusos para análise e agendamento da reunião a ser realizada com os secretários dos municípios da região” (p. 3).

não com a Coordenadora de Educação da 3.^a CRE “e outros representantes de órgãos públicos a fim de discutir questões sobre as medidas possíveis a serem adotadas para *orientação e conscientização sobre as diversidades de múltiplas formas, diversidade cultural e racial na região*”, ou seja, uma região com uma população suposta como totalmente “desnacionalizada”, não “verdadeiramente” brasileira, que precisa ser abasileirada.¹³¹ Ao menos uma instância da UNIVATES foi consultada “sobre projetos e ações desenvolvidas para promover reuniões e/ou encontros, a fim de discutir a questão das diversidades culturais”.¹³²

Por fim, o relatório informa que em 14 de outubro de 2011, foi promovida, na UNIVATES, uma conferência da ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, sobre “As diversidades e o Plano Nacional dos Direitos Humanos”. Todas essas considerações e medidas só podem ser entendidas diante do pressuposto de que o “conjunto dos cidadãos” do Vale do Taquari está “neonazificado”, e necessita de uma campanha de depuração de suas mentes repletas de maldades, de uma purificação, que, em última instância, significa de “abasileiramento”.

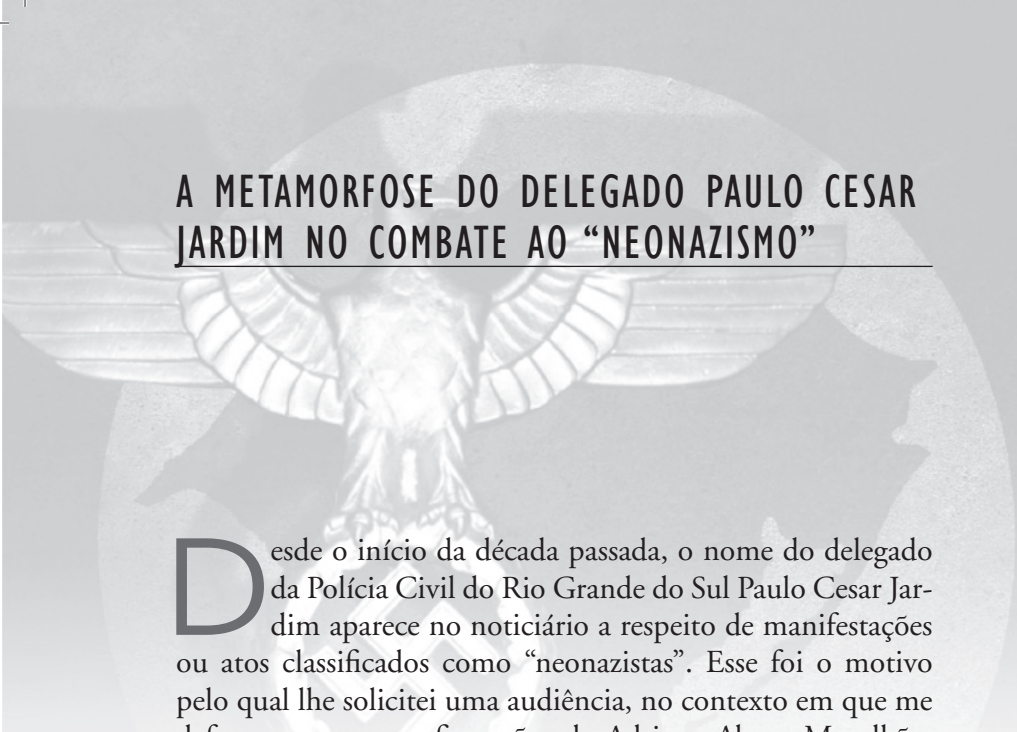
Se o então procurador da República em Lajeado tivesse tomado conhecimento das palavras do delegado Paulo Cesar Jardim de que a pichação de suásticas ao longo da rodovia que atravessa Teutônia poderia ter causado pânico entre a população local, certamente teria merecido louvor se tivesse insistido na identificação e, posterior, *repressão* aos autores desse prová-

¹³¹ O destaque na citação está no original. Provavelmente o procurador queria dizer “... múltiplas formas [de] diversidade cultural e racial na região”.

¹³² No final do relatório, está a informação de que “em resposta ao Of. 1140/2011, a Diretora do Centro de Ciências Humanas e Jurídicas da UNIVATES, em 06/03/2012, esclarece as formas de abordagem do assunto pelo centro universitário”.

vel atentado – infelizmente, porém, de forma precipitada, ele houve por bem tomar medidas punitivas contra as prováveis vítimas! Por quê? Por causa dos sobrenomes de um percentual elevado da população? Se este for o caso, não é demais repetir que a democracia neste país está correndo seriíssimo perigo – e, neste caso, ele não provém dos desgraçados dos “neonazistas”!

Em conclusão: aqui transparece, de forma evidente, a sobrevivência de concepções que vigoravam no século XIX, a respeito daquilo que seriam ou daquilo que estaria acontecendo nas “colônias alemãs” do Rio Grande do Sul. Quem pensou que esse pensamento arcaico tivesse sido superado, no decorrer do século XX, enganou-se redondamente. O mais absoluto provincianismo continua habitando mentes ornadas com vistosos títulos acadêmicos.



A METAMORFOSE DO DELEGADO PAULO CESAR JARDIM NO COMBATE AO “NEONAZISMO”

Desde o início da década passada, o nome do delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul Paulo Cesar Jardim aparece no noticiário a respeito de manifestações ou atos classificados como “neonazistas”. Esse foi o motivo pelo qual lhe solicitei uma audiência, no contexto em que me defrontava com as afirmações de Adriana Abreu Magalhães Dias sobre a localização de metade dos “neonazistas” do Brasil em Santa Catarina – afirmação que, obviamente, sugeria que se tratava de algo típica e exclusivamente “alemão”.¹³³ Ele me recebeu, e cedeu, literalmente, uma tarde inteira, em seu gabinete, conversando longamente comigo e colocando à minha disposição grande quantidade de material, sobretudo iconográfico, como símbolos e outras figuras que caracterizam os diferentes grupos.

Mas, durante nossa conversa, ele não falava da relação do “neonazismo” com os “alemães”, ou, geograficamente falando, com a “colônia alemã”, e eu tinha receio de perguntar sobre isso, porque uma pergunta nesse sentido poderia atrapalhar a franqueza com que ele, tão gentilmente, passava as informações. Finalmente, numa nova rodada de conversação

¹³³ A audiência ocorreu em 12 de maio de 2008, na delegacia de polícia de que Jardim era titular.

– pois, várias vezes, me deixara sozinho, diante do computador, enquanto atendia às suas tarefas rotineiras de delegado –, quase ao final da tarde, ele abriu um flanco que permitiu que eu dirigisse o foco da conversa para esse tema. Respondeu, de forma decidida, que os “neonazistas” com que ele lidara, até aquele momento, não tinham ligações com a “colônia alemã”. Entre os sobrenomes, não haveria número significativo de alemães, e os lugares em que eles se concentram não se localizariam na “colônia”. Quando me despedi, recomendou, em tom de brincadeira, que, se eu quisesse estudar o “neonazismo”, “trocasse de canal”. Como eu havia relatado a ele que era especialista em nazismo dos anos 1930, entendi que, certamente, queria dizer com sua observação que o “neonazismo” gaúcho de hoje é coisa diferente do nazismo daquela época. Isso significava que, *ao menos no Rio Grande do Sul*, o “neonazismo” não poderia ser classificado, sem mais, como coisa exclusiva “de alemão”.

Pouco tempo depois desse encontro, enviei-lhe o arquivo eletrônico com meu texto intitulado “Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e ‘neonazismo’ no Brasil”. Esperei alguns dias, e fiz uma ligação telefônica para saber se tinha lido. Respondeu-me que não poderia falar comigo, porque estava em reunião. Após um intervalo de mais alguns dias, fiz nova ligação – novamente me disse que não poderia falar comigo. Como eu não tinha qualquer forma de saber se ele de fato esteve impossibilitado de falar comigo, nas duas oportunidades, ou se não queria falar comigo, desisti de nova tentativa.

Mas, conhecendo-o agora pessoalmente, passei a acompanhar as notícias sobre sua atuação no combate ao “neonazismo”, bem como suas declarações a respeito. Durante o restante de 2008, em todo o ano de 2009 e parte de 2010, não

tinha críticas a fazer àquilo que dele se informava na imprensa sobre suas ações, ou às palavras que se lhe atribuíam. Ainda em agosto de 2010, quando fez a declaração categórica sobre a ausência de grupos “neonazistas” em Teutônia, e, inclusive, chamou a atenção para os perigos representados por declarações irresponsáveis a respeito, publiquei o seguinte comentário no meu *site*: “trata-se do delegado Paulo Cesar Jardim, que há muitos anos vem reprimindo atos classificados de ‘neonazistas’ e monitorando suspeitos. Sem dúvida, é, no momento, o maior conhecedor do assunto, no Rio Grande do Sul. Ele foi enfático: ‘Eu afirmo que não existe grupo nazista em Teutônia’. *Com a categoria de uma das poucas autoridades que assume sua responsabilidade diante de notícias tão graves para o convívio harmônico e civilizado da população gaúcha*, o jornal afirmou que, ‘segundo o delegado, o alarme na cidade é uma ‘invenção’, e pode causar pânico entre os moradores’”.

Infelizmente, apenas poucas semanas depois desse acontecimento, e dessa observação elogiosa publicada no meu *site*, apareceram indícios de que o delegado mudara de opinião, fato que aconteceu – o mais tardar – no início de novembro de 2010. No dia 5 desse mês, *O Estado de São Paulo (on-line)* noticiou que haviam sido encontradas ameaças ao senador gaúcho Paulo Paim, negro, em material apreendido durante uma busca policial, em Porto Alegre. O próprio senador informou que já recebera ameaças anteriores, e que, por isso, marcou uma audiência pública no Senado da República para o dia 19 do mesmo mês, véspera do Dia da Consciência Negra, para tratar do assunto.¹³⁴ *A Folha de São Paulo*, em sua edição impressa do dia seguinte, noticiou que a apreensão ocorrera no dia anterior, num “depósito com material de apologia ao

¹³⁴ <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,paim-diz-nao-se-intimidar-por-ameaca-de-neonazistas,635288,0.htm#> (acessado em 13 de abril de 2012).

neonazismo, incluindo um vídeo com ameaças ao senador”. “De acordo com o delegado [Paulo Cesar Jardim], o grupo é formado por jovens. Entre ele[s], estariam estudantes de classe média, de ideologia ‘hitlerista’”. A apreensão teria sido feita pelo “Grupo de Combate ao Neonazismo”, liderado há oito anos pelo citado delegado.¹³⁵

A repercussão da notícia, na imprensa nacional – e, possivelmente, internacional – foi muito grande, mas não será aprofundada aqui. Antes de uma análise um pouco mais detalhada das matérias saídas na imprensa tradicional de Porto Alegre, cabe destacar apenas uma matéria do portal de notícias *Terra Magazine*, com data de 8 de novembro de 2010, apresentando uma entrevista do senador sobre o episódio.¹³⁶

Para começar, não se pode deixar de fazer uma referência à informação contida na primeira linha redacional: “*Único negro a ocupar atualmente cadeira no Senado*”. Não deixa de ser um dado interessante. Como veremos, o episódio serviu de motivo para denunciar o Rio Grande do Sul como local de *surgimento* e de “campeão” do “neonazismo” no Brasil. Sintomaticamente, essa frase inicial, porém, faz lembrar que estados que se vangloriam de não possuir populações supostamente tão preconceituosas e desumanas quanto o Rio Grande não possuem negros entre seus senadores. É muito provável, também, que uma análise do mapa eleitoral do senador mostrasse que um percentual muito significativo de seus votos provém de regiões em que se diz que gente especialmente preconceituosa, racista e desumana se concentra.

O próprio senador destacou que, também na Câmara dos Deputados, “negros, negras, você não acha mais de uma dúzia

¹³⁵ *Folha de São Paulo*, 6 de novembro de 2010, p. C6.

¹³⁶ <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4780313-EI6578,00.html> (acessado em 13 de abril de 2012).

que tem identidade com a população negra e que defende, efetivamente, políticas de igualdade e inclusão” – e é óbvio que há muitos estados em que a suposta influência nefasta de populações que no Rio Grande do Sul são apontadas como especialmente racistas e preconceituosas simplesmente não existe, mas, mesmo assim, esses estados não possuem uma representação negra no Senado!

Inserido esse parêntese, voltemos ao conteúdo da entrevista do senador.

Perguntado sobre “*que exatamente a Polícia Civil apreendeu*”, a resposta foi: “O delegado [Paulo Cesar Jardim] falou que foi apreendido material considerado neonazista, como cruz suástica, jornais, boletins, e até estariam fabricando bombas para detonar sinagogas. Em meio ao material, havia um vídeo em que eles me colocavam como adversário, por defender negros, idosos, deficientes, liberdade religiosa”. À pergunta sobre a existência de ameaça *explícita* no vídeo, respondeu: “Não vi o vídeo, mas o delegado diz que sim”. Mais adiante, o senador ainda observou: “Acho que não tem que haver tantas preocupações, mas tem que ter um olhar para isso que está acontecendo”. “Agora, por outro lado, o próprio resultado eleitoral demonstra que o Rio Grande do Sul não tem nada a ver com isso, e o brasileiro também não”.

Um olhar mais atento sobre as notícias a esse respeito, em alguns tradicionais órgãos de imprensa gaúcha, chama atenção para outros detalhes a serem considerados. O *Correio do Povo* de 5 de novembro noticiou que fora apreendido “um vídeo contendo uma ameaça *implícita* ao senador Paulo Paim”, “nas imagens, que se posicionam contra o sistema de cotas para negros nas universidades, aparecem afrodescendentes agredindo policiais, fazendo arrastões e roubando lojas. Quase ao final, aparece a pergunta: ‘somos nós ou nossos descendentes res-

ponsáveis por isso?’, e, em seguida, corta para a imagem de Paim”.

No *site* da Rádio Guaíba, do mesmo dia 5 de novembro, fez-se aproximadamente a mesma descrição sobre aquilo que teria acontecido, mas havia uma informação adicional importante – a de que o vídeo foi produzido em 2005 (!). Nesse texto, atribui-se ao delegado Paulo Cesar Jardim a afirmação de que as imagens tentam “apontar Paim como um dos ‘culpados’ pela luta contra a desigualdade”. Na reportagem, fica claro que não foram encontradas “bombas e outras armas de ataque em massa”, como teria acontecido um ano antes. Um dos integrantes do grupo responsável pelo vídeo teria participado do ataque aos rapazes judeus, em 2005.¹³⁷

“*Devido à colonização italiana, alemã e polonesa, os três estados do sul lideram na incidência de grupos ligados à política de Adolf Hitler. A proximidade com a Argentina, país destino de nazistas fugitivos com a derrota na 2.ª Guerra Mundial, também favorece a divulgação no estado das ideias preconceituosas do líder alemão*”.¹³⁸

Finalmente, o *site* de *Zero Hora* anunciou que o “vídeo encontrado com grupo neonazista *teria* ameaça a Paulo Paim, diz delegado”. Como os demais órgãos de imprensa, descreve o material apreendido e as cenas do vídeo, com negros promovendo arrastões e agredindo brancos, “além de *supostas* ameaças ao senador”. Nesse jornal, além do adjetivo “suposto”, uma exegese no título da matéria – com o verbo no condicional “*teria*” – dá margem à interpretação de que até setores de uma imprensa usualmente muito interessada em enfatizar ao má-

¹³⁷ Mais uma prova da continuidade do mesmo grupo.

¹³⁸ <http://www.radioguaiba.com.br/Noticias/?Noticia=218489> (acessado em 17 de abril de 2012). O destaque foi acrescentado ao original.

ximo supostos ou efetivos atos “neonazistas” não se convenceram de todo a respeito da efetividade da ameaça.¹³⁹

Objetivamente, faz sentido levantar algumas dúvidas sobre a concretude dessa ameaça, já que em nenhum momento foram apresentadas provas ou ao menos indícios claros. A dúvida não é se as citadas imagens aparecem no vídeo, pois ninguém pode pensar que os “neonazistas” tenham apreço por Paim. Mas pode-se declarar como simplesmente errada a interpretação de que os vídeos podem ter constituído uma reação ao sucesso eleitoral do senador, ou mesmo parte de uma campanha contra ele, *nas eleições de 2010*.¹⁴⁰ Se o vídeo é de 2005, não pode ter nada a ver com a eleição de 2002 nem com a de 2010.

Mas, independente das variações na avaliação da dimensão ou do conteúdo efetivo da ameaça a Paulo Paim, há um aspecto que aparece, ou transparece, nos textos de vários órgãos de imprensa – trata-se da referência (pela primeira vez expressamente verbalizada, em público, pelo delegado, nessa oportunidade, nesse contexto) à responsabilidade de descendentes de alemães, italianos e poloneses pela existência do “neonazismo”, e, por consequência lógica, da própria ameaça ao senador negro. Numa busca em *sites* que trataram do assunto, encontra-se a seguinte referência: “Investigamos e prendemos essas pessoas há oito anos. Acredito que isso acontece no sul

¹³⁹ <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2010/11/video-encontrado-com-grupo-neonazista-teria-ameacas-a-paulo-paim-diz-delegado-3099562.html> (acessado em 15 de maio de 2012). Os destaques foram acrescentados ao original.

¹⁴⁰ O próprio senador Paulo Paim sugeriu essa relação: “É pela ascensão que eu acabei tendo, saindo de 2 milhões de votos [em 2002] para, praticamente, 4 milhões [em 2010], e me apresentando como defensor daqueles que são discriminados por esses grupos neonazistas. A visão deles sobre essa ascensão não é positiva” (<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4780313-EI6578,00.html> – acessado em 15 de maio de 2012).

em função da nossa origem colonial, que *tem muita influência alemã, italiana e polonesa*. Esses criminosos neonazistas realmente acreditam na ideologia de Hitler, são doentes', afirmou o delegado".¹⁴¹

Com exceção de *Zero Hora*, essa referência aparece em outros importantes órgãos de imprensa. De acordo com a *Folha de São Paulo*, por exemplo, "o delegado [Paulo Cesar Jardim] afirma que o estado tem um histórico de ocorrências do tipo. 'O partido nazista já existiu e foi tolerado no Rio Grande do Sul. Tivemos colonizações étnicas alemã e italiana', falou".¹⁴²

No texto do *site* da Rádio Guaíba, está escrito (como texto redacional, não podendo, por isso, ser atribuído, *ipsis litteris*, ao delegado Jardim): "Devido à colonização italiana, alemã e polonesa, os três estados do sul lideram na incidência de grupos ligados à política de Adolf Hitler".¹⁴³ Mesmo não havendo referências expressas a esse aspecto no texto do *Correio do Povo*, neste jornal o tema está explicitado através de imagens, pois a matéria está ilustrada com uma pose do delegado Paulo Cesar Jardim rodeado por fotografias, em sua mesa de trabalho, e uma delas mostra um desfile da Juventude Teuto-Brasileira, organização suposta ou efetivamente sob influência nazista, na década de 1930; outra, muito conhecida, apresenta uma festa nazista, realizada em Porto Alegre, em 1.º de maio de 1937.¹⁴⁴

Conforme anunciado pelo próprio senador Paulo Paim, em 19 de novembro de 2010, foi realizada, no Senado da Re-

¹⁴¹ <http://blogdojuniorimiranda.blogspot.com.br/2010/11/policia-apreende-video-neonazista-com.html> (acessado em 14 de abril de 2012). Ênfase acrescentada ao original.

¹⁴² *Folha de São Paulo*, 6 de novembro de 2010, p. C6.

¹⁴³ <http://www.radioguaiba.com.br/Noticias/?Noticia=218489> (acessado em 17 de abril de 2012).

¹⁴⁴ <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=218450> (acessado em 15 de maio de 2012).

pública, uma audiência pública destinada a homenagear vítimas de discriminação e preconceito. O delegado Paulo Cesar Jardim foi convidado para falar sobre o “neonazismo” e sobre as ameaças ao senador. Ainda que possa ser cansativo, se tentará, nos parágrafos seguintes, resumir e mesmo transcrever as principais passagens da fala do delegado.

Ele iniciou dizendo que, naquele momento, fazia cerca de oito anos que funcionava, na Polícia Civil gaúcha, um grupo de combate ao neonazismo, o qual “se instalou basicamente no Rio Grande do Sul”, ainda que existissem células em alguns outros estados. A dedicação do delegado ao tema teria iniciado, na época, em decorrência de uma denúncia feita pelo presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Jair Krischke, sobre a ação de alguns jovens classificados de nazistas, que estariam agredindo, basicamente, *punks*, em Porto Alegre. Algumas pessoas presas, nesse contexto, teriam revelado a existência de um grupo de “*suasti*, que falava uma linguagem diferenciada, uma linguagem de segregação racial, uma linguagem de higienização social, uma linguagem nacional-socialista baseada no livro *Mein Kampf*, de Hitler”.

A seguir, o delegado estabeleceu um marco-divisor, tanto de suas investigações quanto do próprio movimento. Em maio de 2005, quando se rememoravam os 60 anos do final da Segunda Guerra na Europa e do Holocausto, aconteceram manifestações “neonazistas”, e mais, aconteceu um ataque contra um grupo de jovens judeus, num bar da rua Lima e Silva, em Porto Alegre. Este poderia ser considerado o marco-fundador, o batismo de fogo do grupo, pois, segundo o delegado, os próprios teriam dito: “Enquanto vocês comemoram 60 anos do fim do Holocausto, nós queremos mostrar que estamos presentes e existimos”.

A partir desse ponto, a fala de Jardim entrou numa fase mais ou menos nebulosa. Ele afirmou que – para lidar com a novidade – teve de realizar estudos sobre o nazismo e sobre a Segunda Guerra Mundial. Começou estudando o pensamento hitlerista, em sua “origem esotérica e espiritualista”. Para explicar isso, passou a falar, de Helena Blavatsky, fundadora da Teosofia. “Ela teria feito uma grande viagem ao Tibet e, lá, teria feito uma viagem ao astral, e teria encontrado um ser superior – cada um dá um apelido ao ser superior –, Deus, Deva, enfim. Esse ser superior teria dito a ela que o mundo era composto de sete dimensões ou sete ondas – ela usou muito a expressão ‘onda’ – e que esta segunda onda chamar-se-ia ariana. Uma onda na qual o mundo viveria com extrema beleza, extrema igualdade, extrema bondade e com extrema simplicidade, na convivência entre as pessoas”.

Pessoas influenciadas pelo esoterismo teriam “vendido” as ideias de Blavatsky a Hitler, e ele as teria incluído em *Mein Kampf*. “Só que ele inverteu muitos dos posicionamentos de Blavatsky. Ele chegou ao ponto de inverter o símbolo mais importante católico [*sic*] da época, que era a atual suástica. A suástica, na sua forma original, é invertida. É um símbolo religioso, de amor, de solidariedade e, acima de tudo, de compaixão ao próximo. Esse símbolo foi invertido”.

Depois desse destaque a elementos esotéricos, o delegado passou a informar que, na Alemanha nazista, símbolos cristãos foram substituídos por símbolos nazistas, dando origem à “religião hitlerista”. Tudo isso teria levado a um profundo enraizamento da forma de pensar e do comportamento nazistas. “Nós temos hoje, os senhores podem pesquisar, a oração ao grande pai branco, que é Hitler: ‘Ó grande pai branco, poderoso senhor, que nos dá o pão, que nos liberta dos males, acima de tudo do inimigo...’. Vejam como ficou enraizado esse sentimento”.

Mas tudo isso não teria acontecido apenas lá na Alemanha. É que “tivemos o Partido Nacional Socialista, o nacionalismo, o que é pregado por esse pessoal, de uma forma muito forte no sul do Brasil. *Faz parte da raiz nossa*”. Nesse momento, o delegado se dirigiu, aparentemente, a um auxiliar (de nome Roger), que estava projetando imagens de desfiles nazistas, nos anos 1930, em Porto Alegre. Certamente, eram as fotografias amplamente divulgadas sobre a festa nazista de 1.º de maio de 1937. De forma historicamente correta, chamou a atenção para o fato de que o governo brasileiro da época, durante anos, não tomou nenhuma medida contra o partido; muito antes, manifestou sua simpatia pelo nazismo. E só por 1939/1940 essa situação teria mudado. Depois de cometer um erro histórico, ao afirmar que Plínio Salgado teria fundado *depois* o partido integralista, “com os mesmos fundamentos do nazismo”, concluiu que “*a origem de tudo isso é no Rio Grande do Sul*”.¹⁴⁵

Esse profundo enraizamento do nazismo no Rio Grande do Sul teria sido reforçado com o estabelecimento de oficiais nazistas fugidos para a Argentina, ao final da Segunda Guerra Mundial. “Por isso essas raízes, por isso esse fundamento todo de o porquê desse movimento neonazi ser tão forte no sul do Brasil, ser um movimento tão enraizado, porque já fazia parte da nossa estrutura. A suástica já desfilou no centro de Porto Alegre de forma oficial e aceita por todos os governos”.

Feita essa explanação sobre o enraizamento histórico do *nazismo*, no Rio Grande do Sul, com sua forma de pensar e de atuar, o delegado, finalmente, passou a falar do *neonazismo*, destacando que não se trata de um fenômeno resultante da ação de bandidos, de marginais, mas de uma ideologia, com destaque para o revisionismo em relação à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto. Os “neonazistas” veriam no sul do

¹⁴⁵ De fato, a Ação Integralista Brasileira foi fundada, por Plínio Salgado, em 1932.

Brasil a possibilidade de implantar uma sociedade sem elementos indesejáveis.

Veio, então, um relato daquilo que seria o projeto “*Neuland*” – destacado nos eventos em torno do assassinato de um casal, no Paraná, em abril de 2009, e a posterior prisão de Jairo Maciel Fischer, em Teutônia, no Rio Grande do Sul. “Eles iriam escolher uma cidade em Santa Catarina chamada Piçarras e, nessa cidade, iriam indicar um candidato a vereador. Esse vereador teria toda uma estrutura política e econômica, e seria eleito com muitos votos. Esse vereador, no futuro, seria candidato à prefeitura, em função da qualidade dele, enfim, da estrutura que ele teria, e, assim por diante. A trajetória política seria assim, e Piçarras seria visto como referencial do movimento do neonazismo. Vejam, além do movimento terrorista, além desse movimento forte deles, raivoso, eles também estavam tentando fazer uma abordagem sob o aspecto político”.¹⁴⁶

O texto fala por si só. Mesmo assim, cabe enfatizar duas coisas: a primeira está explícita, na fala do delegado, a segunda implícita. Explícita está a ênfase na existência do nazismo no Rio Grande do Sul, no passado, e na sua continuidade durante os últimos 60 anos, em meio à população gaúcha – obviamente a população de descendência alemã. O aspecto perigosamente implícito está na divulgação de atos de racismo [contra um senador *negro*] *simultaneamente* com a divulgação de que o “neonazismo” que os produziu tem sua origem na população de origem alemã [italiana e polonesa]. Como está amplamente difundida no senso comum a convicção de que os descendentes de alemães são (disparados) os mais racistas entre a população gaúcha, ligar a eles uma suposta ou efetiva

¹⁴⁶ <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/getTexto.asp?s=203.4.53.O&disc=6/1/S> (acessado em 16 de abril de 2012).

ameaça a um *negro* resulta em repercussão garantida na opinião pública.

Em 11 de abril de 2011, sob a justificativa de que fora noticiada a identificação de 25 gangues *skinheads* em São Paulo, mais o apoio de grupos de extrema direita ao deputado Jair Bolsonaro, levou o portal de notícias *Terra Magazine* a entrevistar o delegado Paulo Cesar Jardim. A entrevista fornece mais alguns elementos sobre a suposta ou efetiva mudança que se processou na opinião do delegado em relação à *origem* do “neonazismo” no Rio Grande do Sul, e sua importância para o Brasil todo. Além de reiterar informações anteriores sobre sua experiência em investigação, sobre números, características sociais e etárias dos envolvidos, destacou que há diferenças entre aquilo que acontece em São Paulo, por exemplo, e aquilo que acontece por aqui: “De forma nazi mais pura, encontramos no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, vemos uma mescla. Há pessoas que se dizem neonazistas, mas são negras, mestiças. Estão meio confusas na ideologia. Se bem que há tribos neonazi que realmente têm esse sentimento de ódio. Mas em São Paulo, as tribos são muito maiores”.¹⁴⁷

Se em declarações anteriores Jardim havia enfatizado que os neonazistas se concentravam em Porto Alegre e circunvizinhanças, afirmou agora que “o movimento não é só em Porto Alegre. Ele se estende pelo Rio Grande do Sul, com diversos segmentos”. A seguir, destacou a preocupação com a fronteira argentina, tendo em vista que lá se teriam refugiado oficiais nazistas ao final da Segunda Guerra Mundial.¹⁴⁸ Perguntado

¹⁴⁷ Interessante é que nesta entrevista – acontecida exatamente cinco meses depois da tão propalada descoberta de *ameaças* ao senador Paulo Paim – estas se transformaram em “propaganda contra”: “No final do ano passado, desmontamos mais uma célula onde encontramos material de *propaganda contra* o senador Paulo Paim (PT-RS)”.

¹⁴⁸ Curioso é que quando a repórter perguntou sobre a importância da Internet na

sobre a troca de informações com a polícia de São Paulo, Jardim voltou a destacar a peculiaridade do fenômeno “neonazista” daqui: “A senhora lembra o seguinte: *o sul do Brasil é basicamente originário de colonização alemã, italiana, polonesa*. Não esquece que já tivemos, no Rio Grande do Sul, o partido nazista, funcionando de forma oficial na década de 1930. Aqui, também, nasceu o movimento integralista”.¹⁴⁹

Temos, aqui, portanto, explicitadas e confirmadas afirmações feitas na fala no Senado da República, em 19 de novembro de 2010, de que existiria uma linha de continuidade ininterrupta entre a presença nazista (e integralista) nos anos 1930 e os “neonazistas” atuais. Isso significa, agora de forma explícita, que as populações de origem imigrante são as responsáveis por essa maldade.¹⁵⁰

Em 9 de agosto de 2011, o portal de notícias *Terra* publicou outra entrevista com o delegado Jardim sobre o “neonazismo”. Segundo a matéria, ele teria afirmado “que está ‘na gênese’ do gaúcho a guarida para movimentos desse tipo”. E a explicação para essa afirmação vem a seguir: “A origem do povo gaúcho é *colonial* e, além disso, a Argentina, que abrigou oficiais nazistas após a 2.^a Guerra Mundial, está aqui do lado e preocupa. Para a consolidação dessa ideologia, deve existir um meio viável, caso do Rio Grande do Sul. O neonazismo

articulação dos grupos, o delegado – ao contrário da citada mestra em Antropologia da UNICAMP Adriana Abreu Magalhães Dias – disse: “Posso lhe dizer uma coisa? Não acredite muito no que está na Internet. É um jogo de inteligência. Para um lado e para o outro”.

¹⁴⁹ Obviamente mais um erro histórico, pois a Ação Integralista Brasileira foi fundada em São Paulo, e o Rio Grande do Sul, decididamente, não estava entre aqueles estados que registraram o maior número de adeptos.

¹⁵⁰ <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5070131-EI6594,00-Os+neonazistas+sao+bem+mais+que+meia+duzia+afirma+delegado.html> (acessado em 17 de abril de 2012).

é uma coisa que jamais vai acabar. É um sentimento, uma ideologia, e não se pode acabar com ideologias, mas evitar suas consequências e ações”.¹⁵¹

A atitude do delegado Jardim em, desde no mínimo novembro de 2010, apontar, publicamente, “alemães”, “italianos” e “poloneses” gaúchos como responsáveis pelo “neonazismo” está envolta em algum mistério. Como foi visto, ele próprio declarou que quem chamou sua atenção, lá no começo da década passada, para a existência dos então ainda chamados *skinheads* foi Jair Krischke. Acontece que este, desde aquele tempo, sempre atribuiu essa maldade aos “alemães”. Por isso, parece curioso que o delegado tenha assumido uma posição diferente. Pode ter estado convicto de que não era assim, mudando de opinião apenas mais recentemente, mas pode, também, ter tentado mostrar-se independente em relação a Krischke, durante todos esses anos, motivo pelo qual teria dado a *impressão* de não assumir a mesma posição deste. Em qualquer uma das hipóteses, permanece a incógnita sobre os motivos que o teriam levado a mudar de posição, em público, a partir de 2010.

Uma vez revelada sua mudança de posição, o delegado foi incisivo em denúncias, agora não mais apenas contra o “neonazismo” como tal, mas contra suas “fontes alimentadoras” – as “colônias”. Como vimos, em um espaço temporal de 10 meses (novembro de 2010 a agosto de 2011), fez, no mínimo, três declarações públicas nesse sentido. Isso sem falar em outras declarações intermediárias.

Uma dessas declarações intermediárias foi quando, em abril de 2011, convocou a imprensa para anunciar que a polí-

¹⁵¹ <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5286557-EI5030,00-O+neonazismo+nunca+acabara+diz+delegado+que+indiciou+no+RS.html> (acessado em 17 de abril de 2012).

cia estava atenta para reprimir eventuais tentativas de festejar o aniversário de Hitler, no dia 20 daquele mês. “A Polícia Civil está em alerta para a próxima quinta-feira, dia 21 [*sic*], quando os grupos neonazistas comemoram em todo o mundo os 122 anos de nascimento de Adolf Hitler. ‘Estamos atentos e monitorando a situação’, afirma o titular da 1.^a DP da Capital, delegado Paulo Cesar Jardim, que se dedica a investigar a atividade das organizações. ‘Sabemos quem são’, diz. O delegado está preocupado com possível ação violenta dos neonazistas”.¹⁵²

Nesse momento, o frenesi sobre a culpa ou a responsabilidade das “colônias” pelo “neonazismo” estava tão difundido que mesmo “colonos” passaram a acreditar nessa possibilidade. Uma prova está no fato de que a Rádio Independente de Lajeado – estabelecida numa “colônia” típica – enviou repórteres a Teutônia para, mais uma vez, importunar o delegado Mauro Mallmann com a pergunta se tinha tomado providências para prevenir e coibir uma provável festança em homenagem ao aniversário de Hitler pelas ruas do município. A nota hilariante do episódio ficou por conta do fato de que, nas notícias vindas da Capital sobre a entrevista do delegado Jardim, constava que o aniversário de Hitler seria dia 21 de abril (quando é no dia 20). Com isso, a pressão da rádio sobre o delegado Mallmann para saber se estava cumprindo suas obrigações de vigilância contra as supostas maldades inatas, que os teuto-nienses poderiam liberar numa festança pública, teria vindo com um dia de atraso.¹⁵³

¹⁵² <http://www.correiopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=199&Cade-rno=0&Noticia=281788> (acessado em 16 de maio de 2012).

¹⁵³ <http://www.independente.com.br/player.php?cod=12850> (acessado em 16 de maio de 2012). O áudio parece ter desaparecido do *site*, mas ainda consta a informação escrita sobre a data (21 de abril de 2011) e a observação: “Hoje comemoram [*sic*] 122 anos de nascimento de Adolf Hitler”.

Mas também outras agências de notícias supostamente menos provincianas embarcaram no “clima”. Mesmo que não se possa provar a inspiração nas manifestações do delegado Jardim – como no caso da rádio de Lajeado –, temos o exemplo do portal de Notícias R7, que em 10 de julho de 2011, sob o título “No Sul, neonazistas queriam criar um novo país”, resolveu requentar o caso do assassinato de dois jovens, no Paraná, em abril de 2009. Esse episódio, obviamente, lembra *Neuland* – a referência do próprio título da matéria. Segundo o portal, citando o delegado Francisco Alberto Caricati, do Paraná, “durante as investigações, descobrimos que havia um estatuto de uma nova nação nazista a partir de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Eles queriam tomar o poder a partir desses estados, para depois expandir para outros lugares”. O delegado Paulo Cesar Jardim, por sua vez, teria informado que “em uma das ações feitas pela sua equipe, ele indagou como que em um país como o Brasil, em que a miscigenação é predominante na população, há a possibilidade de realizar a ‘higienização étnica’”. Como resposta, um dos “neonazistas” “olhou para mim e disse que no sul do país isso ainda é possível porque ‘nós temos alemães e italianos puros’”.¹⁵⁴

Naquela data, nem próximo dela, não havia sido noticiado nenhum novo episódio “neonazista” nem “aniversariava” qualquer episódio anterior. Portanto, o fato de *requentar* uma notícia de mais de dois anos antes – *sem qualquer novidade a seu respeito* – indica que os jornalistas do portal estavam convictos de que o imaginário popular estava receptivo para relembrar as maldades pelas quais “alemães” (e “italianos”) do sul do Brasil seriam responsáveis.

¹⁵⁴ <http://noticias.r7.com/cidades/noticias/no-sul-neonazistas-queriam-criar-um-novo-pais-20110710.html> (acessado em 16 de abril de 2012).

Como se verá adiante, o delegado Jardim afirmou, em outubro de 2011, que seu conhecimento sobre a responsabilidade das “colônias” pela existência do “neonazismo” no Rio Grande do Sul “é oriundo dos próprios documentos apreendidos com eles [‘neonazistas’] e de depoimentos deles prestados na delegacia”. Naquilo que tange aos documentos apreendidos, claro, dependemos de sua liberação por parte do delegado, agora quanto aos depoimentos, a frase final do penúltimo parágrafo, de fato, permite a interpretação de que venham – não se sabe de onde – para o estado porque *eles* imaginam que a presença de “colonos”, por aqui, permitirá concretizar sua utopia. Mas entre a existência dessa visão na cabeça dos “neonazistas” e a efetividade da culpa dos “coloninhos” pela existência do “neonazismo” vai uma distância astronômica – além de a divulgação dessa visão absolutamente subjetiva dos malfeitores como sendo uma *verdade* constituir uma irresponsabilidade inominável!

TENTATIVAS DE ALERTAR SOBRE EQUÍVOCOS NO COMBATE AO “NEONAZISMO”

Desde meados de 2008, preocupo-me com a difusão de notícias desabonadoras sobre a população de origem alemã no Rio Grande do Sul, pelos perigos que elas representam para a paz, a estabilidade e a convivência minimamente harmônica neste estado. Uma tentativa inicial de fazer algo para evitar uma escalada de ódios étnicos foi a redação da primeira versão de um texto que, em 2009, acabou sendo publicado no meu *site* sob o título “Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e ‘neonazismo’ no Brasil”.¹⁵⁵ Além de mandá-lo para vários colegas, no intuito de colher críticas e sugestões, mandei-o, anexado a um *mail*, ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, acompanhado do pedido de que minha mensagem fosse repassada ao então procurador-geral, Mauro Renner. Nunca obtive resposta. Em 3 de abril de 2009, Simone Mariano da Rocha assumiu o cargo de procuradora-geral. Como ela não apresentava o inconveniente de possuir um sobrenome alemão – fato que talvez pudesse ter inibido Mauro Renner a agir, pois, caso tomasse medidas contra difamadores da população de origem alemã, poderia ser acusado de agir “em causa própria” –, esperei cerca de 60 dias, marquei em amarelo algumas passagens centrais

¹⁵⁵ <http://www.renegertz.com/opinioao> (acessado em 9 de maio de 2012).

sobre a situação atual, no referido texto, imprimi-o e mandei-o, *via postal*, à procuradora, acompanhado da seguinte carta pessoal:

“Porto Alegre, 8 de junho de 2009.

Dra. Simone Mariano da Rocha
Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80
Porto Alegre – RS
90050-190

“Em anexo lhe remeto um longo texto sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e ‘neonazismo’ no Brasil. Mais ou menos um ano atrás, remeti uma versão anterior ao Dr. Mauro Renner, via *e-mail* – não sei se ele recebeu. Diante dos acontecimentos das últimas semanas, considero-me, porém, eticamente responsável por reenviá-lo ao Ministério Público Estadual.¹⁵⁶

“Sei que a Senhora não tem tempo para ler esse longo texto, mas talvez possa solicitar a um(a) assessor(a) que o leia, ao menos parcialmente, e possa mantê-la informada. Na melhor das hipóteses, tendo algum tempo disponível, sugiro dar uma olhada na página 23, onde faço uma referência crítica expressa ao MP, ao referir dois episódios que – na minha opinião – teriam demandado um posicionamento, na época. Trata-se da reportagem de *Zero Hora* sobre racismo no futebol, quando foi feita uma falsificação histórico-geográfica sobre o muni-

¹⁵⁶ “Os acontecimentos das últimas semanas” eram uma referência à alaúza desencadeada com a prisão de Jairo Maciel Fischer, em Teutônia, no início de maio de 2009.

cípio de Encantado, no intuito de incriminar a população de origem alemã (p. 20); e da matéria do *Correio do Povo*, em que se acusaram os imigrantes alemães e italianos vindos ao Rio Grande do Sul como responsáveis pelos regimes militares do Cone Sul, com seus corolários subentendidos – torturas e assassinatos (p. 22). Talvez também possa ler o Adendo I ao texto (p. 36 e segs.), no qual trato dos acontecimentos das últimas semanas.

“Como se pode ver pela transcrição, também anexa, de comentários de leitores publicados numa edição recente do *site Zero Hora.com*, a situação está potencialmente explosiva. E imagino que o MP poderia exercer uma função moderadora, tanto em relação à opinião pública quanto, se for o caso, em relação a algumas instâncias do próprio Estado. *E, sobretudo, que o próprio MP não se deixe contaminar pelo senso comum, caso venha a assumir alguma atitude.*

“*Se minha visão sobre a situação estiver correta*, numa analogia com a recente gripe suína, penso que o MP poderia esclarecer à opinião pública e, se for o caso, a certas instâncias estatais, que o fato de a gripe chamar-se ‘suína’ não significa, necessariamente, que os pobres porquinhos sejam responsáveis por ela, e que deveriam ser todos eles exterminados. Não se trata, *em absoluto*, de imaginar que a população de origem alemã deste estado seja constituída exclusivamente de anjos, que estão totalmente livres de preconceitos – *muito pelo contrário!!!!* –, mas continuo insistindo naquilo que disse na entrevista às *Notícias IHU/UNISINOS* (referida no meu texto): combatamos o ‘neonazismo’ onde ele *efetivamente* estiver, mas deixemos de declarar guerra a ‘etnias’, a inventar um alibi para um problema que, em alguma medida, possui culpados entre quase todos os grupos ‘étnicos’ que compõem a população deste estado.

“Atenciosamente” [seguiu minha assinatura, meu nome e meu endereço].

Comprovantes em meu poder mostram que a correspondência por mim postada foi entregue no destino às 17h40min do mesmo dia 8 de junho de 2009 – até hoje não obtive resposta, nem detectei qualquer sinal de que minha carta e meu texto tenham surtido algum efeito.

Diante da difusão das notícias de que o próprio delegado Paulo Cesar Jardim havia manifestado – agora já em várias ocasiões – a opinião de que o “neonazismo” tinha sua origem na população “imigrante” deste estado, vi-me eticamente compelido a fazer uma nova tentativa para alertar a opinião pública gaúcha e brasileira sobre os perigos que a propagação de opiniões desse tipo representa para a estabilidade da sociedade gaúcha e para a paz entre os cidadãos. As dificuldades de uma iniciativa desse tipo podem ser exemplificadas pelo seguinte episódio.

Um *mail* ao *Folhaleaks* (da *Folha de São Paulo*) – que recomendava “se você tem informações de interesse público ou documentos inéditos que possam motivar uma investigação jornalística, poderá enviá-los ao *Folhaleaks*” – foi respondido, em 27 de setembro de 2011, com o seguinte “texto”: “zzzzzzzz”, como a indicar que eles queriam dizer “você bate bem?”. Quando enviei outro *mail* perguntando se o “zzzzzzzz” era a resposta à minha mensagem anterior, foi alegado que “a mensagem com as letras ‘zzzzzzzz’ foi enviada por equívoco”.

Essa tentativa com o *Folhaleaks* foi feita após uma tentativa frustrada de publicar um alerta, na seção “Artigos” do jornal *Zero Hora*. Em 14 de agosto de 2011, enviei a este jornal um *mail* com um texto intitulado “Combate ao neonazismo”, rigorosamente dentro dos limites exigidos para a seção, em

termos de tamanho, acompanhado da imagem digitalizada de minha carteira de identidade e dos cabeçalhos dos meus contracheques (para comprovar meus vínculos institucionais). O texto foi o seguinte:

“Após o regime militar, temos episódios classificados como ‘neonazistas’ no RS e em outros estados. Mas é nos últimos dez anos que correm notícias mais frequentes, na imprensa local e nacional. O senso comum sempre esteve equivocado sobre o ‘neonazismo’, mas autoridades policiais *pareciam* lidar de forma racional com ele.

“Infelizmente, isso mudou, desde novembro de 2010. No dia 19 desse mês, uma autoridade policial gaúcha declarou, no Senado, entre outras coisas pouco edificantes, que ‘a origem de tudo isso é no Rio Grande do Sul’. Em 11 de abril de 2011, a mesma autoridade disse a uma repórter: ‘A senhora lembra o seguinte: o sul do Brasil é basicamente originário de colonização alemã, italiana, polonesa’. Isso sugeriu que a explicação do senso comum fora adotada por autoridades policiais. No dia 6 de agosto, houve uma pancadaria entre dois grupos, em Porto Alegre. De novo, a imprensa brasileira foi inundada de notícias sobre ‘neonazismo’ gaúcho. No dia 8, um jornal de Porto Alegre noticiou que a mesma autoridade ‘descartou que a motivação tenha sido racismo’. Isso significaria que o país fora inundado por notícias falsas.

“Mas, eis que, no dia 9, a mesma autoridade se manifesta, em público, dizendo que está ‘na *gênese*’ do gaúcho a guarida para movimentos deste tipo. ‘*A origem do povo gaúcho é colonial* e, além disso, a Argentina, que abrigou oficiais nazistas após a 2.^a Guerra Mundial, está aqui do lado e preocupa. Para a consolidação dessa ideologia, deve existir um meio viável, caso do Rio Grande do Sul [*sic*]. *O neonazismo é uma coisa que jamais vai acabar*’. Essas afirmações confirmam, em definiti-

vo, que policiais gaúchos atribuem o ‘neonazismo’ a ‘alemães’, ‘italianos’ e ‘poloneses’.

“São afirmações preocupantes, pois, se o ‘neonazismo’ ‘jamais vai acabar’, a única saída seria a ‘solução final’ – isso significaria exterminar mais de 3 milhões de gaúchos com sobrenome alemão, italiano e polonês, para nos livrarmos de *pequena parte* dos 35 (!) ‘neonazistas’ fichados pela polícia gaúcha. Como cidadão, não posso acreditar que as afirmações, feitas de público, por um agente de Estado possam ter endosso da cúpula dos agentes de Estado. Constitui tarefa *urgentíssima* mudar, de forma *radical*, o *enfoque*, a *doutrina* sobre o combate ao ‘neonazismo’. Ou corremos o sério risco de desencadear aqui, gratuitamente, conflitos semelhantes aos da Bósnia. Ainda há tempo!”

Apesar de que esse texto não tenha sido publicado, apareceu uma nova possibilidade, em abril de 2012. No dia 23 desse mês, o jornal *Zero Hora* chegou à edição de número 17.000. Por esse motivo, inseriu uma série de pequenas matérias a respeito de uma das manchetes de capa das 16 edições “mil” que a precederam. A capa de número 2.000 [9/11/1970] trouxe a manchete “Alemanha derrota a ameaça nazista”. A matéria referia-se à derrota do Partido Nacional Democrático (sigla NPD, em alemão) nas eleições regionais do estado de Hesse, onde vinha conseguindo quociente eleitoral para estar representado no parlamento regional.

No início de abril, uma jornalista entrara em contato comigo para obter informações sobre o próprio partido, o contexto político alemão naquele momento e sobre “neonazismo” na atualidade. Na nossa conversa, ao telefone, ela manifestou interesse por minha opinião sobre os erros de estratégia cometidos, inclusive por agentes de Estado, ao atribuir o fato de existirem manifestações “neonazistas” no Brasil à população de origem alemã. Contou-me, então, que as matérias que se-

riam publicadas teriam um resumo da notícia, um texto de “atualização” (no sentido de alguma informação sobre a situação atual do objeto noticiado no passado), e um comentário crítico escrito por um entendido na matéria. Convidou-me para escrever este último texto.

Depois de nossa conversa ao telefone, a jornalista mandou-me um *mail*, em 4 de abril, confirmando o convite por escrito: “pedido de depoimento para o caderno especial de *Zero Hora* sobre as 17 mil edições do jornal. A ideia é o senhor contar sobre a última parte da nossa conversa, que é objeto do seu estudo”. No dia 5 de abril, enviei-lhe o seguinte texto, acompanhado da observação “*não sei se a ZH publica isso*”, mas acrescentando que o texto poderia ser “burilado”, para, eventualmente, torná-lo mais palatável, e, para isso, aceitava sugestões: “Como em outros países, neonazistas também existem no Brasil, inclusive no RS. Pessoas bem intencionadas declararam-lhes o combate. Infelizmente, ele não é travado com armas racionais. Os mesmos preconceitos que os caracterizam, estão presentes em muitos de seus adversários. Um candidato gaúcho ao Prêmio Nobel de Direitos Humanos afirma que são todos provenientes de determinadas picadas do nosso interior. E uma autoridade federal iniciou, recentemente, campanha de ‘desneonazificação’ geral em um populoso vale do interior. De fato, temos 35 neonazistas fichados pela polícia gaúcha, a quase totalidade na região metropolitana de Porto Alegre. Certamente, é possível combatê-los através de meios mais racionais do que tem acontecido até hoje”.

A resposta da jornalista veio no dia 6 de abril, nos seguintes termos: “Professor, está ótimo o texto, só fiquei com algumas dúvidas”. As dúvidas, na verdade, eram duas: uma se referia ao nome do (suposto) “candidato gaúcho ao Prêmio Nobel de Direitos Humanos”, e a outra à “desneonazificação”

num “populoso vale do interior”. Além disso, a mensagem dizia: “Acho também que aqui no final poderias contar um pouco dos motivos de não ter tantos neonazistas no interior, e estarem mais concentrados na região metropolitana. Não tem problema se ficar grande. Eu posso reduzir aqui, e passar para o senhor ver como ficou”.

Essas observações e o respectivo pedido de complementação deram a clara impressão de que meu texto atendera – ao menos em termos gerais – ao interesse e às expectativas da jornalista. Diante disso, reformulei o texto, que, em sua versão reenviada em 9 de abril, ficou assim: “Igual a outros países, neonazistas também existem no Brasil, inclusive no RS. Pessoas bem intencionadas declararam-lhes o combate. Infelizmente, aqui ele não é travado com armas racionais. Os mesmos preconceitos que os caracterizam, estão presentes em muitos daqueles que os combatem. A pessoa mais conhecida no estado por sua suposta luta pelos Direitos Humanos [Jair Krischke] afirma que são provenientes de determinadas picadas do nosso interior, e possuem uma mesma característica genética. E um agente de Estado iniciou uma campanha de ‘desneonazificação’ no Vale do Taquari, onde, em 2010, foram pichados símbolos nazistas, de duvidosa origem. De concreto, há 35 neonazistas fichados pela polícia gaúcha, a quase totalidade na região metropolitana de Porto Alegre. Ao contrário do enfoque que se vem dando ao assunto, eles não são recrutados entre ‘inassimilados’ das picadas, cujas populações nem conhecem a palavra. Trata-se de jovens de grandes centros urbanos, de classe média, com todos os tipos de cromossomas imagináveis, alguns possuem pais com doutorado/pós-doutorado no exterior. Desgraçadamente, o RS é o único estado da Federação em que o combate entrou num trilho errado, e as manifestações e medidas de pessoas físicas e de agentes de Estado estão

difamando seres humanos, de forma totalmente injusta – difamar seres humanos por causa de sua genética é crime! Não se trata apenas de uma questão de justiça, mas da manutenção da paz na sociedade gaúcha. Espera-se que agentes de Estado responsáveis, finalmente, intervenham e tomem medidas para mudar, de forma radical, a doutrina completamente falha subjacente ao combate travado até agora”.

No dia 13 de abril, aconteceu novo contato, via correio eletrônico, no qual a jornalista fez mais algumas perguntas sobre o NPD, na Alemanha, e repassou o texto que ela tinha escrito para representar o “resumo da notícia”. Fiz algumas sugestões a este seu texto (que inclusive foram incorporadas ao texto final, publicado em 23 de abril).

Na edição de 23 de abril, de *Zero Hora* impressa, as capas de apenas oito edições “mil” foram referidas e comentadas – a de número 2.000 não estava entre elas. Mas na edição *on-line* estavam todas elas. Conforme referido pela jornalista no primeiro contato, havia um pequeno texto resumindo a notícia. Sob o título “Neonazismo perdura como facção”, seguiu o citado texto da jornalista. Mas em vez do meu texto, veio, depois, um texto de Léo Gerchmann intitulado “Para não nascer a serpente”.

Aquilo que eu havia referido como uma dúvida, num dos *mails* à jornalista (“não sei se a ZH publica isso”), foi confirmado pelos fatos. Aparentemente os editores do jornal houveram por bem não publicar uma opinião que remava contra o senso comum massacrante sobre o tema “neonazismo”. Apesar do interesse que minha opinião despertara na jornalista, o possível custo da publicação de uma opinião tão “herética” quanto a minha talvez tenha parecido excessivo.

MINHA CONVERSA COM UM JORNALISTA DO PORTAL *TERRA*

Voltando alguns meses no tempo, poucas semanas depois da tentativa de emitir um alerta sobre os perigos para a convivência entre os cidadãos sul-rio-grandenses representados por declarações de agentes de Estado culpando determinadas “etnias” pela existência do “neonazismo”, em agosto e setembro de 2011, fui procurado, de forma totalmente espontânea, pelo jornalista Daniel Favero, do portal de notícias *Terra*. Falamos cerca de duas horas sobre o tema “neonazismo”, conversa da qual resultou uma matéria publicada em 29 de outubro de 2011, sob o título “Historiador: ligar neonazismo a imigração alemã é irresponsável”.¹⁵⁷

Mesmo que a matéria apresente uma série de deficiências técnicas e linguísticas, devo confessar que a essência daquilo que eu disse e daquilo que eu queria ver publicado está ali – basicamente indícios que apontam para a fragilidade das afirmações públicas que estabelecem uma relação de causa e efeito entre população de origem alemã e “neonazismo”. Transcrevo, por isso, alguns trechos da matéria. “Os recentes casos envolvendo grupos neonazistas no país fizeram com que as polícias entrassem nos confrontos. De acordo com o delegado Paulo

¹⁵⁷ <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5425574-EI5030,00-Historia+dor+ligar+neonazismo+a+imigracao+alema+e+irresponsavel.html> (acessado em 1.º de maio de 2012).

Cesar Jardim, responsável pelo indiciamento de 35 integrantes desses grupos no Rio Grande do Sul, está na ‘gênese’ da população do sul a aceitação desse movimento, devido às origens alemã e italiana de seus componentes. No entanto, para o historiador René Gertz, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul [e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul], que pesquisa o assunto, a atitude do delegado de relacionar neonazismo com a imigração na região é uma ‘irresponsabilidade’”.

A seguir, o texto diz que “não existem provas concretas de que movimentos dessa ideologia tenham relação direta com antepassados que vieram de países europeus como Alemanha, Itália e Polônia”. Continua atribuindo-me a afirmação de “que cidades gaúchas com concentração alemã, como Teutônia, Estrela e Santa Cruz do Sul, são vítimas da relação que 99% das pessoas fazem ao ligar nazismo com a população germânica”. Informa que eu nego a existência de continuidade (ele escreveu “ligação consanguínea”) dos atuais “neonazistas” com imigrantes vindos da Europa. Reproduz, de forma correta, minha afirmação de que, por exemplo, entre os 14 nomes contra os quais a Justiça gaúcha aceitou a acusação de estarem envolvidos no ataque a rapazes judeus, em 2005, aparece apenas *uma* pessoa com sobrenome integralmente alemão (que, aliás, está identificada por apenas um sobrenome). Em contrapartida, “tu tem o Silveira, o Silva, o Pinto, o Monteiro, o Coutinho, o Machado. Onde que eles são esses alemães?”.¹⁵⁸

Depois vem um parágrafo no qual destaquei que, *obviamente*, existe preconceito/racismo no Rio Grande do Sul, e, *também*, entre a população das regiões de colonização alemã, mas que não há evidências científicas que ele seja maior que

¹⁵⁸ Penso ter feito a pergunta retórica “onde estão, aqui, os ‘alemães?’”.

entre a população em geral.¹⁵⁹ Segue uma observação referente às suspeitas do delegado Paulo Cesar Jardim de que oficiais nazistas fugidos para a Argentina, ao final da Segunda Guerra Mundial, poderiam, pela proximidade geográfica, estar fomentando manifestações e atos “neonazistas” no Rio Grande do Sul. Ponderei que, primeiro, não há notícias confirmadas sobre grande número de nazistas fugidos ou estabelecidos no estado, após a guerra, e que, segundo, em relação aos que de fato se estabeleceram na Argentina, bastava calcular que, se eles tinham, no mínimo, 25 anos, em 1945, quando fugiram, teriam, forçosamente, *90 anos*, em 2010 – motivo pelo qual é muito pouco provável que possam estar fomentando o “neonazismo” por aqui.

Observei que as duas regiões em que a polícia tem noticiado atos “neonazistas” são – por acaso, ou não – as duas maiores concentrações populacionais do estado (região metropolitana de Porto Alegre e Caxias do Sul), de forma que o fenômeno pode derivar dessa característica – e não da origem étnica.

O jornalista reproduziu corretamente minha observação de que, até 2010, considerei correta a forma em que o delegado Paulo Cesar Jardim conduziu o combate ao “neonazismo”, pois não fazia referência à responsabilidade da população de origem alemã por essa maldade. Mas, no mínimo, desde novembro de 2010, isso mudou. Neste ponto, o jornalista cometeu um pequeno erro de interpretação, ao atribuir-me a afirmação de que “Tarso foi eleito em outubro, e no mês seguinte o Jardim passou a falar bobagem”. Abstraindo da última palavra desta frase – que, provavelmente, foi, de fato, pronunciada por mim, mas não precisava ter sido publicada –, aquilo que aqui interessa foi a observação de que *cronologi-*

¹⁵⁹ A formulação do jornalista foi um pouco diferente, mas foi isso que eu destaquei na nossa conversa.

camente o fato de o delegado ter começado a “desandar” em relação ao tema coincidiu com a eleição do governador, mas não fui eu que deduzi uma relação entre os dois fatos – eleição de Tarso Genro e mudança de posição do delegado em relação à culpa dos “alemães” gaúchos pelo “neonazismo”. Aquilo que eu destaquei foi o seguinte: num *site* por mim mostrado ao jornalista, consta que o governador teria dado carta branca ao delegado para combater o “neonazismo”, mas eu não tenho nenhuma informação sobre isso, portanto não podia dizer que essa relação efetivamente existiu.¹⁶⁰

O texto do jornalista refere um *feedback* sobre a suposta ou efetiva reação do delegado, quando informado a respeito das minhas opiniões: “Sobre as colocações do historiador, o delegado Jardim disse apenas que ‘não quero contestá-lo. O meu conhecimento é oriundo dos próprios documentos apreendidos com eles [neonazistas] e de depoimentos deles prestados na delegacia’”.

A matéria do portal gerou 23 comentários no próprio *site*, ainda que haja casos em que um mesmo autor tenha registrado mais de uma observação. Esse número, obviamente, não permite qualquer conclusão sobre aquilo que o conjunto de leitores pensa sobre o tema. Mesmo assim, vale referir, sobretudo, os comentários desabonadores como indicadores daquilo que uma parte da população pensa. “Ainda bem que essa é ‘sua opinião’, Sr. historiador; aliás, com esse sobrenome, o Sr. é de qual descendência?”. “Esse historiador é nazista e antissemita”. “Sinceramente, eu acho que os alemães não combinam com os trópicos. Estão sempre suando e com a cara vermelha

¹⁶⁰ <http://flitparalisante.wordpress.com/2011/08/16/claudio-julio-tognolli-os-policiais-federais-de-todo-o-brasil-ainda-nao-sabem-qual-o-rostro-que-a-presidente-dilma-quer-dar-a-sua-pf-corrupta-violenta-empresarial-republicana-ou-customizada-a/> (acessado em 4 de maio de 2012).

como um pimentão. O Brasil é um país mestiço, de pele bronzeada e todo mundo sabe que alemães são racistas que não se misturam. Os alemães não combinam com a paisagem brasileira, deviam ir para a Argentina, EUA ou Europa. O Brasil para os brasileiros”. “Todo alemão é nazista. Está no sangue. A única exceção são os alemães comunistas. Uma minoria”. “Burrice é não reconhecer que quanto maior a concentração de descendente de alemães, maior é a probabilidade de aparecimento de simpatizantes do nazismo. Se uma coisa não tivesse relação com a outra, a Bahia (14 milhões de habitantes) teria mais neonazistas que o Rio Grande do Sul (10 milhões de hab.)”. “O Sr. Gertz, cujo trabalho de historiador é muito precário, pois ele é mais historiógrafo (conhece a documentação, mas não é suficientemente atilado, do ponto de vista intelectual, para estabelecer relações entre o material empírico e os conceitos e a[s] teoria[s] sobre os problemas perscrutados); ao desqualificar as afirmações do agente público – o delegado de polícia que efetivamente dispõe *[sic]*, apenas evidencia, mais uma vez: René Gertz faz afirmações precipitadas, e isso se dá pelo seguinte motivo: o Sr. Gertz defende, principalmente, os de origem alemã. Cujas ‘superioridade’, para quem os conhece no sul do país, é latente: esses imigrante de origem católica/protestante, brancos, de países como a Alemanha, a Itália, a Espanha etc., tentam passar uma aura de ‘seres superiores’; mas explicam por que tiveram, seus avôs e pais, que deixar as ‘pálidas pátrias’ ancestrais, e se estabelecer em terras tão distantes e inóspitas, como as brasileiras...”

Além dessas observações francamente desabonadoras, claramente hostis, ao conteúdo de minha entrevista e à minha própria pessoa, há comentários bem-humorados, comentários ponderados (“toda generalização é perigosa”), e, ainda, outros com elogios. Mas há um comentário desabonador que me-

rece uma referência especial – para corrigir uma imprecisão equivocada –, e, também, por refletir uma situação típica, porém generalizada, de preconceito. Na longa conversa com o jornalista, observei que as situações concretas de convivência entre os diferentes grupos humanos em nosso estado diferem de lugar para lugar, de forma que é difícil fazer caracterizações com validade geral. Sobre esse tema, lê-se na matéria do portal: “Ele [René Gertz] diz que em algumas localidades do Rio Grande do Sul o convívio entre pessoas de diferentes origens ocorre em um ambiente pacífico, com intercâmbio cultural. Uma dessas comunidades é a dos negros e luteranos, que vivem na região de Pelotas”.¹⁶¹

Depois, o jornalista me atribuiu as seguintes palavras textuais: “Um deles [negro] me disse: professor, minha cabeça está zonha porque eu me criei com os alemães, aprendi a falar alemão, organizo a minha casa, a minha estrebaria como eles, e agora vêm umas moças do governo e dizem que nós temos que ser negros, viver do jeito negro, e não sei o que é isso’, conta o professor, se referindo a políticas públicas sobre a questão racial”.

Um dos comentários de leitores aparecidos no *site* do *Terra* transcreveu esta última passagem, e lhe acrescentou a seguinte observação: “Detectei racismo aí, hein, René”. Antes de comentar essa observação, também desabonadora à minha pessoa, é necessário consertar um erro no texto jornalístico. Essa história não deriva de pesquisa minha, mas, sim, é fruto de uma dissertação de mestrado de Dilza Pôrto Gonçalves, defendida em 2008.¹⁶²

¹⁶¹ Na verdade, a referência a “luteranos” se deveu ao fato de que parte dos negros em questão *são* luteranos.

¹⁶² Gonçalves, Dilza Pôrto. *A memória na construção de identidades étnicas: um estudo sobre as relações entre “alemães” e “negros” em Canguçu*. Porto Alegre: PUCRS, 2008 (dissertação de mestrado em História).

Transcrevo dois trechos deste trabalho para esclarecer aquilo que estava em jogo, naquele momento, na conversa com o jornalista. No texto de Dilza Pôrto, lê-se: “O senhor Abrelino [negro] me fala [para a autora da dissertação] sobre a amizade com os ‘alemães’: ‘em amizade eram mais amigos dos negros. Até hoje, o alemão é mais amigo dos negros, mais do que dos brasileiros’ (entrevista realizada em 31/01/07). O jovem Sandro, que toca na banda Vibrason, também fala sobre seus amigos: ‘Quando eu me criei era assim, a minha companhia era os alemães. Desde que eu comecei a sair. Então, nós éramos uma turma de onze ou doze. É, nós éramos uma turma de doze rapazes, eu acho que tinha umas cinco ou seis gurias. A gente se encontrava no comércio aqui em baixo, do Renato. Podia contar tinha dez, doze e o único negro no meio era eu, e os outros eram tudo alemão, nenhum brasileiro. Negro era só eu quando saía ia à venda os meus companheiros era tudo alemão’ (entrevista realizada em 01/05/07)” (p. 113).

Mais adiante, a dissertação apresenta a seguinte passagem: “A influência germânica na região é tão forte que alguns negros que falam o pomerano destacam o jeito de ser ‘alemão’ como uma qualidade e uma identidade própria. O senhor Marcino Coutinho [negro] mostra orgulho da sua convivência com os ‘alemães’ e diz: ‘Eu até lhe digo, que meu sistema, que eu adotei dos alemão. Toda vivência que tive na colônia, 40 e poucos anos que eu plantei, o meu sistema sempre foi dos alemão. Todo meu sistema de trabalhar, de viver, de tratar com quem quer que seja. Eu gosto mesmo do sistema dos alemão. Não desfazendo dos outros, eu gosto muito. Eu acho que se não fosse os alemães eu não sei o que seria do nosso país. Sendo bem brasileiro, os alemão, eu acho que é uma das nações que melhor trabalha é o alemão. Aprendi a trabalhar com eles, adoto o sistema deles’ (entrevista em fevereiro de 2007)” (p. 128).

Na conversa com o jornalista, lembrei passagens como essas, de memória, três anos depois da leitura da dissertação – e, como mostra a transcrição *ipsis litteris*, minha memória não falhou, eu não atribuí nada de errado, exagerado ou distorcido aos negros cuja fala a autora da dissertação transcrevera. Meu comentário também estava bem localizado no contexto em que tentei destacar que as relações entre descendentes de alemães e populações de outras origens “étnicas”, raciais, culturais e religiosas não podem ser generalizadas, variando de lugar para lugar.

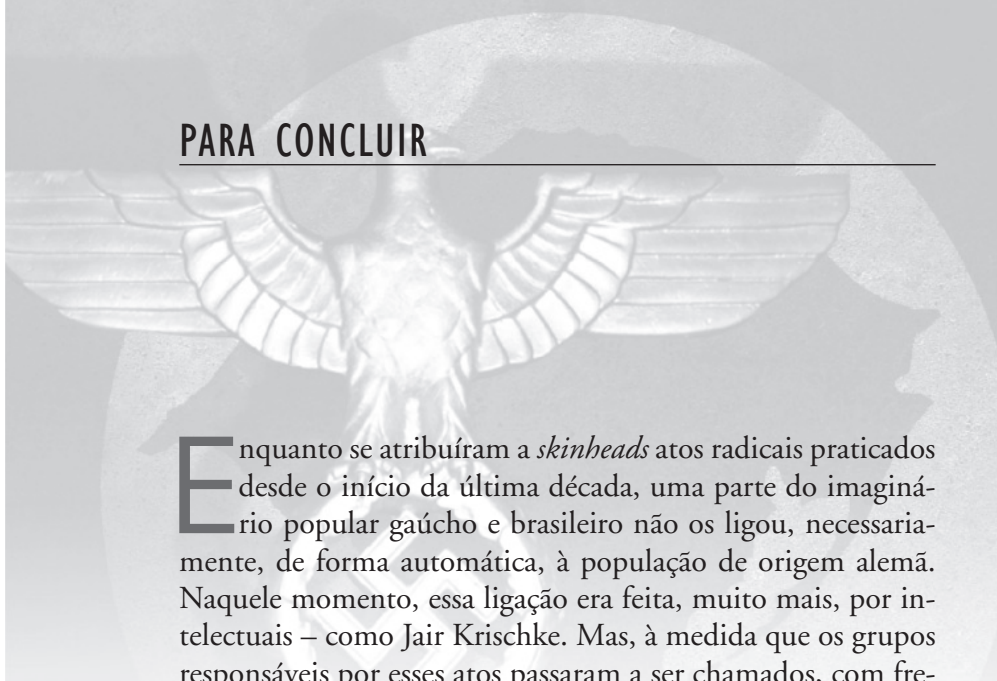
E derivou dessa lembrança muito precisa daquilo que alguns negros do interior de Canguçu haviam dito para a pesquisadora minha preocupação *crítica* em relação a consequências possíveis, para os próprios negros, de políticas públicas, oficiais, de fomento à racialização. Esse posicionamento não esconde nenhum racismo. Em relação à atual política oficial de racialização, as opiniões são divergentes, tanto no senso comum quanto entre destacados intelectuais das mais diferentes posições políticas, ideológicas, científicas. E eu apenas exerci o meu direito de manifestar minha posição a respeito.¹⁶³

Independente deste caso, as demais observações desabonadoras postadas no portal *Terra* – algumas claramente rai-

¹⁶³ Considerando a carga de preconceitos em relação a quem se manifesta nessa direção, tomo a liberdade de explicitar um pouco melhor os perigos que entrevejo na presente situação. Concretamente, nessas comunidades do interior de Canguçu, a relação entre “alemães” e negros, do ponto de vista socioeconômico, é relativamente simétrica – ambos são pequenos proprietários rurais, em parte pertencem a uma mesma confissão religiosa (luterana) e convivem em relativa harmonia, há gerações, conforme sugere a própria fala dos negros entrevistados pela autora da dissertação. Nessa situação, não há como não classificar de irresponsável o fato de que, de repente, agentes estatais procurem esses negros e os instiguem à racialização. Não existe possibilidade de racialização sem referência aos “outros”, e a irresponsabilidade desse ato está no fato de que essa referência ao “outro” pode levar, logo adiante, a confrontos que essas comunidades desconheciam até então.

vosas – mostram que aquilo que se atribui, de forma generalizada e enfática, como maldade inerente exclusivamente aos descendentes de alemães, também está *explicitamente* presente em pessoas pertencentes a qualquer outro grupo da sociedade gaúcha e brasileira, manifestando preconceito e até ódio em relação ao “outro”, àquele que manifesta uma opinião diferente daquela que se considera consensual, “normal”, “tipicamente brasileira”.

PARA CONCLUIR



Enquanto se atribuíram a *skinheads* atos radicais praticados desde o início da última década, uma parte do imaginário popular gaúcho e brasileiro não os ligou, necessariamente, de forma automática, à população de origem alemã. Naquele momento, essa ligação era feita, muito mais, por intelectuais – como Jair Krischke. Mas, à medida que os grupos responsáveis por esses atos passaram a ser chamados, com frequência cada vez maior, de “neonazistas”, essa ligação passou a ser considerada óbvia.

A *lógica* subjacente é a seguinte: não há dúvida de que o *nazismo* foi uma invenção alemã, e, portanto, ligá-lo a alemães não deixa de ser legítimo – ainda que, evidentemente, também tenham existido integrantes de outros povos que foram simpatizantes fanáticos ou praticaram atos nazistas. Isso inclui um número não desprezível de brasileiros “típicos”, de “verdadeiros brasileiros”. Não faz muito tempo, a imprensa noticiou a existência de uma “fazenda nazista” no interior de São Paulo que utilizava tijolos com a suástica em alto-relevo, e onde os bois eram marcados com o mesmo sinal; e essa fazenda pertencia a um brasileiro “quatrocentão” – nenhum alemão efetivo nem qualquer “alemão brasileiro” estiveram envolvidos nesse episódio!¹⁶⁴ Mas é certo que muitas pessoas que viram uma

¹⁶⁴ <http://programas.rederecord.com.br/programas/domingoespetacular/edicoes.asp?id=403> (acessado em 17 de maio de 2012); <http://www.controversia.com.br/>

matéria a respeito na televisão atribuíram a maldade ali retratada a “alemães”. Na mesma medida, é compreensível que algo denominado de “neonazismo” também seja ligado, *pelo senso comum*, aos alemães – e, por tabela, também aos “alemães” do Rio Grande do Sul.

No entanto, causa grande estranheza o fato de que pessoas com informações bastante precisas sobre os nomes dos “neonazistas” e sobre seus locais de residência e de atuação não só acreditem, mas difundam a informação de que as populações de origem alemã no Rio Grande do Sul são responsáveis pela existência desses maus elementos, mesmo quando, *objetivamente*, é evidente que seus sobrenomes não são, predominantemente, alemães, e eles não vivem nem atuam nas “colônias alemãs”.

Claro, há alguns sobrenomes parcialmente alemães entre eles. Mas, deve-se observar que seria estranho se eles não existissem, pois certamente não é errado pressupor que em torno de 20% da população gaúcha possui sobrenome alemão – fato do qual derivaria a conclusão lógica de que é *normal* esperar que 20% das maldades praticadas, neste estado, provenham de cidadãos com sobrenome alemão. Assim, neste trabalho, foram arroladas 32 pessoas que as autoridades classificaram como “neonazistas” ou *skinheads*, por terem se envolvido em algum episódio com conotação racista ou semelhante. Desse total, cinco possuem sobrenomes que denotam algum grau de descendência alemã, representando 15% do total, fato que, portanto, aponta para uma normalidade absoluta.

Ainda que não tenha sido preocupação deste trabalho, seria importante fazer um levantamento mais preciso das ocorrências numéricas de atos classificados como “neonazistas”,

blog/marcas-do-nazismo-chamam-a-atencao-no-interior-de-sao-paulo/ (acessado em 17 de maio de 2012).

para estabelecer uma comparação com outros estados – não é de todo improvável que a atribuição de uma intensidade muito superior de ações desse tipo no Rio Grande do Sul seja pura ilusão de “ótica”, ou mesmo invenção premeditada. Justamente pelo fato de se partir do pré-conhecimento de que “neonazismo” é “coisa de alemão”, pode ocorrer uma projeção artificial inconsciente, ou mesmo uma falsificação premeditada, para propalar que os números de “neonazistas” e os números de atos por eles praticados sejam muito superiores a sua ocorrência real.

Por fim, cabe lembrar que tudo isso não são banalidades sem importância ou sem reflexo sobre a convivência cotidiana das populações do Rio Grande do Sul. A divulgação de dados e concepções erradas sobre “neonazismo”, e, por consequência, sobre uma parcela muito significativa da população deste estado, pode degenerar em conflitos étnicos. A história dos últimos 100 anos mostrou que esses conflitos são os mais sangrentos e bárbaros que ocorreram no período. Certamente, este é um motivo mais que suficiente para justificar a escrita deste livro, numa tentativa para alertar a respeito dos perigos subjacentes à avaliação errada sobre aquilo que, de fato, é o “neonazismo”, e sobre a identificação irresponsável de determinadas “etnias” como culpadas por essa maldade. Espera-se que esse objetivo ético, normativo, também possa servir de desculpa para o fato de que, em algumas passagens, a apresentação objetiva de fatos esteja entremeada ou acompanhada de algum comentário ou alguma opinião de caráter mais pessoal, deixando transparecer algum grau de paixão. Mas a preocupação cidadã em fazer alguma coisa para evitar que o estado do Rio Grande do Sul venha a transformar-se numa nova Bósnia justifica esse “deslize”, esse abandono da neutralidade acadêmica.

ANEXO I

(Matéria publicada no jornal *Já*, Porto Alegre, em 26 de agosto de 2005)

Bastidores da liberação dos *skinheads*

Guilherme Kolling

Na manhã da quinta-feira 25 de agosto, o movimento começou cedo no saguão de espera da 2.^a Vara do Fórum Central de Porto Alegre. Dava para notar que algo de importante estava por acontecer ali. Às 8h30 da manhã, uma equipe de TV estava a postos. Um segurança vigiava qualquer movimento no local, ostentando seu revólver na cintura. Parecia tenso. Não parava quieto, jogando o peso do corpo de um lado para o outro, como se fosse um João-bobo.

A espera era pelo depoimento dos três judeus que foram vítimas do ataque de *skinheads*, em 8 de maio no Bar Pinguim, na Cidade Baixa. Eles iriam falar do caso que levou à prisão de quatro suspeitos: Israel da Silva, Valmir Machado Jr., Leandro Braun e Laureano Vieira Toscani. A sessão começava às 9h, mas bem antes já tinha gente esperando. Uma das primeiras a chegar foi a esposa de Israel. Ficou quieta num canto, até ser abordada. Garantiu a inocência do marido. “Na hora do crime, ele estava comemorando o nosso aniversário de casamento e o aniversário da mãe dele”, balbuciou.

Mais jornalistas chegaram, e formaram uma rodinha. Havia estranheza sobre a já divulgada mudança de rumo no caso. “Mas eles não tinham sido reconhecidos?”, perguntou um repórter. “Não entendo o que aconteceu”, disse o colega. “A gente fez a matéria, as vítimas reconheceram os caras”, comentava, mostrando o xerox do jornal da época.

Um outro círculo logo reuniu parentes dos acusados. Na maioria, mulheres, que vinham esperançosas, otimizistas, como se soubessem da reviravolta no caso. Cochichavam informações, a todo o momento, para, em seguida, trocar abraços e até chorar de alegria.

Às 9h05, um rapaz e um senhor passaram reto por todos, sem desviar o olhar do horizonte. Posicionaram-se bem em frente à porta da 2ª Vara. Logo, a dupla entrou. O jovem era uma das vítimas do ataque dos *skins*. Foi o único dos três a se apresentar. Em seguida, entraram os advogados dos presos. Duas senhoras que vieram dar apoio ao único depoente ficaram aguardando do lado de fora. Trocavam um olhar de desconfiança mútuo com parentes dos acusados. O ápice da tensão ocorreu quando o pai de Laureano, um dos presos, resolveu tirar satisfações. Houve um início de bate-boca, mas a esposa logo tratou de tirar o marido da confusão. O homem justificava a revolta. “Meu filho ficou 100 dias preso. E ele é um cara bom. A gente ia lá na cadeia e ele dizia: ‘Pai, só quero um pedido de desculpas’. Imagina. E o rapaz perdeu o semestre na faculdade. Um absurdo”, protestava.

Às 9h15, 9h20 e 9h40, a funcionária do Fórum chamou os outros dois judeus atacados. A ausência da dupla causou temor entre os familiares dos presos. “Eles não vêm?”, perguntavam-se. A expectativa era pela confirmação do testemunho de uma das vítimas, que inocentara os *skinheads*, ao não reconhecê-los, conforme estampava a manchete do jornal *JÁ*, de Porto Alegre.

Dona Zeonlida, mãe de Valmir Machado Jr., outro acusado, carregava um exemplar. Ao ser abordada por repórteres, exibia a matéria como prova da inocência do filho e, em meio à leitura dinâmica dos jornalistas, comentava o caso. “Meu filho foi crucificado!”, protestava.

Nesse meio tempo, o advogado Clodes Bernardes deu uma escapada da audiência e confirmou que a juíza iria soltar os presos. A notícia foi dada aos cochichos para parentes. Depois confirmada em tom triunfal: “A farsa caiu”, anunciou Bernardes. A frase foi repetida por familiares dos presos, que imediatamente começaram a ligar para parentes e amigos. E para os pais de Leandro Braun, que moram em Caxias e não foram ao Fórum. A esposa de Israel correu para um orelhão para contar tudo para o pessoal de Guaíba, onde mora.

Não demorou até a juíza chamar a imprensa para uma coletiva. Somente a imprensa e os advogados das vítimas tiveram acesso à sessão em que foi comunicada a liberação dos *skinheads*. Ao receber os repórteres, a juíza Marta Borges Ortiz explicou a confusão que foi feita em tom de pesar, salientando que a semelhança entre os presos e os novos acusados é incrível, até em detalhes do rosto. Depois, organizou a sessão em que a liberação dos réus foi oficializada. Por volta das 10h30, os quatro entraram na sala algemados, em silêncio e de cabeça baixa. A juíza perguntou o nome de cada um, e solicitou que os guardas tirassem as algemas. Incentivou os fotógrafos a registrar o momento.

Em seguida, explicou a suspensão da audiência, que previa o depoimento das vítimas. Já que na véspera (24/8), o delegado (Paulo César Jardim) havia entregue novos elementos da investigação. Por isso, ela iria conceder liberdade provisória aos acusados. Justificou que a prisão fora legítima, pois havia indícios suficientes com o que havia sido apurado até então. O promotor Sílvio Miranda Munhoz falou da correção do tra-

balho da polícia, que seguiu na busca pelos responsáveis do crime. Insistiu na impressionante semelhança entre os novos acusados e os presos – “parecem gêmeos”. Adiantou ainda que os rapazes agredidos serão chamados novamente para depor, e fazer o reconhecimento dos novos acusados.

Em nome da defesa, o advogado Marcelo Bertolucci observou que todos podem errar, mas pediu que a imprensa restabeleça a dignidade dos acusados e familiares, ao dar uma cobertura na mesma proporção da que foi feita na época da prisão. Ainda deu uma alfinetada na conduta do Movimento de Justiça Diretos Humanos neste caso.

Finalmente, os jovens foram chamados pela juíza para receber o alvará de soltura. Antes ela deu um recado: “Experimentem intensamente a liberdade. Vivam próximos do bem. Vocês ficaram presos esses 100 dias por um desígnio maior, nada é por acaso. Experimentem intensamente a liberdade!”, repetiu. Os libertos, apenas acenaram com a cabeça. A juíza Marta Borges Ortiz elogiou a polícia, afirmando que não tem dúvidas sobre a eficiência do trabalho: “Na próxima semana, deveremos ter os nomes dos possíveis autores da agressão”. O promotor Sílvio Miranda Munhoz fez coro a ela.

Mas os jovens presos mostravam revolta. Eles teriam indicado os reais agressores. “Na rua todo mundo sabia quem eram os responsáveis, só a polícia que não”, disse Laureano Vieira Toscani. Segundo ele, os autores do crime, que se rotulam *skinheads*, vangloriavam-se publicamente do feito, e debochavam “dos otários que foram presos”. “Não foi a polícia quem descobriu, fizemos nossa investigação. Minha mãe procurou na rua, no bar, na Internet. Se não fosse isso ainda estaríamos presos”. Sobre a explicação de que os quatro novos acusados seriam muito parecidos com eles, Laureano é direto: “Essa história não bate”, resume, lembrando que só uma vítima os reconheceu.

O advogado do jovem, Marcelo Bertolucci, diz que um fato novo já estava no inquérito há bastante tempo, mas que não havia sido observado. É que uma das testemunhas não reconheceu os quatro como os agressores. O promotor Munhoz observa que os jovens não tinham delatado os autores, para não passar por dedo-duro, mas acabaram identificando outros possíveis atacantes. “Agora dizem que éramos parecidos com os outros caras. Mas a verdade é que desde junho já podiam ter nos liberado. A polícia sabia que nós não éramos os culpados”, garante Leandro Braun, que contou estar num show em Caxias do Sul, na hora do crime. “Tenho 27 testemunhas”.

Valmir Machado Jr. falou que a polícia é incompetente, “principalmente o delegado que tentou se promover em cima de nós”. Ele justificou que só fazia estudos sobre Segunda Guerra Mundial e que criaram uma confusão. “Nos venderam como culpados e pegou. Olharam o nome pelo outro processo (*agressão de skinheads a um punk, no qual o jovem foi indiciado*), e, como estávamos mais acessíveis, nos levaram”, afirmou o jovem que acredita em armação e afirma que só não os liberaram em seguida por pressão da comunidade judaica.

Israel da Silva preferiu ser diplomático. “Não tenho nada a falar da Justiça, nada contra comunidade nenhuma. E posso dizer que dentro da cadeia a gente aprende a perdoar”. Os quatro acusados de ter agredido jovens judeus na Cidade Baixa passaram mais de 100 dias presos. Eles são unânimes ao classificar a cadeia como um inferno. Mas tiveram o apoio de parte dos colegas do Presídio Central. “Sofremos represália da polícia. Só os presos nos respeitaram”, contou Valmir Machado Jr. Depois da exibição do vídeo de uma banda *skinhead* no programa Fantástico, da Rede Globo, que está entre o material apreendido pela polícia, não houve retaliações na cadeia.

“Os presos da nossa ala eram legais. Viram que éramos inocentes, não havia cobrança. O problema era um outro setor, chamado ‘país livre’, onde há leis próprias. Lá era perigoso”, testemunha Leandro Braun. “Sofremos várias ameaças. Ninguém sabe o que é estar lá dentro”, conta Laureano Toscani. Ele soube pela televisão que seria preso, e resolveu se entregar. “Fiz isso porque tinha certeza da minha inocência”, disse. A mãe de Valmir, Dona Zenilda, revela que até quando os rapazes foram depor, no Fórum Central, a Susepe fez represálias. “No meio de 60 presos eles anunciaram que os quatro eram *skinheads*. Não aconteceu nada para o meu filho nesses dias, porque eu estava em cima o tempo todo”. Leandro revela que a polícia fazia pressão psicológica para “ferrar” com os outros. “Nos interrogatórios, o delegado dizia: ‘Entrega 5 ou 6 nomes que a gente te libera’”. Valmir confirma a história.

Fora isso, as tradicionais precariedades da estrutura carcerária. “A comida é um lixo. A Brigada te trata que nem lixo, para eles tu é um animal”, compara Valmir. “Enfermaria não existe. Tá com dor de dente? Pega um AAS infantil e volta para cela”, relata o ex-detento. Pelo menos agora o jovem vai desfrutar da comida da mamãe. O cardápio do dia da volta era bife à milanesa, prato predileto de Valmir. Agora, os quatro voltam a tocar a vida. “Vou retomar minha rotina, voltar para Caxias, mas o trauma, o dano psicológico fica, é para sempre”, observa Leandro Braun.

Os advogados falam em pedir reparações, entrar com uma ação na Justiça contra o Estado, e exigir a responsabilização dos atos das autoridades que cometeram equívocos, “estragando a vida dos rapazes e trazendo essa humilhação”. Apenas o representante de Laureano, Marcelo Bertolucci, disse que vai aguardar o encerramento do caso, e esperar a definição da família.

(Fonte: <http://www.jornalja.com.br/2005/08/26/bastidores-da-liberacao-dos-skinheads/>, acessado em 23 de janeiro de 2012).

ANEXO 2





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Inquérito Civil Público nº 1.29.014.000164/2010-94

PRM-LAJRS

10/07/2012

RELATÓRIO

Trata-se de Inquérito Civil Público instaurado com o objetivo de apurar problemas relacionados à disseminação de símbolos nazistas na cidade de Teutônia. Inicialmente, o expediente foi instaurado como Procedimento Administrativo Cível, tendo em vista as recentes reportagens divulgadas nos meios de imprensa (televisive e jornalística), foi reitorado que continuam ocorrendo problemas relacionados à disseminação de símbolos nazistas, bem como material de propaganda dessa natureza, no município de Teutônia. Na própria reportagem da RBS Notícias (21.08.10) é mencionado que o fato estaria sendo objeto de investigação pela Polícia Civil do município (fl.01).

As fls. 043/05, foram juntadas reportagens divulgadas pelo Jornal Zero Hora sobre o tema.

De início, foram solicitadas informações à Delegacia de Polícia Civil do município de Teutônia, bem como ofício às escolas de 2º grau solicitando informações sobre o corpo docente e discente (fls. 07/08).

As respostas foram acostadas às fls. 11 (Polícia Civil), 15/56 (Escola Estadual Gomes Freire de Andrade), 62/64 (Escola Estadual Reinoldo Afonso Augustin).

A Polícia Civil, na ocasião, informou que instaurou inquérito policial para apurar denúncias feitas pelo repórter Ernito Rotta. Com os dados colhidos na época, a Polícia Civil chegou a alguns suspeitos. Cumprido mandado de busca e apreensão na casa de um deles e encontrado alguns livros sobre o tema. Em relação aos símbolos disseminados (pichações em placas e abrigos de ônibus), a possibilidade é de que tenham sido feitos por molecagem, segundo o delegado Mauro José Barcellos Malmann, haja vista que a suástica estava desenhada de forma errada (fl. 11).

À fl. 58, foi acostado aos autos e-mail notificando existência de um site eletrônico denominado www.nacional-socialismo.com, que teria relação com a matéria dos autos. A notícia foi encaminhada à Superintendência Regional da Polícia Federal, núcleo especial de crimes cibernéticos, para apuração do caso e eventual envolvimento de municípios da circunscrição de atuação da PRM-Lajeado (fls. 102/103), tendo sido aberto Procedimento de Averiguação Preliminar pela Polícia Federal (fl. 151).

Também foi solicitado à Analista Pericial em Antropologia da Procuradoria Regional da República da 4ª Região a realização de estudo sobre o tema, a fim de identificar medidas adequadas à prevenção/repressão dos fatos (fl. 02 e 98).

AVULSO - 1005 10/07/2012 - Porto Alegre: PABX (51) 3264.7200 - Bagé: (53) 3212.2600 - Bento Gonçalves: (51) 3601.3445 - Canoas: (51) 3403.2050
Caxias do Sul: (51) 3222.0400 - Cruz Alta: (55) 3374.5451 - Erechim: (54) 3222.3580 - Lajeado: (51) 3708.2721 - Novo Hamburgo: (51) 3582.0031
Passo Fundo: (54) 3312.4247 - Pelotas: (53) 3225.0071 - Rio Grande: (53) 3231.3360 - Santa Cruz do Sul: (51) 3713.4226 - Santa Maria: (55) 3222.8855
Santana da Livramento: (55) 3242.9730 - Santa Rosa: (55) 3311.3106 - Santo Ângelo: (55) 3313.2015 - Uruguaiana: (55) 3412.4922



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Em resposta, a perita em antropologia Miriam de Fátima Chagas apresentou o Parecer nº 01/2011 constante nas fls. 113/119. Recomenda no estudo (fl. 118):

Em suma, será necessário que no Município referido acima as diferentes secretarias, escolas, museus, e outros instituições responsáveis, enviem projetos educativos e culturais às instituições competentes ao tema da diversidade sociocultural e direitos humanos (instâncias estaduais e federais que diretamente fomentam tais atividades), de modo a praver que sejam realizadas na municipalidade campanhas de promoção cultural, mostras de filmes etnográficos, documentários, exposições, ciclos de debate, seminários, produção de material didático, entre outros, e que possam bem esclarecer ao conjunto dos concidadãos de Teutônia sobre o valor da convivência social entre diferentes grupos sociais, sobre formas adequadas e benéficas de promoção do bem comum mediante ao uso intercultural das redes eletrônicas.

No dia 1º/03/11, foi expedida Portaria de Conversão do Procedimento Administrativo Civil em Inquérito Civil Público, nos termos da legislação correlata.

Em atenção ao estudo antropológico, foi realizada, em 16/05/2011, reunião na sede da Procuradoria da República em Porto Alegre (fl. 153), com a presença da antropóloga Miriam Chagas, do Procurador da República em Lajeado, Nilo Marcelo de Almeida Camargo, da Sra. Ieda Guilfreind, Presidente do Instituto Marc Chagall, do Sr. Rodrigo Venizón, representante do Setor de Educação Indígena da Secretaria Estadual de Educação, da Sra. Rita do Carmo dos Santos Canisollão, Diretora Geral do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, do Procurador Regional da República Paulo Gilberto Cogo Leivas, e outros representantes de entidades privadas e de órgãos públicos para discutir medidas que viabilizem a conscientização de alunos e frequentadores das escolas sobre as diversidades culturais e raciais, bem como a necessidade de se respeitar os estatutos correlatos (Lei 12.288/10 e Lei nº 9.394/1996).

Surgiu, na reunião mencionada, a proposta de se verificar a efetiva aplicação do Estatuto da Igualdade Racial, diploma que prevê a Inserção nos programas escolares de disciplinas que estimulem a tolerância e convivência interracial. Como a subseção de Lajeado compreende 36 municípios, em princípio, cogitou-se de restringir o alcance do presente procedimento à verificação somente dos 05 maiores municípios (Lajeado, Arroio do Meio, Estrela, Encantado e Teutônia), sendo que alguns desses municípios possuem comunidades indígenas e quilombolas e já demonstraram interesse junto à UFRGS para saber como implementar algumas políticas dessa natureza na grade curricular.

Nesse contexto, o despacho de fls. 155/157, determinou, inicialmente, fosse agendada reunião com a il. responsável pela Coordenação Regional de Educação para tratar da aplicação do Estatuto da Igualdade Racial através da inserção de disciplinas na grade curricular com eventual apoio de outras universidades (v.g.

www.prf.gov.br - Porto Alegre: PAIR (51) 3264.7200 - Sede: (51) 3242.5555 - Bento Gonçalves: (54) 3454.3445 - Canoas: (51) 3453.4610
Caxias do Sul: (54) 3222.8400 - Cruz Alta: (55) 3324.3421 - Erechim: (54) 3357.8800 - Lajeado: (51) 3703.2721 - Novo Hamburgo: (51) 3562.0031
Pelotas: (53) 3337.3241 - Pádua: (53) 3265.0071 - Rio Grande: (51) 3221.3300 - Santa Cruz do Sul: (51) 3713.4235 - Santa Maria: (55) 3222.8855
Santarém: (55) 3242.3700 - Santa Rosa: (54) 3311.3106 - Santo Ângelo: (51) 3313.2011 - Uruguaiana: (55) 3412.4922



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

UFRGS) e instituições de ensino. Em segundo momento, agendar reunião com os respectivos secretários de Educação dos Municípios referidos, para inclusão nas escolas municipais dos mecanismos propostos. Ainda, a realização de um seminário sobre o tema, a ser realizado na UNIVATES.

Posteriormente, em 13.07.11, foi realizada reunião nesta PRM com a presença da Coordenadora de Educação da 3ª CRE e outros representantes de órgãos públicos a fim de discutir questões sobre as medidas possíveis a serem adotadas para orientação e conscientização sobre as diversidades de múltiplas formas, diversidade cultural e racial na região. Na ocasião, deliberou-se por realizar reunião com os Secretários de Educação dos Municípios que pertencem simultaneamente à circunscrição da PRM Lajeado e da 3ª CRE (fl. 159/160).

Após, o Procurador da República Nilo Marcelo de Almeida Camargo reuniu-se com a Coordenadora de Ciências Humanas e Jurídicas da UNIVATES para tratar do tema. Após, através do Of.1140/2011 solicitou-se informações à UNIVATES sobre projetos e ações desenvolvidas para promover reuniões e/ou encontros, a fim de discutir a questão das diversidades culturais e raciais.

Em 14/10/2011, o Centro Universitário UNIVATES e o Centro de Ciências Humanas e Jurídicas promovem conferência da Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Senhora Maria do Rosário Nunes, abordando o tema "As diversidades e o Plano Nacional dos Direitos Humanos", do qual participou este Membro (fl. 169).

Em 1º/03/2012, foi determinada a prorrogação deste ICP pelo prazo de 01 ano, tendo em vista a necessidade de realização e complementação de diligências.

Em resposta ao Of.1140/2011, a Diretora do Centro de Ciências Humanas e Jurídicas da UNIVATES, em 06/03/2012, esclarece as formas de abordagem do assunto pelo centro universitário (fl. 175).

Os autos estão concluídos para análise e agendamento da reunião a ser realizada com os Secretários dos Municípios da região, para abordagem do tema e inclusão dos mecanismos propostos nas escolas municipais.

Nilo Marcelo de Almeida Camargo
Procurador da República

BRASIL - 1ª Região - Porto Alegre: FARE (51) 3204.7200 - Fepel (51) 3342.9600 - Bento Gonçalves: (51) 3424.3445 - Canoas: (51) 3463.8889
Canoas: (51) 3463.8889 - Erechim: (51) 3322.8900 - Foz de Iguaçu: (51) 3700.2721 - Novo Hamburgo: (51) 3562.0081
Pelotas: (51) 3312.1247 - Petropolis: (51) 3325.0011 - Rio Grande: (51) 3231.3590 - Santa Cruz do Sul: (51) 3713.4295 - Santo Maria: (51) 3522.6035
Santa Rosa: (51) 3342.5750 - Santo Angelo: (51) 3313.2011 - Uruguaiana: (51) 3412.4952